

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Ligia Manara Miletto Marcuz

**TOPÔNIMOS DO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL – UMA
RELAÇÃO SIMBÓLICA ENTRE HOMEM E LUGAR**

Santa Maria, RS
2016

Ligia Manara Miletto Marcuz

**TOPÔNIMOS DO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL – UMA RELAÇÃO
SIMBÓLICA ENTRE HOMEM E LUGAR**

Dissertação apresentada Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria, (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**.

Orientador: Prof. Dr. Waterloo Pereira Filho
Coorientador: Prof. Dr. Cássio Arthur Wollmann

Santa Maria, RS
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Manara Miletto Marcuz, Ligia
Topônimos do Noroeste do Rio Grande do Sul - Uma
relação simbólica entre homem e lugar / Ligia Manara
Miletto Marcuz.-2016.
95 p.; 30cm

Orientador: Waterloo Pereira Filho
Coorientador: Cássio Arthur Wollmann
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa
de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2016

1. Topônimos 2. Estudo do lugar 3. Missões jesuítico-
guaranis I. Pereira Filho, Waterloo II. Wollmann,
Cássio Arthur III. Título.

© 2016

Todos os direitos autorais reservados a Ligia Manara Miletto Marcuz. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: ligiamarcuz@gmail.com

Ligia Manara Miletto Marcuz

**TOPÔNIMOS DO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL – UMA RELAÇÃO
SIMBÓLICA ENTRE HOMEM E LUGAR**

Dissertação apresentada Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria, (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**.

Aprovado em 28 de junho de 2016:

Waterloo Pereira Filho, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Neli Teresinha Galarce Machado, Dr^a. (UNIVATES)

Roberto Cassol, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2016

DEDICATÓRIA

Às pessoas que me fazem ter fé no futuro e acreditar que a vida é bela:

Natália e Leonardo, meus filhos;

Ricardo, meu cúmplice de caminhada.

AGRADECIMENTO

Aos professores

Waterloo Pereira Filho, pelo desafio;

Cássio Arthur Wollmann, pela acolhida.

Aos dois, pela oportunidade.

RESUMO

TOPÔNIMOS DO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL – UMA RELAÇÃO SIMBÓLICA ENTRE HOMEM E LUGAR

AUTOR: Ligia Manara Miletto Marcuz
ORIENTADOR: Waterloo Pereira Filho
COORIENTADOR: Cássio Arthur Wollmann

A toponímia sistematiza os nomes dos lugares, descreve a estrutura e a formação desses nomes, traduzindo-se numa forma de identificação, orientação e referenciação. Partindo do pressuposto de que os nomes dos lugares têm uma associação íntima com os valores culturais da população, eles refletem a relevância histórica dos fatos e dos costumes, além de tratarem diretamente sobre descobrimento, ocupação e posse do espaço geográfico. Tendo isso em vista, esta pesquisa tem, como objetivo, estudar os nomes próprios dos lugares, na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, com base na rota da presença jesuítica neste estado – os Sete Povos das Missões –, a chamada fase clássica, período compreendido entre 1682 a 1756, realizando a identificação, a classificação e a espacialização desses topônimos. A região escolhida para estudo é de grande riqueza cultural bem como alvo de muitas pesquisas, porém não são conhecidos trabalhos acerca dela que abordem a toponímia local. Para dar corpo à pesquisa, além do enfoque geográfico, realizou-se uma retrospectiva histórica sobre as primeiras investidas dos colonizadores no noroeste do Rio Grande do Sul, uma revisão sobre toponímia e seus modelos classificatórios, além de estudo a respeito do lugar, enquanto categoria de análise geográfica. Este trabalho, de cunho qualitativo e quantitativo, iniciou com estudo exploratório bibliográfico e documental e fez uso do trabalho de campo para ampliar as possibilidades da coleta de dados. A categorização dos topônimos encontrados teve base na taxionomia apresentada por Dick (1990a), utilizada para a realidade brasileira. O processo de formação, estruturação e motivação dos topônimos foi analisado por meio das fichas lexicográfico-toponímicas, que integram a base metodológica do estudo de topônimos. A análise dos dados evidenciou a toponímia como uma das possibilidades para se compreender a formação territorial, pois os nomes dos lugares são uma espécie de repositório que contém a memória e a história do lugar, manifestadas pelas camadas temporais de ocupação do espaço. Transcorridos quase 400 anos desde a formação da primeira redução jesuítico-guarani no estado, esses topônimos se mantêm como presença viva de uma forma de interação e ocupação espacial, por culturas distintas e seu modo de se relacionar entre si e com o meio natural e comprovam que a memória inicial do noroeste do Rio Grande do Sul está intimamente ligada à presença de povos indígenas e aos missionários europeus naquele espaço.

Palavras-chave: Topônimos. Estudo do lugar. Missões jesuítico-guaranis.

ABSTRACT

TOPONYMS OF THE NORTHWEST OF RIO GRANDE DO SUL – A SYMBOLIC RELATIONSHIP BETWEEN MAN AND PLACE

AUTHOR: Ligia Manara Miletto Marcuz

ADVISOR: Waterloo Pereira Filho

CO-ADVISOR: Cássio Arthur Wollmann

Toponymy systematizes the names of places, describes the structure and formation of these names, being translated into a form of identification, orientation, and referral. On the assumption that names of places have an intimate association with the cultural values of the people, they reflect the historical relevance of facts and customs, besides directly dealing with discovery, occupation, and ownership of geographical space. In light of this, this study aims at studying the proper names of places, in the northwest region of Rio Grande do Sul, based on the route of Jesuit presence in this state – the Seven Peoples of the Mission -, named classical phase, the period between 1682 and 1756, conducting identification, classification, and spatialization of these toponyms. The region chosen for this study is of great cultural richness and target of many researches. However, studies that approach the local toponymy are unknown. In order to implement this study, besides the geographical focus, a historical retrospective was conducted over the first attempts of the colonizers of the northwest of Rio Grande do Sul, a review of toponymy and its classification models, as well as a study about the place while geographic category of analysis. This research, of qualitative and quantitative approach, began with a biographical and documental exploratory study and made use of fieldwork to broaden the possibilities of data collection. The categorization of the toponyms found was based on the taxonomy presented by Dick (1990a), used for the Brazilian reality. The processes of formation, structuring, and motivation of toponyms were analyzed through lexicographic-toponymic files, that integrate the methodological base of the study of toponyms. The data analysis showed toponymy as one of the possibilities to understand the land formation, since the names of places are a kind of repository that contains the memory and history of the place, manifested by the temporal layers of space occupation. After around 400 years since the formation of the first Jesuit-Guaraní reduction in the state, these toponyms remain as live presence of a way of interaction and spatial occupation, by different cultures and their way of interacting among themselves and with nature, and they prove that the initial memory of the northwest of Rio Grande do Sul is closely connected to the presence of indigenous peoples and European missionaries in that space.

Keywords: Toponyms. Place study. Jesuit-Guarany Missions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Plano da redução de São Miguel Arcanjo	37
Figura 2 – Maquete da redução de <i>San Ignacio Miní</i>	38
Figura 3 – Maquete da redução de Santo Ângelo	38
Figura 4 - Área de abrangência da ação missionária da Província do Paraguai	53
Figura 5 – Mapa de localização da área de estudo	59
Figura 6 – Fluxograma representativo dos procedimentos metodológicos.....	61
Figura 7 – Área de estudo em recorte de mapa histórico	65
Figura 8 – Catedral Angelopolitana de Santo Ângelo.....	73
Figura 9 – Ruína da igreja da redução de São Miguel Arcanjo.....	74
Figura 10 – Ruína da igreja da redução de São Lourenço Mártir.....	74
Figura 11 – Rio Ijuí	76
Figura 12 – Rio Butuí.....	76
Figura 13 – Bacias hidrográficas estudadas	80
Figura 14 – Os Sete Povos das Missões	81
Figura 15 – Distritos dos Sete Povos das Missões	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Taxionomia toponímica	43
Quadro 2 – Topônimos dos cursos de água	66
Quadro 3 – Topônimos dos Sete Povos das Missões	66
Quadro 4 – Topônimos dos distritos dos municípios dos Sete Povos das Missões	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Classificação dos topônimos dos cursos de água, quanto à sua natureza	68
Gráfico 2 – Classificação dos topônimos dos distritos, quanto à sua natureza	69
Gráfico 3 – Incidência do tipo de topônimo nos cursos de água	70
Gráfico 4 – Incidência do tipo de topônimo nos distritos	71

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	REFERENCIAL TEÓRICO	16
1.1	SOBRE O ATO DE NOMEAR	16
1.2	A CIÊNCIA TOPONÍMICA	19
1.2.1	Seu caráter interdisciplinar	22
1.2.2	A influência indígena	26
1.3	AS PARTICULARIDADES DO LUGAR	31
1.3.1	O lugar nas reduções jesuítico-guaranis	34
1.4	DAS TÉCNICAS DE ANÁLISE EM GEOGRAFIA CULTURAL E EM TOPONÍMIA	39
1.4.1	Os estudos exploratórios	40
1.4.2	Sobre o método	40
1.4.3	Sobre a pesquisa documental e a pesquisa de campo	41
1.4.4	Sobre a classificação dos topônimos	42
1.4.5	Sobre as fichas lexicográfico-toponímicas	47
2	ÁREA DE ESTUDO	48
2.1	O RIO GRANDE DO SUL	48
2.2	AS MISSÕES ORIENTAIS	51
2.2.1	Os Sete Povos das Missões – Área de estudo	56
3	METODOLOGIA	61
3.1	RECORTE ESPACIAL	62
3.2	RECORTE TEMPORAL	63
3.3	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	63
3.4	COLETA DE DADOS	64
4	RESULTADOS	65
4.1	ANÁLISE E DISCUSSÃO	65
4.1.1	Taxionomia	67
4.1.2	Motivação	72
4.1.3	Espacialização	78
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS	86
	APÊNDICE A - Fichas lexicográfico-toponímicas	92
	ANEXO A - Mapa histórico da Província do Paraguai	95

INTRODUÇÃO

No estudo da interação do homem com o meio natural, para melhor compreender essa relação, é necessário olhá-la de maneira integrada, considerando os aspectos biológicos e físicos dos envolvidos, e ir além. É preciso considerar o vínculo imaterial estabelecido entre ambos e dar atenção para o imaginário, procurando o que há no simbólico do ambiente.

A nomeação dos lugares é um processo simbólico, por meio do qual se identifica o modo como o ser humano se apropria do espaço, deixando explícito seu modo de se relacionar com o mundo. O ato nominativo é, para Carvalho (2012), o modo pelo qual o ser humano se revela, apropriando-se de determinado espaço, e a espacialidade é o laço que une a linguagem à experiência que o homem constrói a respeito do mundo.

A toponímia sistematiza os nomes dos lugares, descrevendo a estrutura e a formação desses nomes, sendo, portanto, uma forma de identificação, orientação e referenciação. Considerando-se que os nomes dos lugares têm uma associação íntima com os valores culturais da população que os nomeia, eles refletem a relevância histórica dos fatos e dos costumes, além de tratarem diretamente sobre o descobrimento, a ocupação e a posse do espaço geográfico. De acordo com Dick (1996), os nomes dos lugares pesquisados, sistemática e metodologicamente, lançam luz sobre a evolução da área estudada. A situação e o sítio geográfico clarificam-se sugestivamente quando flagrados pela toponímia.

Em Ferreira (1986, p. 1689), o termo “toponímia” refere-se ao “estudo linguístico ou histórico da origem dos nomes próprios dos lugares”. Quando observado o fator motivador da escolha do nome, pode-se alcançar o ponto de vista do nomeador e também o contexto em que a denominação ocorreu. Ao pesquisar a motivação toponímica, busca-se captar a teia desenvolvida entre nomeador e nomeado, procurando compreender o modo como o nomeador se relaciona com o espaço e de que maneira dele se apropria.

Vários são os elementos formadores da motivação dos topônimos. Conforme Moreira (2006), eles dizem respeito aos recursos naturais, a fatores sócio-históricos, econômicos e culturais, além de trazerem informações sobre grupos étnicos que habitam a região ou de antigos habitantes. O estudo e a análise de tais fatores oportunizam resgatar as camadas linguísticas existentes no tempo-espaço selecionado.

Quando se faz um estudo geográfico, a partir dos nomes dos lugares, tem-se uma pesquisa eminentemente transdisciplinar, a qual articula vários campos do conhecimento. Além da geografia, a antropologia e a história contextualizam e permitem melhor compreensão sobre

a área estudada, motivo pelo qual se fez necessária uma breve retrospectiva sobre a colonização do Rio Grande do Sul.

Segundo Schmidt (1999), a colonização do Brasil foi uma ação conjugada entre Estado e Igreja. Migraram para cá diversas ordens religiosas, entre elas, a mais destacada foi a ordem dos jesuítas pertencentes à Companhia de Jesus, instrumento de luta da Igreja Católica, para contra-atacar, à época, o surgimento das igrejas protestantes na Europa. Os jesuítas possuíam uma formação intelectual primorosa e uma organização bem disciplinada. No Brasil, fundaram escolas para os filhos dos colonos e procuraram catequizar os povos nativos. No Rio Grande do Sul, assim como na Amazônia, a Igreja reunia os nativos em aldeamentos chamados missões, reduções ou doutrinas.

A Companhia de Jesus, nascida no contexto da contrarreforma, estava disposta a servir ao próximo, saindo em missão, e seu fundador, Ignácio de Loyola, transformou a ordem em ordem missionária. A essência do jesuíta era a do missionário com o pressuposto de cumprir a dimensão social do Cristianismo. Esse paradigma de missão e também de missionário previa, conforme Fantin (2010), não só a incorporação espiritual, mas também a incorporação territorial.

A história da formação das Missões Jesuíticas permite trazer à memória fatos históricos ligados às primeiras investidas dos colonizadores no Rio Grande do Sul, território, até então, habitado pelos povos nativos. A permanência dos missionários jesuítas, no noroeste do estado, por aproximadamente 133 anos, considerando-se desde sua primeira entrada, deixou fortes marcas na cultura, na arquitetura, nos costumes, nas lendas e nos nomes dos lugares. Em alguns desses locais, nas ruínas das construções, ainda é possível verificar os sinais da presença missionária.

Pesquisas relativas aos topônimos do Rio Grande do Sul e sobre a ação da Companhia de Jesus no estado mostram que um estudo tratando sobre a toponímia dos Sete Povos das Missões é uma forma de resgatar aspectos históricos, sociais, culturais e econômicos da região.

Considerando que os nomes dos lugares são repositórios dessa história e que há um desconhecimento sobre os aspectos que envolvem os nomes dos lugares pesquisados, coloca-se, como necessário, um estudo científico abordando essa temática. A pesquisa justifica-se pela possibilidade de o estudo poder trazer resultados de interesse científico, além de resultados de interesse social pelo fato de não se ter conhecimento da existência de estudos acerca dos topônimos do noroeste do Rio Grande do Sul, região que apresenta significativa riqueza cultural.

Assim, procura-se, por meio do resgate de aspectos históricos relacionados à formação dos Sete Povos das Missões e a ocupação do noroeste do Rio Grande do Sul, compreender como as marcas dos seus fundadores – colonizadores europeus juntamente com os povos nativos – estão traduzidas nos topônimos. Espera-se, com essa investigação, realizar uma interpretação dos topônimos estudados, evidenciando que o nome do lugar, além de ser um modo de percebê-lo e de externá-lo simbolicamente, também é capaz de tornar clara a efetiva ocupação do espaço por determinado grupo cultural, marcando a expansão da área habitada da superfície terrestre.

Com base nesses pressupostos, tem-se, como objetivo geral, o estudo dos nomes próprios dos lugares, no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, em locais identificados como a rota dos missionários jesuítas, na chamada fase clássica – Os Sete Povos das Missões – período compreendido entre 1682 a 1756, realizando a identificação, a classificação e a espacialização dos topônimos. Cabe destacar que, embora essa pesquisa se refira, em especial, aos topônimos dos Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul, a ação dos missionários é parte de um intento maior, ocorrido no Brasil, Paraguai e Argentina, que juntos formavam a Província do Paraguai. Tal fato amplia o horizonte da pesquisa e a faz transfronteiriça na sua essência, permitindo a inserção de apontamentos relativos às missões jesuítico-guaranis da Argentina e Paraguai, no decorrer do estudo.

Com o propósito de melhor detalhar o objetivo geral, procurou-se compreender e tornar clara a relação existente entre o denominador e o local nomeado: o fator motivador do topônimo, além de conceber a denominação do lugar como um ato simbólico de compreensão e apropriação do espaço. Desse modo, foi possível determinar os seguintes objetivos específicos:

- a) localizar, no tempo e no espaço, a ação dos jesuítas, no noroeste do Rio Grande do Sul;
- b) conhecer e explicitar o fator motivador dos topônimos;
- c) identificar e descrever as possíveis trocas de nomes, para um mesmo lugar;
- d) verificar em que medida a ação da Companhia de Jesus deixou marcas na toponímia da área estudada.

Esta dissertação está organizada em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, são apresentados os conceitos teóricos utilizados no desenvolvimento do trabalho; no segundo, é apresentada a área de estudo; o terceiro aborda questões relativas à metodologia, além de apresentar o recorte espacial e o recorte temporal da pesquisa e, por fim, o quarto capítulo contempla a análise e a discussão dos dados, organizadas em três tópicos: taxionomia, motivação e espacialização dos topônimos.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 SOBRE O ATO DE NOMEAR

“A história dos nomes dos lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes” (DICK, 1990b, p. 19).

Segundo Marisa Lajolo (2003), ensaísta, pesquisadora e crítica literária, o ato de prestar atenção aos lugares onde se vive e pelos quais se passa, apontando suas belezas, criticando seus defeitos, contando suas histórias, registrando impressões, sentimentos, queixas e sonhos, acompanha o homem desde seu surgimento na face da terra e é registrado por meio de relatos feitos em prosa e verso. Nem sempre o que é registrado, lembra Lajolo, coincide com o lugar real, marcado em mapas. Muitas vezes, são lugares do sonho, ou seja, muitas vezes esses lugares são frutos da imaginação.

A pesquisadora afirma ainda que “ao olhar ao seu redor, ao maravilhar-se com a visão de um céu estrelado, ao se espantar com a força de uma tempestade, nossos ancestrais compuseram poemas, lendas, histórias” (LAJOLO, 2003, p. i.). Assim, ilustrou-se a maneira pela qual o lugar pode despertar a atenção de quem o conhece. Tanto na literatura, quanto na música e na história há vários exemplos desses registros.

A carta de Pero Vaz de Caminha, primeiro documento escrito da história do Brasil, ou a certidão de nascimento do Brasil, é um exemplo trazido da história. Assim escreve Oscar D’Ambrósio (2011), a respeito do referido documento: “Elementos como pessoas, animais, plantas, relevo, vegetação, clima, solo, e produtos da terra são cuidadosamente descritos”. Na carta estão registradas, além das características físicas do local e do povo que o habitava, as impressões dos descobridores sobre a terra descoberta, segundo o autor, com uma “comovente curiosidade e capacidade de maravilhar-se perante o inédito” (D’AMBRÓSIO, 2011, p. i.). A partir dessas impressões, ocorreu a nomeação, balizada pelo que viram e pelo que sentiram quando aqui chegaram.

A prática de observar, descrever e nomear faz parte da atividade humana desde épocas remotas. Assim como os seres humanos, os lugares são nomeados. Essa ação varia de acordo com as peculiaridades culturais de cada povo e pode se transformar, segundo Menezes e Santos (2006), num ato de registro civil, pois, ao ser nomeado, o lugar recebe uma característica que o torna singular.

Embora distante cronologicamente, o início dos estudos sobre o nome ou acerca de sua natureza, é um tema atual e plural por conjugar o linguístico e o extralinguístico. Por meio do processo de nomeação, segundo Carvalho (2012), é possível perceber a relação profunda estabelecida entre o cérebro humano e o espaço ao desenhá-lo; a nomeação do espaço traduz a capacidade humana de perceber, interpretar e externar, simbolicamente, esse mesmo espaço.

Para Dick (1990b), é através da capacidade humana para a linguagem que o ser humano traduz em formas significativas ou em palavras as variantes de sua cultura. Tais assertivas são reforçadas por Tuan (1980), ao explicitar que “os seres humanos ostentam uma capacidade altamente desenvolvida para o comportamento simbólico. Uma linguagem abstrata de sinais e símbolos é privativa da espécie humana” (TUAN, 1980, p. 15).

Tondineli (2012) reforça o valor intrínseco ao nome do lugar e o relaciona ao registro da experiência humana vivida e ao registro da memória, afirmando a “necessidade de transformar em palavras as experiências vividas [...], a relação da palavra, do gesto e do objeto [...], repousa sobre uma fusão de sentidos”, pois considera a linguagem, por si só, esquivada demais (TONDINELI, 2012, p 146).

Em “Cidades Invisíveis” (1972), Ítalo Calvino, por meio de uma linguagem figurada, ao descrever as cidades do império de Kublai Khan, torna bem clara a relação imaterial, permeada pela afetividade, estabelecida com essas cidades e a importância de seus nomes. Também fica evidente, por intermédio de seu texto, a interferência dos filtros pessoais na percepção do lugar, quando Marco Polo, emissário do imperador dos tártaros, responde ao imperador sobre a maneira como descreve as cidades que visita.

A mesma cidade pode, na concepção de Calvino (1972), assumir várias feições, dependendo do envolvimento estabelecido com ela. Para alguns, simplesmente de passagem, a cidade é uma; é outra para os que são aprisionados e, com ela, desenvolvem vínculos; apresenta-se de uma forma para os recém-chegados e de outra para os que a abandonam. O modo como se descreve o lugar depende do modo como o narrador se relaciona com ele e dos sentimentos desenvolvidos em relação a ele. Tal relação fica evidente na narrativa de Marco Polo ao se reportar a uma cidade: “Talvez eu já tenha falado de Irene, sob outros nomes; talvez eu só tenha falado de Irene” (CALVINO, 1972, p. 53).

Os nomes carregam consigo ao menos uma parte da figura imaginada ou do lugar que desperta afeição e cativa o nomeador. Se, por um lado, para desfazer essa imagem, basta que o nomeador se afaste emocionalmente, e o nome torna-se vazio em seu significado, por outro lado, Calvino (1972) observa que o nome é um dos elementos mais resistentes à deterioração, mudança da população ou de costumes no decorrer do tempo.

Os nomes dos lugares, assim considerados, refletem o caráter de um lugar, humanizado por meio de uma identificação própria, que o diferencia de qualquer outro lugar. Os topônimos, de acordo com Furtado *apud* Menezes e Santos (2006), formam uma linguagem geográfica fundamental, de grande importância, tanto para a Geografia como para a Cartografia, uma vez que falam muito sobre o terreno e sobre o povoamento; eles acabam por delimitar uma dada área, com uma especificidade cultural.

Os topônimos trazem, de modo implícito, a evolução histórica do lugar, além de traços culturais de uma época. Estão refletidas, nos nomes dos lugares, as camadas espaço-temporais marcadas por “influências de caráter geográfico, histórico, sociológico, econômico, lexicográfico, antropológico, cartográfico, entre outras” (MENEZES; SANTOS, 2006, p. 194).

De acordo com Carvalho (2012), no acervo de palavras de um determinado idioma, “ocupa um lugar especial o nome que, inicialmente emanado do mundo comum para ser aplicado a um espaço concreto, sofre as modificações realizadas pelo homem que o transforma e o reconstrói para uso das gerações seguinte” (CARVALHO, 2012, p. 29).

O topônimo é, a princípio, um vocábulo comum com a função específica de identificação dos lugares. Esse aspecto é levantado por Dick (1990a), ao considerar o ato designativo “como a atitude que irá conferir outra substância às lexias comuns da língua, transformando-as em signos de um novo valor”; elas deixam de pertencer à categoria de nomes comuns, para serem enquadradas na categoria de nomes próprios (DICK, 1990b, p.60).

Nomes dão singularidade, mas não engessam os lugares. Há, segundo Menezes e Santos (2006), uma dinâmica com relação à nomeação dos lugares, que navega ao sabor das injunções políticas e econômicas, o que faz com que o nome evolua, transforme-se ou se corrompa. Para esses autores,

Os nomes geográficos são testemunhos históricos do povoamento de toda uma nação. Eles registram e sinalizam a passagem histórica de gerações, culturas, povos e grupos linguísticos, que se sucedem na ocupação de uma dada porção territorial, indicando a antropização da paisagem e a consequente expansão do ecúmeno (MENEZES e SANTOS, 2006, p. 194).

A importância dos topônimos, e o fato de considerá-los a representação simbólica do modo como o homem se relaciona com o meio, estão reforçados, a seguir, no pensamento de Claval (2011).

Para que os membros de uma sociedade disponham de conhecimento geográfico satisfatório em matéria de orientação, não basta que eles saibam determinar as direções de referência (...) e que, ao se deslocar, tenham aprendido a interiorizar as

sequências que permitem reconhecer e, se necessário, voltar ao ponto de partida. Para eles é preciso comunicar o que foi visto. Para consegui-lo, eles batizam o terreno e cobrem os espaços conhecidos com nomes de lugares, de toponímias (CLAVAL, 2011, p. 31).

Conforme Claval (2011, p. 31, grifo nosso), a partir do momento em que o batismo do terreno foi realizado, tanto as tarefas de orientação como as de localização não dizem mais respeito somente a encontrar, em cada um dos lugares, suas coordenadas e memorizar seus caminhos. É necessário, também, citar os nomes dos lugares, pois são eles que reatam a atual experiência do terreno àquela já passada. A criação de uma grade de toponímias, prossegue o autor, permite falar do lugar mesmo à distância; a experiência sobre o lugar deixa, então, de ser individual para ser socializada.

O imenso vocabulário formado pelos topônimos não é, já observava Longnon (1920), como o vocabulário da ciência, nem tampouco é o desenvolvimento de dados sistemáticos. Não é trabalho de alguns homens, mas sim de muitos povos, formados pelas longas e aleatórias circunstâncias. Bastante diversos em seus elementos de origem, os topônimos, muitas vezes, indicam um tipo de solo; outras vezes, indicam espécies animais ou vegetais; são capazes também de preservar a memória de elementos passados ou as características pelas quais os centros populacionais foram criados. Assim, na nomenclatura dos lugares, são grandes as possibilidades de análise, não só para os linguistas, mas também para o historiador e para o arqueólogo.

1.2 A CIÊNCIA TOPONÍMICA

A toponímia é uma história miúda e divertida. (João Romão da Silva, *apud* Afrânio Peixoto, 1965).

Onomástica é a área do conhecimento científico que diz respeito ao estudo dos nomes, traduzindo-se como o estudo dos nomes próprios. Seu objeto de estudo e trabalho é o nome próprio genericamente considerado. Subdivide-se em Antroponímia (estudo dos nomes das pessoas) e Toponímia (estudo dos nomes dos lugares). A Toponímia, como uma das partes desse corpo maior de estudo, cuida do “entendimento dos nomes próprios dos lugares, distintos dos nomes comuns, delimitados pela teoria da linguagem” (DICK, 2006, p. 96).

Em Dick (1987), encontra-se a origem dos estudos toponímicos e se apontam as tendências desses estudos no Brasil. De acordo com a autora, a organização dos estudos

toponímicos como um “corpo sistematizado” se deu na Europa, em torno do ano de 1878, por Auguste Longnon, cujos alunos publicaram, postumamente, uma obra considerada clássica para o conhecimento dos nomes dos lugares habitados: *Les noms de lieu de la France*.

A autora registra, ainda, que em 1922, Albert Dauzat retomou os estudos onomásticos e publicou, em 1932, *Chronique de Toponymie*, citando fontes e trabalhos publicados em que pesquisadores incluíam, em seus ensaios, tratados sobre nomes antigos de lugares. Em 1938, Dauzat organizou o I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia, do qual participaram vinte e um países, com algumas resoluções práticas, dentre as quais se destaca a sistematização dos processos de pesquisa, que contém as normas a serem seguidas pelos pesquisadores.

Os estudos da Toponímia, no Brasil, de acordo com relato de Nunes e Andrade (2013), foram conhecidos segundo uma perspectiva etimológica de origem indígena; na academia, tais estudos foram iniciados na Universidade de São Paulo, por ocasião da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Nas últimas décadas, é com base nos estudos e pesquisas iniciadas pela professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, da Universidade de São Paulo, a qual adaptou o modelo europeu à realidade brasileira e alavancou essa área de estudos. A partir de então, a toponímia tem-se disseminado e ganhado adeptos dispostos a desvendar o que guarda o nome do lugar. No tocante a esses estudos no Rio Grande do Sul, Pegoraro (2013) lembra que eles são ainda incipientes.

Dick (1990a) afirma desconhecer outras publicações nacionais que abranjam a macro-ordenação geográfica, a não ser aquelas produzidas pela Universidade de São Paulo. Para a autora, tais lacunas forçaram a adequação de fatos estrangeiros à realidade nacional, uma vez que, no estudo da ciência dos nomes, a bibliografia usada dizia respeito a outras espacialidades (europeia, americana). Tal adaptação, contudo, nem sempre é convincente, já que o idealizador do nome ou da regra tem uma visão de mundo compatível com suas perspectivas, e a transformação nem sempre é explicável.

Conforme a autora, no dizer de Drumond¹, ‘a Toponímia distinguia-se por ser um rol de vocábulos quase exclusivamente de origem tupi, seguido de uma provável etimologia [...]esgotando-se aí os objetivos e as pretensões da matéria [...]’ atualmente, com novas orientações e perspectivas, o estudo dos nomes se volta para a História, a Geografia, a

¹Carlos Drumond impulsionou os estudos referentes à Toponímia, na Universidade de São Paulo e orientou a professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, em sua tese de doutorado.

Arqueologia, de acordo com a formação intelectual do pesquisador. Não é mais possível estudar e compreender a toponímia sem sua vinculação com outras ciências do conhecimento humano e sem a troca estabelecida entre as ciências, em que uma fornece, à outra, subsídios para suas configurações teóricas.

Numa interpenetração de campos fenomenológicos específicos, ressalta-se, porém, o papel universalístico da disciplina, no que é comum a todos os outros ramos do conhecimento, mas, no seu caso, ao mesmo tempo, torna-se muito particular a um determinado espaço, desde que envolve o homem que manipula a cultura desse meio, como produto que dele é. Que faz, então, este homem, dentro de nossos estudos? É ele quem traz para os designativos geográficos, a verdadeira psicologia popular, paralelamente ao agir oficial ou sistemático, enfocando, quantas vezes o que de mais significativo oferece a região (DICK, 1990a, p. II)

De acordo com Dick (1990b) é somente a partir de um trabalho de investigação, conduzido com muita seriedade, muitas vezes demorado, que se pode chegar à questão considerada uma das mais complexas em toponímia: a intencionalidade do denominador. No universo ambiental, no qual o homem se organiza, é possível se obter influências, sejam elas positivas ou negativas, da experiência humana no meio. “E é nessa mesma cadeia de possibilidades que os topônimos se estruturam e se distribuem em estratos de diversas naturezas” (DICK, 1990, p. 61).

No texto de Dick (2006), vê-se que a busca se dava por um modelo sistêmico capaz de responder às necessidades fundamentadas na realidade etnocultural conhecida ou que se desejava conhecer. A necessidade de sistematização dos estudos toponímicos já estava presente na obra do geógrafo Theodoro Sampaio, *O Tupi na Geographia Nacional*², publicada em 1901, quando o autor afirma que “outro não é o nosso intuito, aliás despretençioso e modesto, que não o de methodisar, ou submeter a regras esse estudo linguístico” (SAMPAIO, 1901, p.3).

Essa necessidade de aprimoramento do método, ainda é sentida pelos estudiosos do tema. Para Penko Seidl (2008), a atitude humana, em relação ao espaço, é gravada por meio dos topônimos. Eles representam uma espécie de vínculo entre o mundo material, tangível e a compreensão humana desse espaço. Todavia, a relação entre os topônimos e os espaços que eles descrevem, o fator motivador, ainda permanece relativamente pouco estudada.

²Obra considerada, por alguns autores, clássica para a toponímia brasileira, pois “a criteriosa análise a que foram submetidos todos os vocábulos; a profundidade dos conhecimentos tupis; a seriedade de suas investigações para cujo resultado não faltaram nem as leituras das crônicas antigas e das antigas relações de viagens, nem a consulta ao elemento histórico, a fim de descobrir a verdadeira grafia primitiva dos vocábulos, para a perfeita elucidação de seu sentido e a rigorosa determinação de sua etimologia (DICK, 1990a, p. 4).

Neste sentido, o nome do lugar nunca representa algo estranho, alheio ou deslocado daquele contexto ambiental, histórico, político cultural para uma determinada comunidade. “Ao contrário, reflete e refrata de perto, a própria essência do ser social, caracterizado pela substância do conteúdo” (TONDINELI, 2012, p. 154).

O estudo da Toponímia é uma importante área de investigação, cujo fundamento principal é o fato de que a nomeação de um lugar não ocorre de maneira aleatória ou despropositada. Há uma razão de ser para o nome e, quando investigado, é capaz de revelar fatores determinantes a respeito da cultura da região pesquisada.

Segundo os relatórios sobre as atividades realizadas pela Associação Cartográfica Internacional (ICA/2012-2014), é importante destacar que a Toponímia tem sido tema recorrente nas conferências internacionais de estudos cartográficos. A partir da conferência realizada em Paris, no ano de 2011, esse tema passou a ser tratado também no contexto geográfico, uma vez que foi criado o Grupo de Trabalho em Toponímia.

O grupo de trabalho sobre toponímia tem organizado sessões em congressos internacionais com apresentação de trabalhos, entre as quais se salientam duas sessões ocorridas no 32º Congresso Geográfico Internacional, em Colónia: a primeira abordou os nomes de lugares como marcadores e ingredientes de identidade, relacionados com o espaço e, na segunda sessão, o tema foi a leitura da paisagem por meio de nomes de lugares, em mapas antigos.

1.2.1 Seu caráter interdisciplinar

A interdisciplinaridade é vista, para Nunes e Andrade (2012, p. 197), como “o ponto de encontro entre o movimento de renovação da atitude frente aos problemas de ensino e pesquisa e aceleração do conhecimento científico”; há, entre as áreas de conhecimento, algum tipo de interação, de articulação. Não é possível pensar a toponímia sem vinculá-la a outras ciências; este é um saber que “articula saberes geográficos, históricos, biológicos, antropológicos, além dos saberes linguísticos”. (NUNE; ANDRADE, 2012, p. 201).

Foi somente por intermédio do conjunto das ciências sociais que a dimensão crítica de percepção das realidades sociais pôde ser incorporada às novas topologias da pesquisa geográfica, o que ocorreu após os anos 1980. Até meados do século XX, segundo Claval (2011), grande parte dos geógrafos passava distante da interação que se estabelecia entre o ambiente e a sensibilidade humana. A partir dessa nova topologia, os geógrafos começaram a se interessar pela experiência feita pelos homens no mundo; passaram também a se questionar sobre seus

próprios sentidos e, dentre os sentidos, o privilegiado pelos geógrafos, até então, era a visão. Porém, inúmeras e incontáveis são as impressões que o homem recebe do mundo externo, por meio de todos os seus sentidos.

O que a visão consegue registrar e captar é possível ser descrito, ainda que de modo incompleto ou impreciso, por meio de palavras. Elas são capazes de representar, por meio de relato, as formas e as cores, porém o que os outros sentidos testemunham e captam não podem, da mesma maneira, servirem à transcrição verbal ou escrita. Nesse caso, a incompletude é ainda maior, pois as experiências olfativas são inefáveis. Ao se descrever o odor de terra molhada, por exemplo, não se tem a real dimensão sobre o que esses termos despertam em quem os escuta, afirma Claval (2011).

De acordo com Corrêa (2009), a Geografia Cultural, no Brasil, passa a existir a partir de 1993. Desde então, trata-se de um subcampo plenamente estabelecido no país. Tal subcampo privilegia modos de vida que resultam das relações estabelecidas entre a sociedade e o meio. Para o autor, “A produção e a reprodução da vida material é mediada na consciência e sustentada pela produção simbólica [...] os símbolos são traços fundamentais do ser humano” (CORRÊA, 2009, p. 2).

Na concepção de Corrêa e Rosendahl (2007), graças aos discípulos de Carl Sauer, em Berkeley, e mais tarde em várias universidades, que constituíram a chamada Escola de Berkeley, que a Geografia Cultural ganhou identidade. Em sua Geografia, esses estudiosos, privilegiaram cinco temas: cultura, paisagem cultural, áreas culturais, história da cultura e ecologia cultural, aos quais se somaram

estudos sobre limites, contatos e mudanças culturais, difusão espacial, migrações, língua, religião, dieta alimentar, gênero de vida, nomes dos lugares, tipos de casas, habitat rural, domesticação de plantas e animais, sistemas agrícolas, diversidade e unidade regional e impactos ambientais devido à ação humana (CORRÊA; ROSENDAHL, 2007, p11).

Para Sauer (2007), a Geografia Cultural tem interesse nas obras humanas, na superfície terrestre com uma expressão própria. Em tal subcampo da Geografia, estão inscritos os estudos da toponímia, pois a nomeação dos lugares é uma forma simbólica de apropriação do espaço, é uma forma simbólica de traduzir o lugar ou ainda é um modo de interpretação do homem sobre o meio.

A imaginação reelabora metaforicamente tudo aquilo que os sentidos captam, criando e recriando significados que enriquecem a compreensão a respeito da existência humana, [...] cujos significados constituem uma condição para a reprodução do social,

incluindo não apenas valores [...] mas também as relações sociais e a espacialidade humana [...]. Os significados constituem o foco da atenção do geógrafo cultural (CORRÊA, 2009, p. 3).

Interpretar representações diversas que os grupos sociais constroem, tendo por base suas experiências e práticas, é objeto de interesse da Geografia Cultural. Corrêa (2009) aponta que o interesse na criatividade, consciência e compreensão da condição humana leva a corrente humanista, uma das três correntes nas quais se subdivide a geografia cultural, a estabelecer relações com as humanidades, a história, a literatura e a filosofia. Finalizando seu texto sobre a Geografia Cultural, o autor afirma que “A Geografia Cultural oferece ao geógrafo vários caminhos para tornar inteligível a ação humana” (CORRÊA, 2009, p. 7).

Ao tratar especificamente a respeito da nomeação de lugares, Corrêa (2007) afirma que, “a toponímia constitui-se em relevante marca cultural por que, em realidade, articula linguagem, política territorial e identidade” (CORRÊA, 2007, p. 176).

Os nomes geográficos, livres da opacidade que lhes conferem o tempo e a grafia ou o passar de boca em boca, observam Menezes e Santos (2006), são capazes de auxiliar e, em muitos casos, precisar a fisionomia da paisagem humanizada. Porém, a possibilidade de se tirar inferências geográficas, a partir da distribuição dos topônimos, deve estar alicerçada numa certeza linguística e contextualizada nos demais eventos que dão corpo e originalidade à região estudada. Desse modo, conforme observado por Pimenta (2003), o trabalho de sistematização não pertence ao geógrafo, o que confere, a essa modalidade de pesquisa, um caráter multidisciplinar.

Na toponímia de uma região, é necessário atentar para o caráter histórico desse estudo, já que os nomes próprios, associados a um acidente geográfico, possuem, de forma latente, informações culturais e geo-históricas que envolvem a nomeação e a significação desses nomes. Brito (2011) sugere que o estudo etimológico e semântico dos topônimos, procurando recuperar o termo original, é capaz de trazer consigo informações passíveis de despertar uma série de compreensões que até então não eram consideradas.

A especial relação entre a Toponímia e a Geografia também é destacada por Carvalho (2012), pois os nomes dos lugares constituem o vocabulário próprio da ciência geográfica. Segundo o autor, sendo a Toponímia sempre a expressão de apropriação do espaço geográfico, por um grupo cultural, constitui-se em um poderoso elemento identitário, e os topônimos guardam significados políticos e culturais por envolverem as diversas etnias e grupos culturais, sejam eles hegemônicos ou não.

Para Carvallho (2012), citando Menéndez Pidal³, os topônimos carregam a memória coletiva de um povo, testemunhando sua origem e transformação. “São uma espécie de ‘viva voz’ das pessoas, povos ou grupos desaparecidos, transmitidos de geração em geração, de boca em boca”. Nesse contexto, o topônimo é propriedade de todos e, ao mesmo tempo, de ninguém. Ele possui, de alguma maneira, a memória coletiva de um povo (CARVALHO, 2012, p. 29).

O geógrafo mostra especial interesse na investigação dos topônimos porque eles estabelecem conexões com “vocábulo comuns que se referem aos diversos objetos geográficos” e testemunham mais a “presença e a difusão de determinados fenômenos, que particularmente a consciência (mais do que o conhecimento) que deles têm os habitantes” (CARVALHO, 2012, p. 38).

Desse modo,

a possibilidade de reconstruir a estratificação cronológica da toponímia de dada área facilita muito a investigação das transformações históricas, da ocupação e valorização humana desse território. A frequência dos diversos topônimos ou de várias categorias pode, de modo particular, fornecer ao estudioso da geografia indicações preciosas dos modos de desenvolvimento do povoado e das fases em que se desenrolou a ação humana de exploração e utilização do território (CARVALHO, 2012, p. 39).

Conforme Dick (1987), os nomes próprios dos lugares são hábeis instrumentos de pesquisa, uma vez que os sentidos desses topônimos, que anteriormente interessavam ao linguista, hoje permeiam os campos da geografia, da antropologia, da psicossociologia, da cultura em geral. Tais designativos, quando estudados mais profundamente, “procuram compreender a própria mentalidade do denominador, não só como elemento isolado, mas como projeção de seu grupo social” (DICK, 1987, p. 97).

A autora prossegue afirmando que a nomenclatura geográfica do território se apresenta tão mestiça e heterogênea quanto o próprio povo, capaz de revelar, ao estudioso, muito do passado, da terra e da gente que nele viveu. É a distribuição quantitativa e qualitativa dos designativos de lugar, em uma área determinada, que os transformam em objeto de estudo para pesquisadores de diversas ciências.

No estudo dos topônimos e, em especial, dos topônimos de origem indígena, Silva (1966) já dizia ser necessário elucidá-los através do conhecimento de seus termos constitutivos

³Ramón Menéndez Pidal (La Coruña, 1869 - Madrid, 1968). Filólogo e historiador espanhol, iniciador da filologia hispânica, criou uma importante escola de investigadores e críticos.

e por meio dos seus significados. Com o intuito de que esse estudo seja mais proveitoso e útil, é interessante acrescentarem-lhe referências de caráter histórico, antropológico, geomorfológico, entre outros, conferindo, à pesquisa em toponímia, um caráter multidisciplinar.

Sabe-se que a toponímia [...] é a ciência que caminha ao lado da história, servindo-se dos seus dados para dar legitimidade a topônimos de um determinado contexto regional, inteirando-se de sua origem para estabelecer as causas motivadoras, num espaço e tempo preciso, procurando relacionar um nome ao outro, de modo que, na distribuição conjunta, se infira um modelo onomástico dominante ou vários modelos simultâneos. Procura atender essa tendência também em função dos acidentes geográficos que servem de base física ao nome empregado, a fim de que se verifique a sua projeção no denominativo e em que termos isso ocorre. Procura ainda estabelecer pontos de intersecção entre os designativos e as línguas faladas no local, de maneira a determinar as tendências linguísticas manifestadas nos topônimos, ou em que medida estes expressam formas antigas da linguagem, com as modificações experimentadas (DICK, 1996, p. 12, 13).

Quando se estudam topônimos, a documentação é tão vasta e se transforma numa fonte diversificada, múltipla e polivalente, capaz de servir tanto ao geógrafo, ao historiador como ao cientista social. Ao trabalho do pesquisador em toponímia, em contínuo processo de análise, diante dessas variadas fontes, cabe um espaço que se consolidará numa nova forma de pensar ou na necessidade nova de expressão. Trata-se, “de um fazer possível, ainda que de execução trabalhosa, dentro de um contexto denominativo”, afirma Dick (1996, p. 12). O pesquisador dará a tais fontes um outro tipo de tratamento, buscando ensinamentos aliados ao seu objetivo. Assim, só se pode estudar e compreender a toponímia a partir de elementos de diversas ciências.

1.2.2 A influência indígena

No primeiro contato dos portugueses com a terra descoberta, os acidentes e locais encontrados eram nomeados em homenagem aos santos do dia da chegada. Desse modo, é possível notar a força da linguagem quanto à posse da terra, à persuasão e ao alargamento de fronteira, pois o “domínio da terra pelo europeu, antes de ocorrer pela força, fez-se pela língua, no aprendizado direto com o autóctone” (DICK, 2006, p. 95). Ao perceberem que os locais nomeados já haviam sido batizados, o nome português tornou-se, então, supletivo àquele já existente, configurando-se um bilinguismo assimétrico na colônia, afirma Dick (2006).

Na época da conquista, o Tupi era a língua dominante ou a língua da colônia, adotada pelos portugueses, os quais preferiam as expressões tupis às da sua própria língua. Por meio

dos contatos com essa língua chamada bárbara, iam-se alterando a prosódia e a sintaxe portuguesa, e os verbos tupis foram modelados pelos do português; a conquista se efetivava, tendo por veículo “a própria língua dos vencidos, que era a língua da multidão”; as terras que iam sendo descobertas recebiam, então, um nome tupi e, por onde estendia o domínio de Portugal, a língua dos conquistadores só era introduzida mais tarde, “com o progresso da administração” (SAMPAIO, 1901, p. 14).

Nos povoados mais apartados, a catechese, iniciada e desenvolvida pelos jesuítas, ia dando á língua barbara os fóros de um vehiculo civilizador. Fallavam os padres a língua dos aborígenes, escreviam-lhe a gramática e vocabulário e ensinavam e pregavam nesse idioma (SAMPAIO, 1901, p. 12).

Nos seminários para filhos dos indígenas, mestiços ou brancos, meninos e meninas, os padres lhes ensinavam o português, como de uso corrente, e o tupi, preparando-os, assim, para levarem a conversão e os ensinamentos às suas casas e suas famílias, observa Sampaio (1901).

Tirapeli (2008) ratifica a ideia de Dick e de Sampaio, observando que, no contato entre europeus e povos nativos, duas culturas tão distintas, “A ação catequética baseada na oralidade teve que ser estruturada na Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil⁴ (1595), do padre José de Anchieta”. (TIRAPELI, 2008, p. i.).

Ao longo da Costa, várias línguas eram faladas. Todas eram muito parecidas entre si, como se fossem variações de uma língua principal, “uma língua brasílica, que não tinha escrita, era só oral”, os indígenas a chamavam *abanhém* ou *avanhém*, que pode ser traduzida como língua do homem ou língua indígena, afirma Benedito (2014).

Os povos que habitavam essas terras tinham algumas variações, porém havia entendimento entre eles. Para facilitar a catequese, os padres jesuítas unificaram essas línguas e, no Norte do país, a nova língua passou a ser conhecida como *nheengatu* (língua boa ou falar bem, em tupi). Benedito observa que, no Sudeste, por influência do Padre Anchieta, que aprendeu a falar o idioma indígena (que mais tarde se chamaria tupi), a base foi outra. “Então, no Centro-Sul do Brasil, área de influência de São Paulo, essa criação dos jesuítas ficou conhecida como língua geral paulista” (BENEDITO, 2014, p. 8).

As diferenças entre as duas línguas (*abanhém* e *nheengatu*) eram pequenas, e muitos estudiosos se referem a ambas como *nheengatu*. Em São Paulo, quase não se falava português e, quando os jesuítas foram expulsos do Brasil e o *nheengatu* foi proibido, todos os documentos

⁴Essa gramática foi impressa na cidade de Coimbra, Portugal, no ano de 1595, e utilizada nos colégios jesuítas, no Brasil, até a expulsão da Companhia de Jesus, em 1759.

tiveram que ser escritos em português. Ao se discutir acerca da sobrevivência das línguas indígenas, logo vêm à memória os nomes dos lugares, os nomes da fauna, da flora e até os nomes de pessoas.

A imposição da língua portuguesa aos brasileiros em boa parte do Brasil, principalmente na área de domínio paulista, resultou num português com sotaque *nheengatu*, o que deu origem ao que se pode chamar dialeto caipira, falado até hoje (BENEDITO, 2014, p. 11).

E vale lembrar que o *nheengatu* é ainda hoje uma língua viva na Amazônia. O município de São Gabriel da Cachoeira (AM) foi pioneiro, em 2002, na oficialização das línguas indígenas (BENEDITO, 2014, p. 11).

Sobre a influência do tupi-guarani no português do Brasil, Bueno (2014) explicita que “A contribuição, portanto, das línguas indígenas ao português supera e de muito, as influências do árabe, das línguas germânicas, rivalizando-se com as do latim vulgar e cristão, ao menos nesta parte americana do vasto império do idioma que Portugal nos legou” (BUENO, 2014, p. 19).

Nessa mesma obra, no tópico intitulado “O difícil estudo dos topônimos”, o autor alerta para alguns cuidados durante este estudo; o primeiro deles diz respeito à migração dos povos, que mudavam muitas vezes em função do clima, outras vezes em função das guerras, referindo-se às dificuldades encontradas pelos autores italianos e franceses. Quando o assunto são os topônimos de origem indígena, Bueno considera as dificuldades ainda maiores, em decorrência da migração das tribos e pelas invasões de umas tribos sobre as outras; diz ser necessária uma atenção maior, uma vez que os topônimos indígenas são “descritivos, pois os indígenas eram de fina observação, incluindo no nome do lugar as características desse lugar” (BUENO, 2014, p. 553).

Ao longo do tempo e com o desenvolvimento do país, algumas das características do lugar foram perdidas ou transformadas, e o topônimo já não corresponde mais ao fim para qual foi empregado. Isso posto, Bueno (2014) ressalva a importância de se contemporizar o topônimo à época em que foi aplicado, tempo esse em que os elementos componentes das palavras refletiam, de modo exato, as características do local nomeado.

Para que se obtenha um trabalho de consistente valor cultural, não basta ter em mãos diversos dicionários e obras do gênero. Para Tibiriçá (1985), são de igual importância o convívio com o indígena, o conhecimento do seu linguajar, seus hábitos, suas crenças, além de “uma razoável noção de ciências humanas, em geral, principalmente de geografia, história, pré-história, regionalismos, etnologia”, afirma o autor, em seu Dicionário de Topônimos Brasileiros

de Origem Tupi, ao abordar o estudo dos topônimos de origem indígena (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 9).

No estudo dos topônimos dessa natureza, os conhecimentos da flora e da fauna também se fazem necessários, dada a importância da fruta, da planta e da madeira na vida dos habitantes primitivos do país, uma vez que um grande número de topônimos designam seus nomes. Tibiriçá (1985) cita alguns exemplos disso com o intuito de mostrar os desafios enfrentados ao se optar pelo estudo de topônimos de origem indígena.

Segundo o autor, a grande maioria dos topônimos brasileiros de origem indígena é legado do Tupi. Esse povo habitava a costa do Atlântico, porém, nas regiões mais ao sul, existem topônimos Guarani, sendo tomados como Tupi, o que pode gerar alguns equívocos. O importante, para Tibiriçá (1985), é decifrar o significado dos nomes.

Quando não formarem nenhum sentido, provavelmente não é tupi. Ou deixamos de lado ou buscamos seu étimo em outras línguas indígenas. [...] Os velhos tupis tinham uma forma poética de expressarem-se, mormente ante as belezas da natureza. [...] Se o nome tupi não condiz com a atual realidade geográfica, teria havido substancial mudança no ambiente, ou o nome do local fora deslocado por circunstâncias várias, o que é perfeitamente concebível. [...] podemos, então, encontrar de tudo, menos aquilo que indica o nome tupi. E assim são os topônimos (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 11, 12).

Referindo-se aos nomes de origem indígena, em especial aos de origem Tupi, Sampaio (1901) observava que “são vocábulos doces e sonoros, longos e muitas vezes, excelentes em geral como designação de lugares”. Entretanto, afirma que muitos perderam seu valor porque não é mais possível compreender “o que exprimem, o que recordam, o que nos revelam do sentir e do genio do povo primitivo que nol-os legou” (SAMPAIO, 1901, p.5).

Finalizando a introdução de sua obra e se referindo à obscuridade que sofrem a grafia e o significado dos nomes aplicados à geografia do Brasil, o autor destaca a necessidade de que tais estudos despertem o interesse de outros pesquisadores e continuem a se desenvolver. Assim, Sampaio (1901) afirma ter levantado uma ponta do véu de esquecimento que recai sobre a “memória do povo desaparecido a quem sucedemos no domínio desta terra, cujas vozes barbaras, na sua lenta e secular fossilização”, perderam sua estrutura original, perdendo também seu significado e expressão; é como se ficassem vazios quando usados para designar as prósperas cidades dos novos dominadores (SAMPAIO, 1901, p. 9).

De acordo com Silva (1966), alguns designativos de lugares, em sua forma primitiva, estão, de tal modo, esquecidos ou modificados, por vícios de grafia ou de pronúncia, que dificilmente podem ser entendidos ou responder por uma tradução única e exata. Até mesmo para os nomes sobre os quais já se manifestaram respeitáveis estudiosos da língua, essas são

questões que não podem ser consideradas como definitivamente solvidas, uma vez que ainda persistem muitas dúvidas e divergências acerca delas. Desse modo, a opacidade que certos termos carregam, com o passar do tempo, transformaram-se em fatores dificultadores para seu estudo e análise.

Inúmeras foram as trocas ocorridas durante o processo de colonização do país e do estado do Rio Grande do Sul, ou seja, a influência de um povo sobre o outro não se deu somente na língua. Kern (1995), sintetizando essas trocas, afirma que a elaboração de uma síntese cultural ibero-americana, na qual a sociedade atual está imersa, é o que de mais importante resultou desses contatos. Segundo o autor, “Os contatos culturais foram extensos e intensos” (KERN, 1995, p.52, grifo nosso).

De acordo com Kern (1995), é inegável a aceitação, pelos povos nativos, de padrões comportamentais, impostos de modo autoritário, porém há que se considerar que algumas inovações técnicas trazidas pelos europeus, eram desejadas.

Muitas vezes, foram os indígenas que adquiriram, trocaram ou roubaram dos brancos exemplares de sua tecnologia avançada, tais como lâminas de machado de ferro e as armas de fogo.

Quase sempre, entretanto, eram os brancos europeus que necessitavam dos conhecimentos dos indígenas sobre a natureza do novo continente, e, com eles, buscavam informações sobre o clima, a flora, a fauna, as ocorrências de minérios, sobre os demais grupos indígenas, etc (KERN, 1995, p 53).

A elaboração dessa síntese cultural, resultante do contato entre os povos nativos da América e os missionários europeus, está descrita nos painéis expostos no Museo Jesuitico, localizado nas ruínas históricas de *San Ignacio Miní*, na província da Misiones, Argentina, (visitado no mês de agosto de 2015). Nos painéis em que se descrevem algumas práticas guaranis, é possível ler: “*Las misiones guaraníes de la Compañía de Jesús fueron una construcción social totalmente novedosa. Intentaron imponer los valores humanistas de la cultura europea tolerando aquellos de la indígena que consideraban adecuados*” (MUSEO SAN IGNACIO MINÍ, 2009).

Desse modo, observa-se que as trocas que ocorreram, tanto na Argentina como no Paraguai e Brasil, influenciaram não só a língua, mas também o modo de vida de colonizados e de colonizadores. Para Gomes e Quevedo (2003), esse processo de miscigenação gerou a sociedade Guarani missioneira no Rio Grande do Sul, a qual teve suas práticas nativas alteradas, não substituídas.

1.3 AS PARTICULARIDADES DO LUGAR

A partir dos anos 1970, os geógrafos viveram uma espécie de revolução nascida de questionamentos que eles próprios faziam acerca do seu ofício. É como se esses pesquisadores, naquele momento, fugissem da realidade e se tornassem indiferentes aos acontecimentos de sua época. Com base nessas reflexões, emergiu uma nova tipologia da pesquisa geográfica, que destaca a experiência vivida do espaço ou o espaço vivido. Por meio da Fenomenologia, os geógrafos transformam suas perspectivas ao perceberem que os lugares não são pontos anônimos num espaço neutro, como apontado por Claval (2011).

A inseparabilidade entre o sujeito e o objeto é contemplada pela Fenomenologia. Ela examina os fenômenos da consciência ou da experiência vivida; busca os fatos como eles são produzidos; investiga os atos e o entendimento sobre o mundo; propõe, pela descrição, descobrir as estruturas transcendentais da consciência e das essências. Os seguidores da Geografia Humanística tiveram, então, que ultrapassar aqueles inventários objetivos, com os quais se contentava a disciplina.

Foi o surgimento da Fenomenologia, no âmbito das ciências sociais, que fez mudar a forma de pesquisa. Nessas ciências, segundo Claval (2011), essa nova forma de pesquisa transformou as perspectivas dos geógrafos porque lhes deixou claro que os lugares possuem identidade e que a Terra, além de uma superfície geométrica, é composta por meios físicos, onde a vida acontece por toda a parte.

De acordo com Freire (2013) “na Geografia, a espacialização do homem como parte do mundo vivido é um gancho que a integra à fenomenologia, muito embora com raízes claramente existencialistas” (FREIRE, 2013, p. 70). A pesquisa voltada para a experiência humana traz consigo um olhar geográfico focado sobre os aspectos de sua diversidade, os quais não eram mencionados pela Geografia Clássica.

Mostrar interesse pelo homem e por suas experiências no mundo é, conforme Claval (2011), questionar-se sobre os seus sentidos; o ser humano deixa de ser uma simples força de trabalho ou simplesmente um espírito. É através dos seus sentidos que constrói sua experiência de mundo (ouve, degusta, funga, olha, apalpa).

As impressões que o homem recebe do mundo exterior, por meio dos sentidos, não são passíveis de medida, dada a multiplicidade das sensações e do próprio homem. Os sentidos, por sua vez, referem-se aos perfumes dos lugares, ao encantamento que provocam. Tais elementos decorativos se ligam intimamente às lembranças, a algo experimentado, descoberto, vivido.

Os lugares nos falam de enraizamento, do pitoresco, do exotismo. Nas cidades modernas evocam também o suor, a dor dos homens, a corrida indefinida que efetuam na perseguição de um tempo que lhes escapa; em outros lugares, através dos corpos abandonados sobre a areia dourada, a dois passos da ressaca que os embalam, é o lazer, o prazer, o esquecimento das preocupações (CLAVAL, 2011, p. 229).

Para o pesquisador de topônimos, é necessário estudar e compreender o lugar; qual seu significado e importância para as pessoas que nele vivem ou para aqueles que o elegeram como o seu lugar. Dentre as categorias de análise geográfica, é com o lugar que o homem estabelece laços que vão além do material. “Os homens são seres sensíveis: o espaço onde eles evoluem não lhes parece jamais neutro. Eles moram nele (...). É aí que eles descansam, que refazem suas forças, ou que dormem” (CLAVAL, 2014, p. 40).

Moreira e Hespanhol (2007) relatam que a Geografia Humanística, ao utilizar o conceito de lugar, faz isso associando ao espaço vivido, numa correlação que não é ao acaso. Logo, por meio do lugar se vê a possibilidade de explicar a construção do mundo, considerando que lugar é visto como o mundo da vida marcado pela experiência e pela percepção. Para essas autoras, lugar é empregado como um conceito principal na corrente humanística pelo diálogo que se estabelece entre o homem e seu meio, através da percepção, do pensamento, dos símbolos e da ação.

Além dos seres humanos, animais também têm um sentido de lugar e de território, observa Tuan (1983). Seus espaços são demarcados e defendidos dos invasores. Desse modo, pode-se compreender lugar como aqueles centros aos quais se atribui valor e onde são satisfeitas as necessidades elementares, como comida, água, descanso e procriação, o lar. Tal padrão de comportamento é partilhado por homens e animais, porém as pessoas respondem ao espaço e ao lugar de modo complexo, porque também elas o são. Os seres humanos, além de seus sofisticados órgãos sensoriais, possuem a excepcional capacidade de criar símbolos para traduzir suas sensações.

Segundo a noção fenomenológica, lugar é entendido como “mundo vivido e emocionalmente modelado”, lugar é um conceito “introjetado e revestido de eventos, pessoas, itinerários, lutas, ambiguidades, envolvimentos, sonhos, desatinos”, é também “base territorial e toda a sorte de elementos que permite à pessoa se sentir em casa”, afirma Mello (2005, p. 34). Desse modo, lugar conota com lar, ratificando o pensamento de Tuan (1983).

Falar de lugar é falar também das construções elaboradas pelas relações sociais e da forte relação estabelecida entre o homem e o meio que habita. O lugar guarda, nele próprio, seu significado. A realidade do mundo se reproduz de diferentes formas e em diferentes níveis, porém sem eliminar as especificidades de cada lugar, uma vez que a sociedade produz seu

espaço, determina seus ritmos de vida, formas de apropriação expressando, portanto, sua função social e seus projetos. Para Carlos (2007),

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente a produção da vida. “No lugar emerge a vida, pois é aí que se dá a unidade da vida social. Cada sujeito se situa num espaço concreto e real onde se reconhece ou se perde, usufrui e modifica, posto que o lugar tem usos e sentidos em si” (CARLOS, 2007, p. 22).

Para nenhum grupo humano, seu espaço de vida é tão somente um conjunto de objetos físicos, edificados ou naturais, vazios de significados. Todas as culturas, desde as mais complexas às mais simples, transformam o espaço físico em lugar, território ou lar. Essa regra não diz respeito apenas aos espaços particulares ou privados; também o espaço externo, como ruas, praças, montanhas, rios, praias e mar são apropriados, pelos grupos humanos, conforme as concepções de sua cultura e de modo de vida, afirma Arantes (1984).

Claval (2014), ao se reportar sobre a importância do lugar no equilíbrio emocional dos indivíduos, toma, como exemplo, o modo de vida dos povos nômades que, num primeiro momento, soa como um contraexemplo. Para justificar, o autor lembra que esses povos transportavam como um tapete os nomes que lhes falavam sobre o seu cotidiano: o lugar onde dormiam, onde faziam as refeições, onde se isolavam, o lugar onde as crianças brincavam, motivo pelo qual o sentimento de ser estrangeiro, no seu novo lar, nunca chegava a ser total, pois o habitar ou a forma física de habitar continuava a mesma, designada pelos mesmos nomes.

É por intermédio de uma linguagem abstrata que o ser humano constrói mundos mentais, por meio dos quais se relaciona com outros seres humanos e com a natureza; também o ambiente artificial é o resultado dos processos mentais. “de modo semelhante, mitos, fábulas, taxonomia e ciência. Todas essas realizações podem ser vistas como casulos que os seres humanos teceram para se sentirem confortáveis na natureza” (TUAN, 1980, p. 15).

Estendendo o pensamento de Tuan, é possível se afirmar que a nomeação do lugar, ato simbólico de apropriação de determinado espaço, não ocorre de maneira aleatória ou sem um propósito, isto é, o nome traduz o modo como o homem compreende, interpreta e, ao estabelecer laços, nomeia o lugar. O autor observa, ainda, que a multiplicidade de culturas é um tema que se mostra persistente nas ciências sociais e os povos, “em diferentes épocas e lugares, construíram seus mundos de maneira muito diferente” e também nomearam seus lugares com o que lhes era peculiar e significativo (TUAN, 1980, p. 16).

Considerando a nomeação do lugar expressão de posse do espaço por determinado grupo, um estudo detalhado dos topônimos pode mostrar a dinâmica de ocupação desse espaço, que conjuga algumas forças atuantes na sociedade como, por exemplo, a força do poder econômico, do poder religioso e do poder político. Relembrando Dick (1987), destaca-se que é a distribuição qualitativa e quantitativa dos nomes dos lugares, em determinada área, que faz deles objeto de estudo e, no que diz respeito à Geografia, nesta pesquisa, foi preciso analisar aspectos teóricos, considerando-se o enfoque de alguns autores sobre lugar.

Trabalhou-se com o conceito de lugar de modo a deixar explícita a maneira como é construída a identidade de um lugar e deixar transparecer o fato de que o lugar é capaz de despertar “todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material” – o sentimento de topofilia (TUAN, 1980, p. 107). Esses laços diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão, sempre observando a reciprocidade que há entre o local e o indivíduo ou grupo social.

1.3.1 O lugar nas reduções jesuítico-guaranis

Para Vigliocco (2007), “*La iniciativa española en America previó três tipos de organizaciones sociales aborígenes: el pueblo de indígenas, la encomenda y la reducción*”, esses agrupamentos eram formados por componentes indispensáveis à toda e qualquer associação humana: “*la población, el territorio, la economía, el gobierno temporal y el gobierno espiritual*” (VIGLIOCCO, 2007, p. 6,7).

No que diz respeito à localização, havia intencionalidade na definição do local a ser ocupado por uma redução. Conforme Gomes e Quevedo (2003), os missionários desejavam tomar áreas de referências sagradas para os Guarani, uma vez que isso “facilitava a aproximação e atenuava o impacto da transformação do espaço tribal Tekohá⁵ para o espaço Reduencial”. A localização de uma redução só era definida após minucioso trabalho de reconhecimento dos fatores físicos da região (GOMES; QUEVEDO, 2003, p. 21).

Santos (2013) reforçando esse pensamento, afirma que, na escolha do local de cada redução, seus fundadores consideravam desde o clima, a fertilidade do solo, a paisagem até as

⁵Literalmente, significa *o lugar do modo de ser guarani*, sendo esta categoria *modo de ser (tekó)* entendida como um conjunto de preceitos para a vida, em consonância com os regramentos cosmológicos herdados pelos antigos guaranis.

vantagens estratégicas para sua defesa e, em relação à sua disposição interior, observa que elas obedeciam a um plano quase uniforme, estando inseridas num plano geral.

Maeder e Gutierrez (1995) destacam o importante caráter urbano dado às fundações, cidades, vilas e povoados durante a conquista espanhola. Segundo esses autores, “*La población indígena no escapo a la ciudad como el lugar natural del gobierno, el desarrollo de la fe y de la promoción de la vida social*” (MAEDER; GUTIERREZ, 1995, p.7).

As considerações anteriores enfatizavam aspectos físicos dos lugares que sediavam os povoados, porém, na construção das reduções jesuítico-guaranis, também estava presente o lugar e o sentido de acolhimento trazido por ele, representados pela igreja e pela praça. O ponto central de cada redução era, para Gomes e Quevedo (2003), a igreja “símbolo da unidade moral, religiosa e material da comunidade [...]. O templo representava os ideais do imaginário simbólico cristão dentro da Redução” (GOMES; QUEVEDO, 2003, p. 29).

A praça, naquelas construções, segundo Maeder e Gutierrez (1995), tem a característica de núcleo geracional, acumulando as condições funcionais e simbólicas do povo. Nas praças, surgiam alguns elementos estruturais, os quais redefiniam sua forma de valorização espacial.

El uso ritual de espacio se vincula a la idea barroca del ‘teatro del mundo’ donde la plaza es un grand escenario donde transcurre toda la vida de la comunidad y sus integrantes. Em esta lectura el núcleo del Colegio e Iglesia se define como la figura escenográfica que determina el fondo del escenario (MAEDER; GUTIERREZ, 1995, p 12).

Tais afirmações encontraram eco durante visita às ruínas da redução de San Ignacio Miní. Nos painéis⁶ do Museo Jesuitico, daquela Redução, está explícito que “*La Plaza era el elemento central que marcaba el sentido de comnidad, de pertinencia al lugar y daba cohesión y unidad a la vida reducional*” (MUSEO SAN IGNACIO MINÍ, 2009).

A tipologia urbana das missões jesuítico-guaranis é, na visão de Maeder e Gutierrez (1995), uma das mais interessantes do urbanismo ibero-americano, que agrupa o conjunto dos trinta povos, cujas ruínas se encontram nos territórios do Paraguai, Argentina e Brasil. De acordo com esses autores, embora o material que discorre sobre o traçado dos povoados não seja abundante, ainda assim é possível constatar “*una voluntad planificadora de conjunto*” (MAEDER; GUTIERREZ, 1995, p.12).

Santos (2013), confirmando seu entendimento sobre o processo de construção das

⁶ A organização dos painéis é da Secretaria de Cultura de la Presidencia de la Nación – Gobierno de la Provincia de Misiones, Argentina.

reduções, no que tange à semelhança em seu plano de construção, menciona o pensamento de Thomas Morus, contido no Livro Segundo, de sua obra *Utopia*. Para aquele autor, ‘Quem conhece uma cidade, conhece todas, porque todas são exatamente semelhantes, tanto quanto à natureza do local o permite’ (SANTOS, 2013, p. i.).

Quanto à redução de *San Ignacio Miní*, cabe destacar que foi, inicialmente, fundada em 1611, no Guairá às margens do rio Paranapanema e, após ataques de *encomenderos* e bandeirantes, esses povos migraram para o sul, descendo pelas duas margens do rio Paraná e pela margem oriental do rio Uruguai em busca de locais mais seguros. Em 1696, essa redução se estabeleceu no local onde estão suas ruínas. Esse é um exemplo do que ocorreu com outras reduções. Distante de seus locais de origem, em terras seguras, algumas delas foram fundadas novamente, obedecendo sempre ao plano que previa a praça central, em frente à igreja (ver Figuras 1, 2 e 3), transportando, assim, além da forma física, os nomes, como um tapete, que falava do seu cotidiano e amenizava o sentimento de ser estrangeiro ou de estar em terras distantes. “... tudo é feito para que, de um lugar para outro, a transição seja fácil” (CLAVAL, 2014, p 41).

Para Vigliocco (2007),

La ciudad jesuítica, igual em todo território de las misiones es una aglomeración ordenada al cumplimiento de su ideal religioso. Su ordenamento urbano, entretanto, recuerda al planteo primitivo del campamento militar romano, mostrando em los términos más elementales los elementos generales de una ciudad planeada. (VIGLIOCCO, 2007, p. 6)

No acampamento militar, a tenda do comandante estava localizada no centro e, ao seu redor, seguindo uma distribuição ordenada, localizavam-se as tendas do demais militares. Já na parte externa, ficavam as tendas dos soldados. Muitos autores têm abordado teorias diversas sobre o traçado urbano das missões jesuítico-guaranis. Vigliocco (2007) destaca ainda a Lei das índias (instituída em 1573 pelo Rei Felipe II⁷), a qual previa o desenvolvimento de cidades planejadas, na América de colonização espanhola, cujo traçado é semelhante a um tabuleiro de damas e o objetivo é prático: facilidade de reimplantação e defesa.

O importante a destacar é o componente físico na organização das reduções, muito semelhantes em todas elas. O plano da redução de São Miguel, apresentado pela Figura 1, é similar ao utilizado nas demais reduções, como nos exemplos ilustrados pelas Figuras 2,

⁷Filipe II foi Rei da Espanha de 1556 até sua morte e também Rei de Portugal e Algarves. Os extremos do seu império foram denominados, em sua homenagem, desde o extremo leste das Américas (Filipéia) ao sudeste insular asiático (Filipinas); do Atlântico Centro-Occidental ao Pacífico Centro-Occidental passando por todas as longitudes do oceano Índico.

Maquete da redução de *San Ignacio Mini* e 3, maquete da redução de Santo Ângelo. Nessas duas reduções, a praça e a igreja são elementos centrais e de acolhimento, em torno das quais os demais são distribuídos e ordenados.

Figura 1- Plano da redução de São Miguel Arcanjo

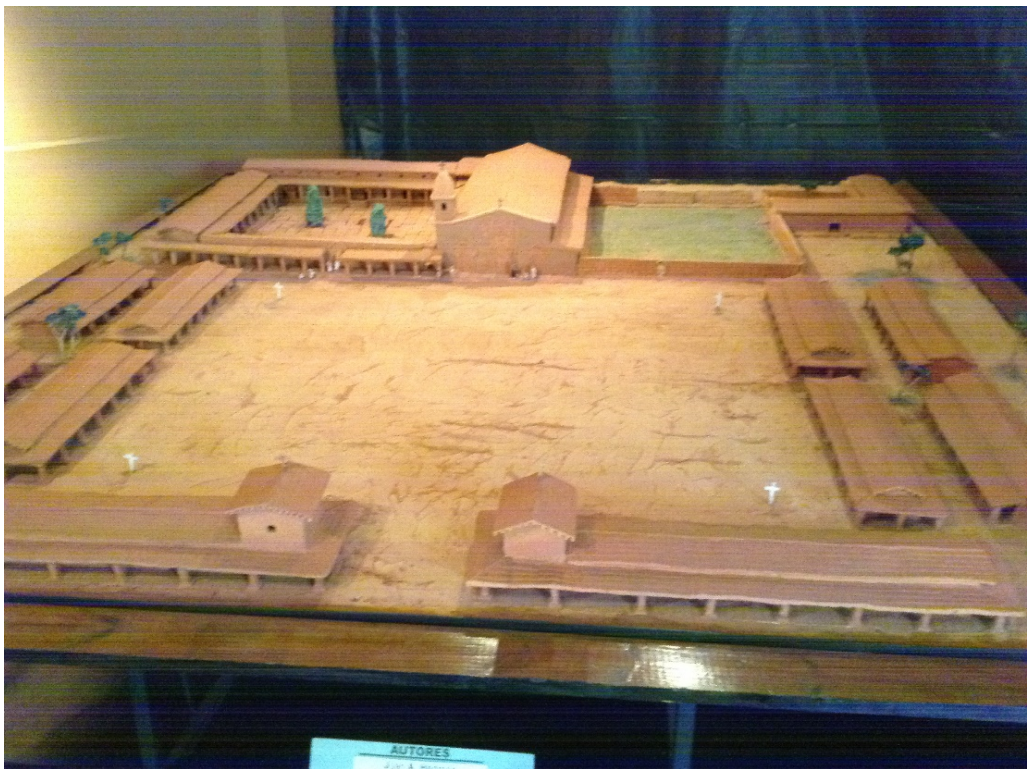


Figura 2 - Maquete da redução de *San Ignacio Mini*



Fonte: Arquivo pessoal. Foto de Marcuz, R. feita em agosto de 2015, durante trabalho de campo.

Figura 3 - Maquete da redução de Santo Ângelo



Fonte: Arquivo pessoal. Foto de Marcuz, R. feita em junho de 2015, durante trabalho de campo.

1.4 DAS TÉCNICAS DE ANÁLISE EM GEOGRAFIA CULTURAL E EM TOPONÍMIA

Partindo-se do pressuposto que a ciência geográfica possui, na sociedade, uma relação direta com o meio natural, espera-se do profissional dessa área que esteja atento não só às questões relacionadas a aspectos físicos (posição geográfica, relevo, clima), mas também às questões sociais (sistemas políticos, identificação histórica), as quais envolvem os habitantes do lugar.

Ao abordar a toponímia dos Sete Povos das Missões, na região noroeste do Rio Grande do Sul - área selecionada para estudo – é preciso considerar essa área como palco de intensas disputas e cenário para a investida dos primeiros colonizadores. Eles invadiram as terras dos povos originários, impuseram-lhes a cultura europeia, a fé cristã, além de reduzi-los e usá-los como mão de obra no processo de alargamento dos domínios ibéricos. Portugueses, espanhóis e povos indígenas mesclaram a cultura da região e por lá deixaram suas marcas; e o processo de nomeação dos lugares não passou incólume por essas tensões.

Desse modo, uma retrospectiva histórica, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, é indispensável para o melhor entendimento sobre a motivação dos nomes aplicados na área delimitada para estudo e para o bom desenvolvimento da pesquisa.

Uma dada situação geográfica supõe, de acordo com Silveira (1999), uma localização material e relacional, ou seja: o sítio e a situação, porém amplia-se ao conduzir o estudioso a perguntar pelo mote ou motivo de sua constituição e sobre seu movimento histórico. Assim, no suceder do tempo, as situações geográficas, neste caso os topônimos aplicados no noroeste do Rio Grande do Sul, na rota dos missionários jesuítas, no período em estudo, foram criados por determinados eventos, que podem ser demarcados em períodos e analisados na sua coerência.

A área cultural do geógrafo, conforme Sauer (2007), consiste unicamente nas expressões do aproveitamento humano da terra e, a geografia cultural renovada, além de gerar diversas influências, aponta diversos caminhos pelos quais os geógrafos podem seguir, todos buscando compreender a ação humana sobre a superfície da terra.

O geógrafo mapeia a distribuição de traços culturais semelhantes e os reúne genericamente, descreve-os desde a origem e os sintetiza em sistemas comparativos de áreas culturais. Uma geografia desse tipo é uma ciência que usa a “habilidade na observação de campo e na representação cartográfica e, no entanto, é também geográfica tanto nos métodos como em seus objetivos” (SAUER, 2007, p. 23).

1.4.1 Os estudos exploratórios

São os estudos exploratórios que permitem ao pesquisador aumentar sua experiência em relação a determinado problema e desenvolver familiaridade com ele, de modo que esse assunto se torne mais explícito e permita a construção de hipóteses. Segundo Gil (2002), “o produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados” (Gil, 2002, p. 27).

Quanto ao planejamento, o autor observa que é bastante versátil, permitindo ao pesquisador considerar os mais diversos aspectos com relação ao seu objeto de estudo. De todos os tipos de pesquisa, as exploratórias são as que apresentam menor rigidez. Geralmente, tais pesquisas ocorrem por meio dos seguintes passos: levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que têm ou que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que encorajem sua melhor compreensão.

Por meio de um estudo exploratório na bibliografia e em documentos relativos à área estudada, foi possível encontrar elementos necessários para se obter uma explicação satisfatória sobre os fatos e motivos, além do movimento histórico, que concorreram para a constituição daquela situação geográfica – a formação dos Sete Povos no noroeste do Rio Grande do Sul.

De acordo com Neto (1999), após ser “Definido o objeto com uma devida fundamentação teórica, construído instrumentos de pesquisa e delimitado o espaço a ser investigado, faz-se necessário concebermos a fase exploratória do campo para que possamos entrar no trabalho propriamente dito” (NETO, 1999, p. 54). A atividade de pesquisa não está, pois, restrita apenas ao uso de técnicas refinadas para a obtenção de dados. A teoria informa o significado dinâmico daquilo que ocorre, e o pesquisador busca captar isso na área em estudo.

1.4.2 Sobre o método

Para Richardson (1999), ao utilizar o método quantitativo, durante uma pesquisa, quer-se dar a ela resultados precisos, sem margem para distorções na análise e na interpretação dos dados, o que garante maior segurança nas conclusões a partir de premissas. Nesta pesquisa, o método quantitativo foi empregado para a classificação inicial dos topônimos, quanto a sua natureza e, logo a seguir, para identificá-los quanto ao tipo, conforme taxionomia toponímica

do Quadro 1. Foi necessário mensurar essas características para proceder à análise dos dados. Convém destacar que os dados foram obtidos por meio da pesquisa primária.

No que diz respeito à utilização do método qualitativo, Perez (2005) observa que ele não é uma alternativa ao método quantitativo, mas sim um complemento, “a pesquisa qualitativa é utilizada quando a informação disponível é pobre de dados, mas rica em descrição das variáveis e não é facilmente tratada com dados estatísticos” (PEREZ, 2005, p.11). A característica importante a ser destaca, nesse método, é o enfoque descritivo dos dados.

O método qualitativo, nesse estudo, foi utilizado para reinterpretar os topônimos estudados, considerando as particularidades de cada um deles e foi também uma escolha, considerando o caráter particular das informações pretendidas.

1.4.3 Sobre a pesquisa documental e a pesquisa de campo

Esses procedimentos sucedem a pesquisa bibliográfica e a coleta de dados. A diferença, entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, observada por Gil (2002), está na natureza das fontes. A primeira utiliza prioritariamente o que já foi produzido por diversos autores, acerca do tema em apreciação, ao passo que a segunda trabalha com materiais/documentos que ainda não foram tratados analiticamente ou que ainda guardam a possibilidade de serem trabalhados e reanalisados, adequando-se ao foco da pesquisa.

A pesquisa documental, com fontes mais dispersas e diversificadas, teve, como lugar privilegiado para o levantamento de informações, prefeituras, museus, paróquias, arquivos, bibliotecas e centros especializados, como o Centro de Cultura Missioneira, localizado na Universidade Regional Integrada (URI), campus Santo Ângelo, RS e o Instituto Anchieta de Pesquisa, na Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), em São Leopoldo, RS. Nesses locais, foram buscadas informações que se alinhassem com a proposta da pesquisa. Na presente investigação, a pesquisa documental se mesclou ao estudo de campo, pois ambos demandaram que o pesquisador se deslocasse até aquele sítio pertencente ao recorte espacial pré-estabelecido.

O estudo de campo, assim designado por Gil (2002), é muito semelhante ao levantamento de campo, contudo apresenta dois aspectos peculiares: o estudo de campo busca mais o aprofundamento das questões propostas. Em decorrência disso, seu planejamento apresenta maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados durante a realização da pesquisa. Outra peculiaridade apontada é que, no estudo de campo,

apenas um grupo ou comunidade, em termos de sua estrutura social, é analisado. Desse modo, o estudo de campo utiliza muito mais técnicas de observação do que de interrogação.

O trabalho de campo se constitui numa importante possibilidade que o pesquisador encontra para se aproximar da realidade que deseja conhecer e desenvolver conhecimento a partir dessa realidade. Essa etapa da pesquisa “deve estar ligada a uma vontade e a uma identificação com o tema a ser estudado”, explicita Neto (1999).

O trabalho de campo, quando a pesquisa é sobre topônimos, além de unir teoria e prática, alarga as possibilidades de coleta de dados onomásticos, observa Dick (2006). Na presente pesquisa, o trabalho de campo foi realizado em três momentos distintos, durante o ano de 2015: em junho, a pesquisa de campo abrangeu as cidades de Santo Ângelo, São Miguel das Missões e o sítio arqueológico de São João Batista; em agosto, as cidades de São Borja, São Luiz Gonzaga, São Nicolau e os sítios arqueológicos de São Lourenço Mártir, *San Ignacio Miní* (Argentina) e *Santísima Trinidad* (Paraguai) e, em outubro, o Instituto Anchietano de Pesquisas, em São Leopoldo, RS.

1.4.4 Sobre a classificação dos topônimos

Exige-se dos toponimistas que formulem modelos específicos para compreensão e para análise dos nomes dos lugares. Com o fim de sistematizar essa categoria de nomes, foi necessário criar esquemas classificatórios para dar conta da motivação da origem dos topônimos. Moreira (2006) cita os estudiosos que se destacaram nesse campo: Dauzat (1926), Backheuser (1950), Stewart (1954), Dick (1975 e 1980) e Salazar-Quijada (1985) e observa que todos são modelos taxionômicos importantes para o estudo da toponímia, porém o modelo proposto por Dick (1990a) “atende com maior completude a realidade brasileira” (MOREIRA, 2006, p. 87).

Ao propor um modelo taxionômico, Dick (1990a) afirma que o vínculo existente entre o denominador e o objeto denominado é que conduzirá a classificação toponímica ao estudo das motivações da nomenclatura geográfica. Para essa autora, os fatores ambientais, divididos em físicos e antropoculturais, mostram-se favoráveis aos interesses das manifestações humanas. “O mecanismo da nomeação causado, portanto, por influências externas ou subjetivas, transparece em topônimos das mais diversas origens e procedências” (DICK, 1990a, p. 25).

O modelo taxionômico proposto pela autora e apresentado pelo Quadro 1, em um primeiro momento, procurou identificar a motivação objetiva dos nomes geográficos e suprir as demandas da pesquisa naquela ocasião.

Quadro 1- Taxionomia toponímica

Taxionomia de natureza física	Taxionomia de natureza antropocultural
Astrotopônimos	Animotopônimos ou Nootopônimos
Cardinotopônimos	Antropotopônimos
Cromotopônimos	Axiotopônimos
Dimensiotopônimos	Corotopônimos
Fitotopônimos	Cronotopônimos
Geomorfotopônimos	Ecotopônimos
Hidrotopônimos	Ergotopônimos
Litotopônimos	Etnotopônimos
Meteorotopônimos	Dirrematotopônimos
Morfotopônimos	Hierotopônimos
Zootopônimos	Historiotopônimos
	Hodotopônimos ou Odotopônimos
	Numerotopônimos
	Poliotopônimos
	Sociotopônimos
	Somatotopônimos

Fonte: Dick, M. V. de P. do A. (1990a).

Em que:

Topônimos de natureza física

- 1. Astrotopônimos:** relativos aos corpos celestes. Ex.: Estrela (BA).
- 2. Cardinotopônimos:** referentes às posições geográficas em geral. Ex.: praia do Leste (SC).

3. **Cromotopônimos:** relativos à escala cromática. Ex.: rio Negro (AM).
4. **Dimensiotopônimos:** referentes às características dimensionais dos acidentes geográficos (extensão, largura, espessura, ...). Ex.: morro Alto (GO).
5. **Fitotopônimos:** de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade, em conjuntos da mesma espécie, ou de espécies diferentes, além de formação não espontânea. Exs.: Pinheirais (RJ), serra da Caatinga (RN).
6. **Geomorfotopônimos:** relativos às formas topográficas. Exs.: Porto Velho (RO), Morro Azul (RS).
7. **Hidrotopônimos:** resultantes de ocorrências hidrográficas, em geral. Ex.: Ribeirão Preto (SP).
8. **Litotopônimos:** de índole mineral, relativos também à constituição do solo, representados por indivíduos, conjuntos da mesma espécie ou de espécies diferentes. Exs.: lagoa do Barro (BA), Pedreiras (MG).
9. **Meteorotopônimos:** relativos a fenômenos atmosféricos. Exs.: serra do Vento (PB), Ventania (SP), riacho das Neves (BA).
10. **Morfotopônimos:** refletem o sentido de formas geométricas. Exs.: ilha Quadrada (RS), lagoa Redonda (BA).
11. **Zootopônimos:** de índole animal, representados por indivíduos domésticos e não domésticos e da mesma espécie em grupos. Exs.: rio do Boi (MG), Vacaria (RS).

Topônimos de natureza antropocultural

1. **Animotopônimo ou Nootopônimo:** relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria- prima fundamental e em seu aspecto mais importante, como fato cultural, não pertence à cultura física. Exs.: Vitória (ES), Triunfo (RS), rio Feio (SP).
2. **Antropotopônimos:** referentes aos nomes próprios individuais. Exs.: Fátima (TO), Abreu (RS), Tavares (RS), Barbosa (arroio RS).
3. **Axiotopônimos:** relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais. Exs.: Presidente Prudente (SP), Duque de Caxias (RJ).
4. **Corotopônimos:** referentes aos nomes de cidades, países, estados, regiões, continentes. Exs.: Filadélfia (TO), Brasil (AM), Europa (AC).

5. **Cronotopônimos:** são aqueles que encerram indicadores cronológicos, representados, em Toponímia, pelos adjetivos novo/nova, velho/velha. Exs.: rio Novo Mundo (GO), Nova Viçosa (BA).
6. **Ecotopônimos:** relativos às habitações de um modo geral. Exs.: Casa da Telha (BA), Sobrado (BA), Sobradinho (RS).
7. **Ergotopônimos:** referentes aos elementos da cultura material. Exs.: Relógio (PR), córrego da Flecha (MT).
8. **Etnotopônimos:** relativos aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas). Exs.: Guarani (PE), ilha do Francês (RJ), rio Xavante (MT).
9. **Dirrematotopônimos:** são aqueles constituídos por frases ou enunciados linguísticos. Exs.: Há Mais Tempo (MA), Deus me Livre (BA).
10. **Hierotopônimos:** relativos aos nomes sagrados associados a diferentes crenças, às efemérides religiosas, às associações religiosas, aos locais de culto. Exs.: Cristo Rei (PR), Alá (lago AM), Nossa Senhora da Glória (AM), serra da Igreja (PR).

Os hierotopônimos podem apresentar ainda duas subdivisões:

- a. **Hagiotopônimos:** relativos aos santos e às santas do hagiológico romano. Exs.: São Paulo (SP), Santana da Boa Vista (RS).
 - b. **Mitotopônimos:** referentes às entidades mitológicas. Exs.: Anhagá (BA), ribeirão do Saci (ES), lago Curupira (AM).
11. **Historiotopônimos:** relativos aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como às datas correspondentes.
 12. **Hodotopônimos:** referentes às vias de comunicação rural ou urbana. Exs.: Estradas (AM), córrego do Atalho (GO), rua da Palha (BA).
 13. **Numerotopônimos:** relativos aos adjetivos numerais. Exs.: Duas Barras (BA), Duas Pontes (RO), Três Coroas (RS), Dois Irmãos (RS).
 14. **Poliotopônimos:** são aqueles constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Exs.: rio da Cidade (RJ), Vila dos Anjos (MG).
 15. **Sociotopônimos:** relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade. Exs.: serra do Sapateiro (SP), serra dos Tropeiros (MG), córrego Engenho Novo (MG), Pracinha (SP).
 16. **Somatotopônimos:** empregados em relação metafórica às partes do corpo humano ou do animal. Exs.: Pé de Galinha (BA), rio da Mão Esquerda (AL), córrego do Dedo Cortado. Dedo Grosso (SC).

De acordo com o que esclarece Moreira (2006), Dick (1990a) propõe uma classificação toponímica distribuída em dois blocos (esclarecida logo a seguir): um em que se enquadram os topônimos de natureza física, e outro no qual se enquadram os topônimos de natureza antropocultural. Tal classificação serve tanto para os topônimos de acidentes físicos (rios, águas, riachos, ribeirões, cachoeiras, montes, morros, serras, quedas d'água, planaltos) quanto para os topônimos de acidentes humanos (vilas, povoados, patrimônios, distritos, bairros urbanos, bairros rurais).

Taxonomias de natureza física caracterizam o ambiente físico em todos os seus traços de destaque (animais, árvores, pedras, rios, astros, pontos cardeais, cores, dimensões, formações topográficas, formações geométricas, etc).

Taxonomias de natureza antropocultural caracterizam as manifestações psico-sócio-culturais do homem (expectativas; sentimentos; nomes próprios; nomes de cidades; país, estados, regiões e continentes; títulos, indicadores cronológicos; frases e enunciados linguísticos; habitações; objetos feitos pelo homem; elementos étnicos; nomes sagrados, incluindo nomes de santos e de santas do hagiológico católico romano; movimentos de cunho social; vias de comunicação rural ou urbana; adjetivos numerais; uso das lexias aldeia, cidade, povoação, arraial; atividades profissionais, lugares de trabalho e pontos de encontro dos membros de uma comunidade; partes do corpo humano ou de animal). (MOREIRA, 2006, p. 87, 88)

Os topônimos foram analisados, nesta pesquisa, sob duas perspectivas: uma dada pelo enfoque linguístico, abrangendo os desdobramentos envolvidos na constituição do topônimo; outra pelo enfoque histórico-geográfico. Tanto na classificação dos topônimos, apresentada pelo Quadro 1, como na construção das fichas lexicográficas, apresentadas no Apêndice A, o modelo-base utilizado foi o proposto por Dick.

É de fundamental importância registrar que Dick (1990a) e um grande número de pesquisadores em toponímia, como, por exemplo, Andrade (2010), Nunes e Andrade (2011), Carvalho (2012), Pegoraro (2013), ao se referirem às ocorrências geográficas, dividem-nas em acidentes humanos e acidentes físicos. Para fins desse estudo, tais expressões foram substituídas por feições geográficas antrópicas e feições geográficas naturais, respectivamente, conforme adotado por Menezes e Santos (2006).

Cabe destacar que os modelos propostos por Dick, tanto o taxionômico (1990a) como o de ficha lexicográfico-toponímica (2004), estão longe de ser um modelo definitivo, conforme salientado pela própria autora, mas ainda servem de suporte e são adaptados, constantemente, para servir às peculiaridades de cada estudo.

1.4.5 Sobre as fichas lexicográfico-toponímicas

A ficha lexicográfico-toponímica é um instrumento de pesquisa que orienta o pesquisador, permitindo-lhe estudar o topônimo considerando sua motivação formadora. Além disso, pode ser adequada segundo o enfoque de cada pesquisa. O modelo aqui apresentado deriva do modelo utilizado no Atlas Toponímico do Brasil, originariamente elaborado pela professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (2004, *apud* Andrade, 2010, p. 184).

Nessas fichas, são reunidas todas as informações relativas ao topônimo estudado. Para qualquer detalhamento, interpretação, representação (espacial, gráfica), é possível recorrer às informações contidas na ficha lexicográfica. Ela é uma espécie de repositório, em que o pesquisador busca auxílio, a qualquer momento, ao fazer sua análise e ao emitir suas considerações. Nunes e Andrade (2011) destacam que a ficha lexicográfica-toponímica é parte dos elementos que compõem a base metodológica de pesquisa em toponímia.

Com base nessas fichas, foi possível descrever e analisar os nomes dos lugares formadores dos Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul, área onde se desenvolveu a pesquisa. Ao preenchimento das fichas lexicográfico-toponímicas, sucederam-se a análise, a discussão, a espacialização dos dados e as considerações finais.

Os topônimos dos cursos de água e dos Sete Povos das Missões, incluídos no recorte espaço-temporal da pesquisa, foram analisados por meio da elaboração de fichas lexicográfico-toponímicas, nas quais há um maior detalhamento de cada um deles. Foram empregados dois modelos de ficha: um para os topônimos de feições geográficas antrópicas (nomes dos sete povoados) e o segundo modelo, utilizado para os topônimos de feições geográficas naturais (cursos de água). O Apêndice A ilustra esses dois modelos de fichas, exemplificados com o topônimo São Borja e com o topônimo Itú.

2 ÁREA DE ESTUDO

2.1 O RIO GRANDE DO SUL

O vento minuano, partindo dos Andes, toca nas plagas rio-grandenses, e, revolvendo a poeira das gerações passadas retempera as gerações presentes (JACQUES, 1979, p. 17)

Situada no extremo sul do Brasil, a região do que é hoje o Rio Grande do Sul foi, segundo Pesavento (2009), incorporada tardiamente ao Brasil Colonial. Essa região servia, essencialmente, para que se pudesse chegar ao Prata e se ter acesso às riquezas de Potosí ou aos produtos que chegavam por intermédio do porto de Buenos Aires.

A província do Rio Grande do Sul abrange uma superfície contendo 8570 léguas quadradas, afetando a forma de um polígono irregular; e limita-se ao norte com a província de Santa Catarina, pelo rio Mampituba e arroio das Contas, e com a província do Paraná, pelos rios Pelotas e Uruguai; ao oeste, com a província de Corrientes, pertencente à República Argentina, também pelo Rio Uruguai, pelo rio Quarahim e por marcos artificiais colocados no cume das coxilhas e várzeas, os quais cessam no rio Jaguarão, que forma então, com uma parte da lagoa Mirim, o limite natural. Daí seguem outra vez os marcos, terminando nas pontas do Chuí, que serve de limite até lançar-se no oceano Atlântico; e, finalmente, limita-se a leste com este oceano. (JACQUES, 2014, p. 23-24)

Sob o ponto de vista físico é constituído de vasto tapete verde e de sedutoras campinas que se desdobram sob a forma geométrica de um quadrilátero. [...] Assim, limitadas estas encantadoras plagas são, como vemos, cortadas de rios navegáveis e de arroios. (JACQUES, 1912, p. 24- 26)

Os trechos anteriores foram destacados de duas obras de João Cezimbra Jacques, a primeira publicada, originalmente, em 1883, e a segunda em 1912. Jacques era gaúcho nascido em Santa Maria e, por meio de suas descrições, é possível perceber o entusiasmo do autor pelo estado do Rio Grande do Sul.

No final do século XVII, o Rio Grande do Sul era uma zona de fronteira, que vivia em luta constante pela posse da terra e do gado. Era, praticamente, uma região intocada, habitada por povos indígenas. “A antiga captania d’El Rey era terra de passagem, de guerra e de contrabando com o Prata. As distantes terras do sul [...] eram para Portugal meia etapa para atingir o contrabando que se realizava na região platina” (PESAVENTO, 2009, p. 237).

Tau Golin (2002), tratando sobre a demarcação da fronteira rio-grandense, lembra que “a fixação da linha divisória, sua afirmação ou suas oscilações, em épocas diferentes, apesar das operações concretamente regionais, dependeram de decisões acordadas politicamente nos centros de poder” (GOLIN, 2002, p.13).

Segundo Kern (1993), colonizadores portugueses e espanhóis, em sua chegada, encontraram essas áreas “povoadas por milhares de indígenas organizados em muitos grupos diferentes, distribuídos nas mais diversas paisagens” (KERN, 1993, p. 40). Para o autor, a sociedade sul-rio-grandense é originária de um complexo processo histórico e anterior à chegada dos europeus, já havia ocorrido importante processo de colonização e integração cultural. Os Guarani, espalhando sua cultura entre as populações de caçadores-coletores-pescadores que viviam aqui,

Participaram ativamente da formação de nossa sociedade, num primeiro momento construindo e habitando as Missões Jesuítico-Guaranis

[...]

Num segundo momento, integraram-se à sociedade colonial como milícias armadas, como peões das estâncias e como mão-de-obra especializada nas cidades nascentes. Foram artesãos do couro, da madeira, de fibras vegetais, ceramistas e metalúrgicos. Não foram apenas a maior etnia indígena do território onde vivemos, mas igualmente a que desempenhou o papel mais importante em nossa história, (KERN, 1993, p. 50)

Na atualidade, o estado ocupa uma área de 282.184 Km², o que representa 3,32% da superfície do país. Sua localização latitudinal vai de 27°03'42" (ponto extremo norte), a 33°45'09" (ponto extremo sul), sendo atravessado pelo paralelo 30^o Sul, o que lhe confere uma posição intermediária entre o Círculo Polar Antártico e o Equador. Devido à sua posição, o estado é influenciado tanto por massas de ar quente quanto por massas de ar polar. “Essa dupla influência permite, por exemplo, a existência de culturas tipicamente tropicais, (como a banana e a cana-de-açúcar) ao lado de culturas temperadas (como a do pêsego e a do trigo)” (MOREIRA; COSTA, 1986, p.7-9).

“O ponto extremo norte encontra-se numa das curvas do **Rio Uruguai**, à jusante da desembocadura do rio Chapecó. Esse ponto corresponde a 27°03'42" de latitude Sul e 53°03'24" de longitude oeste de Greenwich. Para o Sul o maior afastamento do equador corresponde a curva da Baleia, no **Arroio Chuí**, a 33°45'09", na longitude de 53°23'22" a oeste”

O ponto extremo leste encontra-se na barra do **Rio Mampituba**, a 49°42'41" de longitude oeste, na latitude de 29°20'34" ao sul. A extremidade oeste está a 57°40'57" de longitude ocidental, correspondente à latitude de 30°11'03" ao sul, na barra do **Rio Quaraí**” (VIERA, 1984, s/p).

Becker e Nunes (2012), referindo-se ao relevo do estado do Rio Grande do Sul, apresentam a classificação geomorfológica organizada por Ross (2005), a qual mostra a existência de quatro compartimentos geomorfológicos que, no estado, são designados como: Planalto Norte-Rio-Grandense, Depressão Central, Planalto Sul-Rio-Grandense e Planície Litorânea.

Quanto à rede de drenagem, o Rio Grande do Sul é, conforme Moreira e Costa (1982), dotado de uma homogeneidade física. Para o referido autor, um sistema de rios pode atuar na orientação do povoamento e também na estruturação de atividades agrárias, como ocorreu nos vales formadores do Guaíba. Isso leva alguns países a executar programas de desenvolvimento específicos a essas unidades espaciais, pautados em tais peculiaridades. (MOREIRA e COSTA, 1982, p.49).

Na concepção de Vieira,

O detalhe mais rico do território rio-grandense é dado pela presença, a leste, das restingas costeiras, formadoras do importante sistema lagunar. A morfologia litorânea tem caráter evolutivo, com acréscimos deposicionais tanto na área interna das lagoas como na orla atlântica. O processo sedimentar de grande potencial vai gradualmente modificando a fisionomia das lagoas e dos ambientes lacustres interiores (VIEIRA, 1984, p. i.)

O estado do Rio Grande do Sul evidencia uma heterogeneidade climática, com regiões bem diferenciadas, contrariando a grande maioria das classificações climáticas que se conhecem a respeito do estado. Para Larara, o estado está situado em uma área de domínio de clima subtropical e apresenta quatro subdivisões estabelecidas com relação à tipologia climática. A nova classificação climática, para o Rio Grande do Sul, foi apresentada em tese de doutorado, em 2011, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nessa, foi explicitado que

Com relação ao regime climático, pode-se dizer que os sistemas polares são os grandes dinamizadores dos climas do estado, em interação com os sistemas tropicais. Entretanto, é a partir da relação destes com os fatores geográficos locais e regionais, que se define a variabilidade espacial dos elementos do clima. A gênese das chuvas está, principalmente, associada aos sistemas frontais (LARARA, 2011, p. i.)

Conforme Camargo; Reichel e Gutfreind (2006), a história colonial costuma ser abordada considerando-se apenas a presença portuguesa no estado, o que coloca a fundação do presídio de Rio Grande (1737) como início da história do Rio Grande do Sul; porém, a disputa do território, empreendida entre portugueses e espanhóis, também está refletida na história colonial. Considerada a hipótese inicial, o território na colônia estava limitado a uma faixa

litorânea, que se estendia da cidade de Rio Grande em direção ao norte. No texto de apresentação da “História do Rio Grande do Sul”, para esses autores,

As terras a noroeste, onde se localizavam as Missões, fundadas e mantidas por jesuítas espanhóis, são vistas como um espaço que foi posteriormente conquistado e integrado ao território sul-rio-grandense. Entre o Litoral e a área das Missões existia um amplo território denominado “Terra de Ninguém”, visto como um espaço vazio de população, a ser igualmente conquistado e ocupado. A legitimidade da posse gradual desse território é justificada pelo *uti possidetis*, pensamento que, ao defender o domínio a partir da efetiva ocupação das terras, orientou a expansão portuguesa. Nesse panorama historiográfico orientado pela disputa colonial, os indígenas do Planalto também tinham pequena visibilidade (CAMARGO; REICHEL; GUTFREIND, 2006, p.i.)

Dois fatores são considerados decisivos, na visão de Camargo; Reichel e Gutfreind (2006), na atração de portugueses em direção ao extremo sul: o índio guarani catequizado pelos jesuítas e o gado que se reproduziu após a primeira retirada dos religiosos do território da Missões. Segundo esses autores,

Os numerosos rebanhos que se formaram, ocupando terras do norte (Vacaria dos Pinhais) e sudoeste (Vacaria del Mar) fizeram com que o território, que muitos historiadores consideram “vazio”, fosse, na verdade, lugar de trânsito de caçadores, tropeiros, contrabandistas, aventureiros. A importância crescente que a pecuária assumiu foi significativa para que, posteriormente, viessem colonos portugueses e espanhóis, assim como imigrantes d’além-mar, estabelecer-se definitivamente nessas terras. (CAMARGO; REICHEL e GUTFREIND, 2006, p.i.)

Para a proposta desta pesquisa, importa apresentar outra perspectiva, ou seja, aquela que insere as missões jesuítico-guaranis, desde o início de sua instalação, na história do Rio Grande do Sul. Tal visão considera que a experiência realizada pelos missionários jesuítas colaborou na formação da economia, da sociedade e da cultura desse estado.

2.2 AS MISSÕES ORIENTAIS

“Elas diziam respeito à ação dos padres da Companhia de Jesus, que fundavam missões na outra margem do Uruguai, impondo crenças estranhas aos silvícolas e alterações drásticas no seu *modus vivendi*” (ATHANÁZIO, 2009, p. i.).

No estudo das Missões Orientais, para um melhor aproveitamento, conforme Pinto (2002), é necessário analisá-las no contexto da presença jesuíticas no Cone Sul, o que se deu

entre os anos de 1506 e 1767. Para o autor, a geopolítica estabelecida, que pretendia conquistar a alma dos infiéis para o exercício do cristianismo, “trazia no seu cerne a decisão de consolidar a vastidão territorial do maior império que o mundo já conhecera” (PINTO, 2002, p.7)

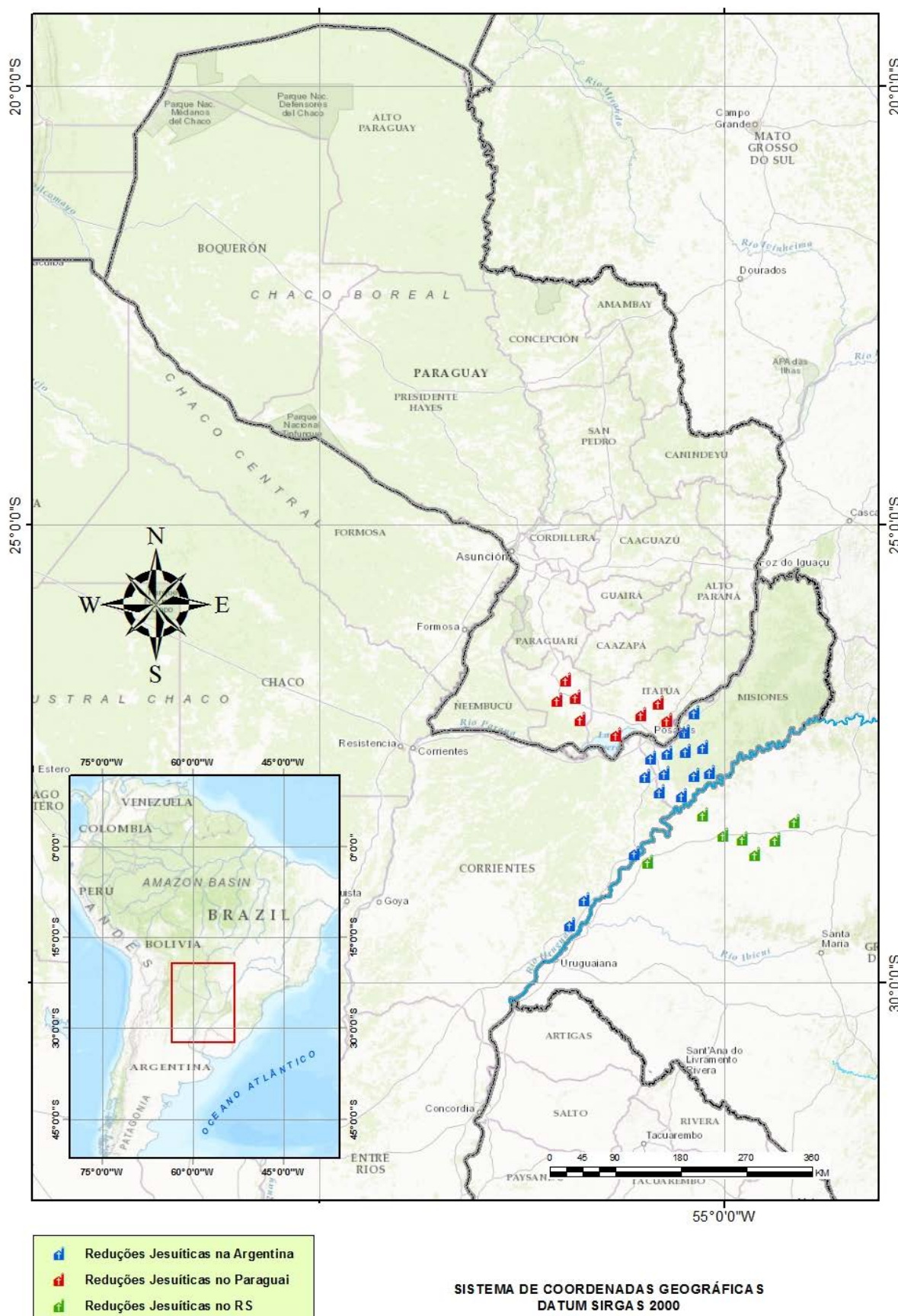
Do mesmo modo, Pinto (2002) destaca os efeitos da União Ibérica, a participação dos missionários do Peru e do Brasil e o motivo pelo qual houve a divisão de áreas de influência das missões limenhas no Prata. Para o autor, “A ideia era de aproveitar, a partir de Assunción, os ‘padres provinciais do Brasil, em razão da já notada semelhança de linguagem e identidade com o meio’” (PINTO, 2002, p. 7).

À época, o número de colonizadores europeus era insuficiente, o que tornava impossível garantir a produção e a defesa da região. Desse modo, Juan de Garay, explorador e conquistador espanhol, e o Governador do Paraguai, Torres de Vera y Aragon, procuraram convencer as autoridades da Metrópole a estabelecerem missões religiosas, com certa autonomia, com o fim de catequizar e subjugar os ameríndios, que, dessa maneira, seriam tornados súditos e defensores da Coroa, afirma Pinto (2002). Assim, formou-se um grande conjunto missionário jesuítico, comandado por Assunción, com mais de sessenta povoações, localizadas em uma área de cerca de 700.000 Km², com uma população calculada em cerca de 200.000 ameríndios.

Dentro desse complexo abrangido pela catequese missionária, que incluiu terras do que hoje formam Brasil, Paraguai e Argentina, destacaram-se os Trinta Povos Guaranis. A Figura 4 representa a área máxima de abrangência da ação missionária, efetuada pela Província Jesuítica do Paraguai, localizada em mapa da América do Sul, com as atuais divisões políticas do continente. No detalhe, a área de atuação direta dos Trinta Povos e, entre eles, os Sete Povos das Missões.

Assim se configuraram as áreas de interesse e de abrangência: o Padre Saloni ficou como coordenador e contato com os seus superiores, em Assunción, e os padres Ortega e Fields deslocaram-se para a região de Guairá, com o propósito de dar início aos trabalhos de catequização. No ano de 1593, houve uma inspeção, realizada pelo Padre Estevão Paes, com o fim de verificar o desempenho dos jesuítas de Tucumán e Assunción e a necessidade de se aumentar o efetivo de catequizadores, pois, entre suas atribuições, também estava a proteção aos nativos que eram caçados para a realização de trabalho escravo nas povoações civilizadas, relata Pinto (2002, p.12, grifo do autor).

Figura 4 - Área de abrangência da ação missionária da Província do Paraguai



Fonte: PINTO, L. F. S. (2002) – Adaptado por AGUIAR, L. M.(2016).

Os *encomenderos*, categoria social formada nos primeiros tempos das colônias hispânicas, dedicados à caça de índios considerados em estado selvagem, para comercializá-los no mercado de escravos (tudo feito com respaldo dos governantes), segundo registros de Pinto, “depredavam indistintamente os índios em estado selvagem e os que viviam em aldeamento e assistidos pelos missionários” (PINTO, 2002, p. 12).

A barbárie era tamanha que as cortes espanholas consentiram na formação de aldeamentos para os índios, sem a interferência direta das autoridades civis e militares da colônia. Os nativos ficariam sob a responsabilidade dos padres jesuítas. Desvinculados oficialmente de Lima, conquistaram o status de Província Jesuítica do Paraguai, cujo superior era o Padre Diego de Torres Bollo. Foi, conforme Santos (2006), num contexto de exploração da terra e do trabalho indígena que essa província se tornou realidade; articulada entre a fé e o trono, buscava a conquista espiritual e material dos grupos guaranis.

Assim, partiram de Assunción seis missionários: dois para as margens do rio Paraná, dois para o Chaco e dois para a região de Guairá. Os missionários jesuítas, mais do que estarem a serviço da coroa espanhola, estavam, primeiramente, cumprindo seus propósitos. A Companhia de Jesus aceitava, com grande naturalidade, a aliança entre os monarcas ibéricos e o papa, motivo pelo qual eram chamados papistas ou soldados do papa, relata Santos (2006). Ainda, para o mesmo autor,

É lugar-comum na história sul-rio-grandense que houve um tempo em que as Missões jesuítico-guaranis foram organizadas e prosperaram, antes da colonização portuguesa da terra. As Missões foram projetadas pela Companhia de Jesus, com o apoio do Estado moderno espanhol. Converteram-se na primeira experiência colonial do século XVII. Consolidaram-se nos primórdios do século XVIII.

No âmago das Missões estava o “índio reduzido”, o guarani convertido à fé católica e transformado em fiel cristão e vassalo do monarca espanhol. O índio reduzido viveu uma experiência missionária sem similares na América espanhola. Com seu trabalho transformou a terra, consagrando-a como *Terra da Promissão*. Semeou e colheu os frutos que o sustentaram e serviram para pagar o tributo ao rei espanhol. (SANTOS, 2006, p. 103).

A entrada de jesuítas no Guairá, em 1609, foi facilitada pelo fato de o governador do Paraguai e do Rio da Prata ter proibido que espanhóis entrassem na região do rio Paranapanema e no Guairá, vetando, também, o recrutamento de indígenas para o serviço pessoal. San Ignacio Guaçu foi a primeira redução fundada na confluência dos rios Paraná e Paraguai, pelos padres Lorenzana e San Martin, em 1609.

O Guairá era compreendido como a região que ficava a oeste do atual estado do Paraná. Ao entrarem de fato nessa região, os jesuítas fundaram 14 reduções, localizadas entre os rios Tibagi e Iguazu, listadas a seguir, com seu ano de fundação: Loreto (1610), às margens do rio

Paranapanema; S. Ignacio Miní (1611), às margens do rio Paranapanema; S. Francisco Xavier (1622), no médio Tibagi; S. José (1625), entre os rios Tibagi e Ivaí; Encarnação (1625), no alto Tibagi; S. Paulo (1626), no Ivaí; S. Miguel (1626), no Ibiangui; S. Antônio (1627), às margens do Ibiticói; Conceição (1627), na nascente do Tibagi; S. Pedro (1627), nas cabeceiras do Iguaçu; Sete Arcanjos (1628), no alto Ivaí; S. Tomás (1628), entre São Paulo e Arcanjos; Jesus Maria (1628), no alto Ivaí; S. Maria Maior (1629), abaixo do Iguaçu e S. Tomé, relata Santos (2006).

Nessa região, o trabalho dos povos indígena foi reorientado e transformado em mão de obra especializada, além do fato de conseguirem uma relativa autonomia em relação aos colonizadores. Para que esse modelo de redução se estabelecesse, foi introduzido o gado, o cultivo da cana-de-açúcar, de uvas e de cereais, garantindo a sobrevivência dos indígenas que viviam nas reduções e promovendo sua permanência nos aldeamentos construídos. A partir de 1618, os *encomenderos* espanhóis e os bandeirantes paulistas declararam guerra aos jesuítas do Guairá, cobiçando escravizar aquela mão de obra especializada e, segundo Santos (2006),

em 1631, só estavam intactas no Guairá, as reduções de Loreto e San Ignacio Miní. [...] A devastação da região do Guairá pelos bandeirantes obrigou os jesuítas a transmigrarem para o sul e para Itatim, 500 Km ao norte de Assunção do Paraguai. (SANTOS, 2006, p. 108)

A sanha dos predadores, aventureiros provindos de São Paulo em busca dos índios – que venderiam como escravos –, se manifestou tão logo consolidadas as primeiras reduções ao longo do Paranapanema e despovoou, em ataques sucessivos, as florescentes missões de Guayra. (PINTO, 2002, p. 13)

Mesmo que essas comunidades tenham sido criadas em territórios pertencentes à Espanha, estavam muito próximas dos ditos centros de expansão agrícola de São Paulo e Rio de Janeiro, que as destruiu, afirma Schmitz (2006).

O primeiro êxodo do povo guarani pode ser considerado como sua retirada dos escombros restantes das reduções do Guairá, observa Pinto (2002). Juntamente com os jesuítas, em busca de locais distantes e mais seguros, os indígenas seguiram pelas duas margens do rio Paraná e pela margem ocidental do rio Uruguai, período em que a Província Jesuítica do Paraguai começava a receber reforços para o trabalho missionário. Nesse movimento migratório, estima-se que somente 33% do total conseguiu chegar às comunidades já protegidas pelos jesuítas, do outro lado do rio Uruguai.

O Itatim (localizado onde hoje é o oeste do estado de Mato Grosso do Sul), de acordo com relatos de Santos (2006), durou de 1631 a 1669, com os seguintes povoados: Anjos (1631), São José (1631), São Benito (1632), Natividade (1632), Apóstoles (1633) e Encarnação (1633).

Entre as bacias dos rios Paraná e Uruguai, à direita do rio Uruguai, atual Argentina, foram fundados os seguintes povoados: Santo Ignácio Guaçu (1610), Itapuã (1615), Conceição (1619), Japeju (1627) e São Xavier (1627).

2.2.1 Os Sete Povos das Missões – Área de estudo

Em função das suas especificidades fronteiriças, o espaço colonial destinado às missões foi, segundo Santos (2006), muito dinâmico, ora se distendendo, ora recuando, o que torna difícil afirmar a existência constante de trinta povoados missioneiros.

Conforme Pesavento (2009), os padres jesuítas que desciam do Paraguai, sob bandeira espanhola, fundaram, em 1626, missões para o aldeamento dos índios no oeste da região hoje ocupada pelo Rio Grande do Sul.

“Por iniciativa do governador da província do rio da Prata, dom Francisco de Céspedes, em 1626 os jesuítas receberam o direito à redução dos índios da região do Tape” (SANTOS, 2006, p. 108). Essa região localizava-se à margem esquerda do rio Uruguai, nas bacias dos rios Ijuí, Ibicuí e Jacuí, e no Planalto Central (oeste do atual Rio Grande do Sul).

No Tape, fundaram 18 reduções: Candelária (1620), S. Nicolau (1626), S. Francisco Xavier (1626), Candelária de Caaçapá (1627), N. S. da Assunção (1628), Todos os Santos (1628), São Carlos do Capi (1631), Apóstolos São Pedro e São Paulo (1631), São Tomé (1632), São Miguel (1632), São José (1632), Santa Teresa (1632), Santa Ana (1633), São Joaquim (1633), Natividade (1633), Jesus-Maria (1633), São Cosme e São Damião (1634) e São Cristóvão (1634).

O processo de implantação das missões não foi um ato consensual. Havia muitas tensões internas, além dos já conhecidos ataques externos, de *encomenderos* e de bandeirantes. “O guarani também esboçou resistência, de acordo com o que expressam os episódios do martírio de alguns jesuítas, como Roque Gonzáles e Juan de Castilhos” (SANTOS, 2006, p. 110).

Depois de destruído o Guairá, o alvo dos bandeirantes passou a ser as reduções do Rio Grande do Sul. A primeira bandeira é de 1635; após essa, sucederam outras três, “num processo de destruição, pilhagem e rastro de sangue sobre os trinta mil indígenas catequizados e reduzidos” (SANTOS, 2006, p 10).

Diante dos estragos, das numerosas perdas e do perigo permanente, os índios reduzidos do Rio Grande do Sul são levados para o outro lado do Uruguai, onde se podem defender melhor; isto entre 1637 e 1639. Ficam para trás as ruínas e uma dúzia e meia de pequenas cidades indígenas que cobriam o centro e oeste do Estado. (SCHMITZ, 2006, p. 50).

Quando, em 1640, organiza-se a maior de todas as bandeiras, visando aniquilar as reduções situadas do lado direito do rio Uruguai, em território da atual Argentina, os bandeirantes foram surpreendidos e, nesse momento, os indígenas que estavam mais bem armados (eram considerados guarnição de fronteira) vencem os bandeirantes na batalha de M’Bororé, relata Schmitz (2006).

A vitória das tropas guarani-missioneiras, nessa batalha, marca uma nova fase, já que os jesuítas, além de demonstrarem capacidade de resistência, demonstraram também que estavam dispostos a enfrentar os adversários coloniais. A partir disso, Santos (2006) faz as seguintes observações, realçando

- a) o papel fronteiro das Missões como parte integrante da geopolítica espanhola (...);
- b) a criação e organização de um exército guarani, que deveria defender a fronteira e interiorizar o domínio espanhol (...)
- c) a organização de uma economia autossuficiente (índios sedentarizados) (...);
- d) a definição de um modelo político, em que os povoados eram unidades políticas básicas sobre os quais se estruturava o império colonial espanhol (...);
- e) a reafirmação do índio reduzido, como um índio livre, facilitando o processo de civilização empreendido pelos padres (SANTOS, 2006, p.113).

Os jesuítas agiam de acordo com sua crença em Deus e serviam à Coroa Espanhola; muitos deles não imaginavam que seu trabalho era essencial para alargar as posses territoriais da coroa espanhola e recolher toda a riqueza possível, relatam Padilha; Trentin (2004).

Jesuítas e guaranis foram os responsáveis pela introdução e pelo desenvolvimento da pecuária na região do Tape, pois os rebanhos introduzidos, a partir do século XVI, multiplicaram-se e povoaram o pampa sulino. Quando os jesuítas, para se refugiar dos ataques dos bandeirantes, deixaram o território que chamavam de Tape, também deixaram, no local, seus rebanhos, os quais se reproduziram à solta, constituindo “o gado chimarrão, bravio e selvagem, nessas extensões do Rio Grande do Sul que passaram a ser conhecidas como Vacaria del Mar” (PESAVENTO, 2009, p. 236).

Durante cerca de 20 anos, os bandeirantes continuavam a caçar indígenas remanescentes na margem esquerda do rio Uruguai e em outras regiões da bacia do rio da Prata. Os povos indígenas, que haviam transmigrado para o atual território da Argentina, voltam, a partir de 1687, à sua terra, fundando, então, os Sete Povos das Missões.

A Figura 5 ilustra a área de estudo. No mapa, estão representados os Sete Povos das Missões: São Francisco de Borja (1682), São Nicolau (1687 – reconstrução), São Luiz Gonzaga (1687), São Miguel Arcanjo (1687 – reconstrução), São Lourenço Mártir (1690), São João Batista (1697), Santo Ângelo Custódio (1706) e, do mesmo modo, estão destacadas as Bacias Hidrográficas dos rios Butuí-Icamaquã, do rio Piratinim e do rio Ijuí.

Porto (1954) já alertava sobre o valor econômico que o gado deu para a terra, completamente despovoada de espanhóis. Esse rebanho se tornou a causa primária não somente da expansão portuguesa para o sul, mas também da fundação dos Sete Povos das Missões, na bacia oriental do Uruguai. De acordo com o autor,

A ameaça do expansionismo português para o Sul sugere, então, às autoridades espanholas de Buenos Aires, o alvitre de anteceder, nessa ocupação da banda cisplatina, com a fundação de uma doutrina, dirigida pelos Padres da Companhia de Jesus, à fixação, ali de um núcleo lusitano de povoamento. Trata-se também de erigir fortificações que ficariam a cargo de uma guarnição permanente para a defesa do porto.

(...)

Essa Doutrina ou Redução de índios deveria ser uma das muitas que os Padres da Companhia de Jesus têm sob sua jurisdição no Paraná e no Uruguai, com 500 índios e suas famílias e dois ou três religiosos, sendo capelão e cura dos soldados. Os índios deveriam ser armados de arcabuzes e ficavam sob as ordens de um comandante que os disciplinasse e ensinasse o manejo de armas de fogo” (PORTO, 1954, p.12).

As reduções da bacia do Paraná, Paraguai e Uruguai, passaram pelas mesmas adversidades, seja pelos ataques iniciais dos bandeirantes ou, pelas constantes guerras e disputas entre Portugal e Espanha. A civilização jesuítico-guarani teve fim com a guerra Guaranítica, em que índios e padres jesuítas foram derrotados pelos exércitos desses dois países e obrigados a deixar o lugar que habitavam. O Tratado de Madri dispunha sobre as fronteiras ibéricas ao sul da América e as missões couberam aos lusitanos. Outros tratados subsequentes anularam tais disposições, permanecendo a região como zona de litígio (PESAVENTO, 2009).

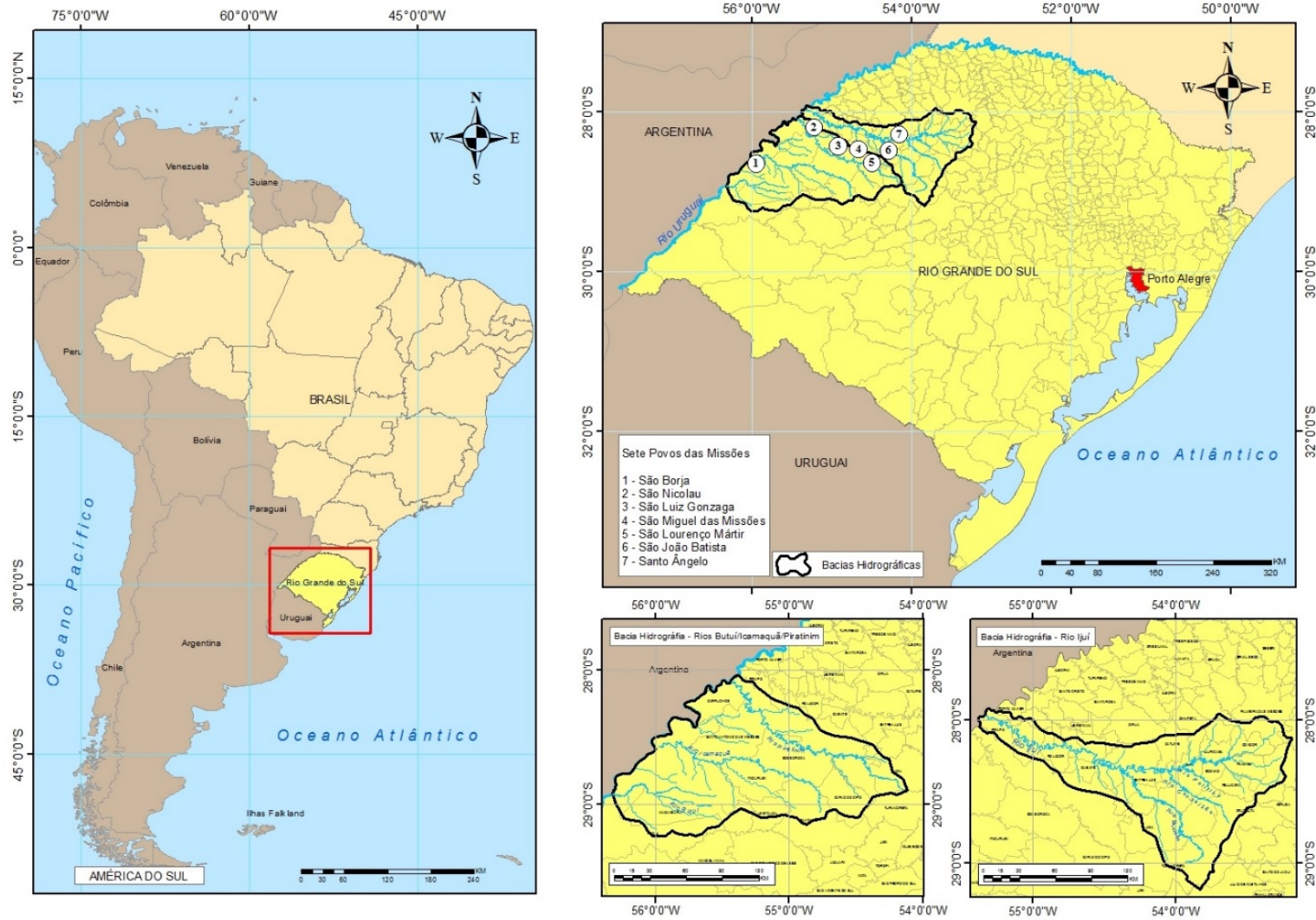
Em fevereiro de 1756, os exércitos de Portugal e Espanha foram organizados para

Reprimir a incômoda organização que congregava os indígenas, travaram combate em forma de guerrilha com o líder guarani José Tiaraju ou Sepé Tiaraju, misto de cacique e símbolo do índio aculturado missioneiro. Nessas escaramuças Tiaraju foi morto (TERRA⁷, 1993, p. 109).

Vencida e humilhada, a Missão Jesuítica havia sido varrida do mapa português, pelo menos do ponto de vista bélico. Legalmente o processo se consolidaria três anos mais tarde, em 1759, quando a expulsão oficial dos jesuítas foi assinada pelo Marquês de Pombal, ministro da coroa portuguesa (TERRA, 1993, p. 111).

⁷Mano Terra é o pseudônimo do jornalista Homero M. Franco nos meios nativistas.

Figura 5 – Mapa de localização da área de estudo



Fonte: Elaboração AGUIAR, L. M. (2016).

A região dos Sete Povos das Missões, ao passar para o domínio português, foi povoada por militares que, instalados em locais considerados estratégicos, receberam sesmarias. Os indígenas que habitavam as reduções não tiveram o direito de trabalhar na terra, afirmam Padilha e Trentin (2004).

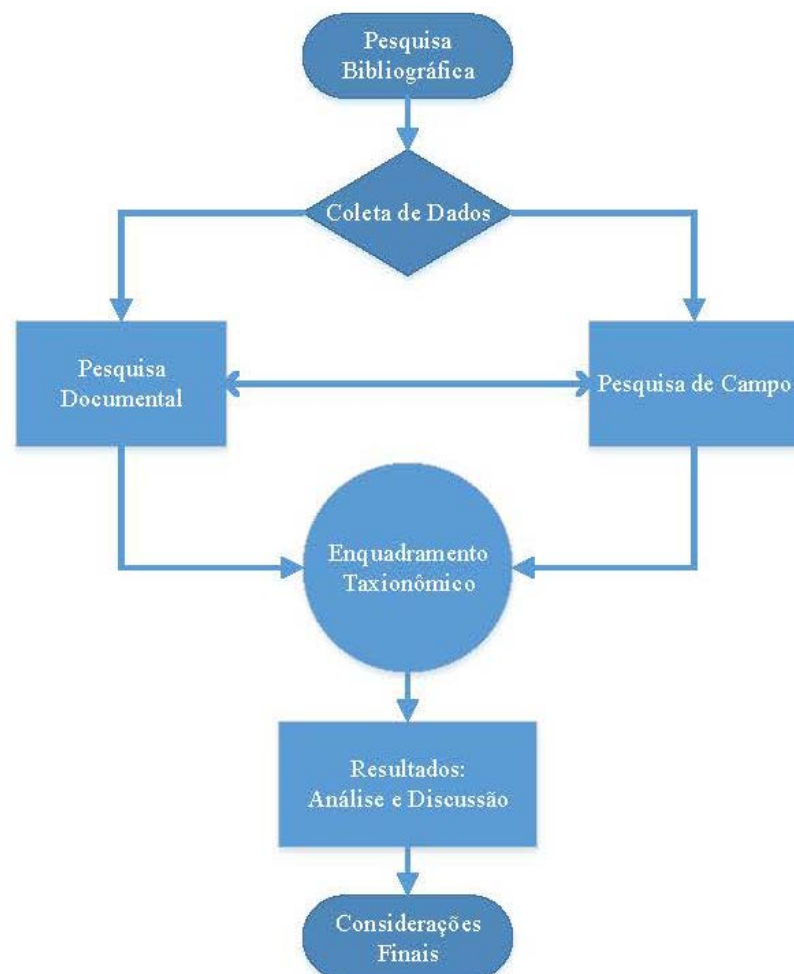
O noroeste do Rio Grande do Sul se tornou teatro de lutas, e as Missões tiveram suas riquezas dispersadas por consecutivos saques. Os templos ruíram ao sabor da intempérie e pela ação dos moradores dos povoados, os quais aproveitavam seu material para construções particulares. Dispersou-se o patrimônio artístico, e o patrimônio cultural se extinguiu juntamente com a civilização jesuítica, segundo Porto (1954) “símbolo da heroica tenacidade desses operários formidáveis que plasmaram no barro bruto das populações selvagens, gerações de artistas e realizadores inconfundíveis”. Quando ocorreu a emancipação política do Brasil, em 1822, quase nada existia dessa civilização.

3 METODOLOGIA

A metodologia é a via por meio da qual o pesquisador conduz seu trabalho. Nesta pesquisa, o fenômeno a ser estudado necessitou de uma análise interpretativa e descritiva, visando compreender de que forma o maior e o melhor entendimento sobre os topônimos analisados poderia ampliar o leque de informações geográficas, históricas, linguísticas e socioculturais da área em foco.

O direcionamento do estudo depende da natureza do objeto da pesquisa, da problematização e das metas traçadas pelo pesquisador. Trata-se, neste caso, de um estudo exploratório, com base bibliográfica e documental e abordagem quantitativa e qualitativa. Para a execução dessa pesquisa, foram realizados os procedimentos metodológicos apresentados pelo fluxograma da Figura 6.

Figura 6 - Fluxograma representativo dos procedimentos metodológicos



Fonte: Elaborado por MARCUZ, N. M. M. (2016)

Tanto a pesquisa de campo como a pesquisa documental, dada sua relevância para esse estudo, foram abordadas no item 1.4 – Das técnicas de análise em Geografia Cultural e em Toponímia. Na referida seção, também são abordados o modelo de classificação e a utilização das fichas lexicográfico-toponímicas para o estudo dos topônimos.

3.1 RECORTE ESPACIAL

O foco da pesquisa é dirigido ao estudo do nome próprio dos lugares, na região noroeste do estado Rio Grande do Sul, em locais identificados como a rota dos missionários jesuítas, na chamada fase clássica – Os Sete Povos das Missões.

A região destacada para estudo é marco inicial da colonização do Rio Grande do Sul, que, além de ter grande importância histórica, geográfica e econômica, apresenta características culturais peculiares também de países vizinhos, como Argentina e Paraguai que, juntamente com parte do estado do Rio Grande Sul, formaram a Província do Paraguai. Essa região é alvo de muitas pesquisas, porém não são conhecidos trabalhos que abordem a toponímia local.

Constituem os Sete Povos das Missões três cidades desenvolvidas sobre as antigas reduções: São Borja, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo; duas cidades que crescem ao redor das ruínas das antigas reduções: São Nicolau e São Miguel das Missões e dois sítios arqueológicos: São João Batista, localizado no interior do município de Entre-Ijuís, e São Lourenço Mártir, que se situa no interior do município de São Luiz Gonzaga.

Dos sete povoados, São João Batista, São Lourenço Mártir, São Nicolau e São Miguel têm seus remanescentes protegidos como patrimônio histórico e artístico nacional. Os remanescentes de São Miguel também foram declarados Patrimônio Mundial pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura).

Na área de estudo, foram tratados, além do nome do próprio dos sete povoados, os nomes dos principais cursos de água das bacias hidrográficas dos rios Butuí-Icamaquã, do rio Piratinim e do rio Ijuí por se entender que são essas bacias que cercam e abastecem de água a área destacada para estudo.

Os nomes dos distritos, dos municípios estudados, receberam apenas trato quantitativo: foram divididos quanto à sua natureza e, na sequência, enquadrados de acordo com a taxionomia apresentada pelo Quadro 1.

3.2 RECORTE TEMPORAL

O período a que esta pesquisa se reporta é aquele no qual se estabeleceram, no noroeste do Rio Grande do Sul, os Sete Povos das Missões, ou seja, entre os anos de 1682 – fundação do primeiro povoado – a 1756 – ano que marca a expulsão da Companhia de Jesus, pelos exércitos de Portugal e Espanha. O interesse do estudo recai no nome dos lugares constituídos pela ação de jesuítas e guaranis, neste período de 74 anos.

Na pesquisa dos topônimos dos Sete Povos, foram tomados os nomes atuais, desconstruídos por meio de regresso histórico e, posteriormente, reconstruídos à luz de um novo conhecimento. Para o regresso dos nomes, a cartografia histórica foi um importante suporte.

Quando a pesquisa trata dos nomes dos cursos de água elencados para estudo, não se pode definir o lapso temporal, uma vez que esses topônimos, em grande número, são de um tempo anterior à chegada de europeus em solo brasileiro; os primitivos habitantes do lugar já haviam batizado rios e arroios. Por esse motivo, as informações sobre quais são os principais cursos de água das bacias selecionadas para estudo e seus topônimos estão de acordo com as informações constantes, na atualidade, no site da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul (SEMA-RS). Nas fichas lexicográfico-toponímicas dos nomes dos cursos de água, foram expressas as variantes de alguns desses topônimos.

Para o estudo dos topônimos dos distritos pertencentes aos municípios incluídos na pesquisa, foram tomados os dados atuais.

3.3 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Esse foi o início da pesquisa e serviu para fazer lastro e consubstanciar as demais informações, articulando conceitos e fazendo a ligação necessária entre as áreas do conhecimento envolvidas na pesquisa. Neto (1999), referindo-se à pesquisa bibliográfica, afirma que “Ela visa criar novas questões num processo de incorporação e superação daquilo que já se encontra produzido. (...) coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse” (NETO, 1999, p. 53).

Para o desenvolvimento desse estudo, foi necessária a leitura inicial de trabalhos científicos relacionados à Linguística, à Lexicologia e à Toponímia, além de estudos a respeito da história do Rio Grande do Sul sobre as missões jesuítico-guaranis neste estado e um estudo sobre o lugar, como categoria de análise da ciência geográfica.

A grande vantagem da pesquisa bibliográfica é o fato de possibilitar, ao pesquisador, abranger uma gama de fenômenos bem maior do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Ela se faz indispensável em dois momentos: quando a pesquisa apresenta dados muito dispersos e quando ela requer um estudo histórico. “Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários”, pontua Gil (2002, p. 50).

3.4 COLETA DE DADOS

Como as informações sobre a constituição dos lugares estudados (microrregião a que pertencem, limites, coordenadas, população,) estão registradas em documentos públicos, como os sites dos municípios e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), essas informações fazem parte da pesquisa primária.

Na busca pela etimologia dos topônimos dos cursos de água, recorreu-se às cartas topográficas (1:250.000 – Folhas SH-21-X-B MIR – 526 – Santo Ângelo, SH-21-X-D MIR – 533 - Santiago, SH-22-V-A MIR – 527 – Cruz Alta, SH-21-X-A – MIR – 525 – São Borja) elaboradas por meio de tecnologia digital e armazenadas em mídia magnética na 1ª Divisão de Levantamento (DL), do Ministério da Defesa, atualizadas em 2003, com base em imagens LANDSAT-7. As cartas, de acordo com Dick (2006), igualmente, são consideradas fontes primárias básicas para a pesquisa de topônimos. Os dados encontrados nelas foram comparados aos dados encontrados em mapa histórico.

Os nomes dos distritos, dos municípios estudados, foram coletados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-cidades), nos sites das prefeituras dos municípios. Algumas informações, as quais não constavam nesses sites, foram recebidas por meio de mensagem eletrônica.

Os dados da pesquisa são apresentados nos resultados nos Quadro 2 (Topônimos dos cursos de água), Quadro 3 (Topônimos dos Sete Povos da Missões) e Quadro 4 (Topônimos dos distritos dos municípios dos Sete Povos das Missões). A classificação dos dados é ilustrada nos Gráfico 1 (Classificação dos topônimos dos cursos de água, quanto à sua natureza), Gráfico 2 (Classificação dos topônimos dos distritos, quanto à sua natureza), Gráfico 3 (Incidência do tipo de topônimo nos cursos de água) e Gráfico 4 (Incidência do tipo de topônimo nos distritos).

faziam os missionários da Companhia de Jesus para mapear a América Espanhola. O mapa completo está no Anexo A, onde a área de estudo foi destacada.

Dos 17 topônimos de cursos de água elencados para esta pesquisa, 03 (Inhacapetum, Chuní e Ximbocu) não tiveram identificados nem a origem, nem o significado. Assim, foram tratados 14 topônimos de feições geográficas naturais (os cursos de água) e 37 topônimos de feições geográficas antrópicas (os Sete Povos das Missões e os distritos destes municípios), apresentados a seguir:

Quadro 2- Topônimos dos cursos de água

	Topônimo	Taxionomia	
01	Itú	de natureza física	hidrotopônimo
02	Piratinim	de natureza física	zootopônimo
03	Iquariçu	de natureza física	hidrotopônimo
04	Piauí	de natureza física	zootopônimo
05	Cabijú	de natureza antropocultural	somatotopônimo
06	Butuí	de natureza física	meteorotopônimo
07	Btutí-Mirim	de natureza física	meteorotopônimo
08	Itacurumbi	de natureza física	litotopônimo
09	Icamaquã	de natureza antropocultural	somatotopônimo
10	Caxambu	de natureza antropocultural	etnotopônimo
11	Potiribu	de natureza física	fitotopônimo
12	Conceição	de natureza antropocultural	animotopônimo
13	Ijuizinho	de natureza física	hidrotopônimo
14	Ijuí	de natureza física	hidrotopônimo

Fonte: Elaboração da autora. MARCUZ, L. M. M. (2016).

Quadro 3 - Topônimos dos Sete Povos das Missões

	Topônimo	Taxionomia	
01	São Borja	de natureza antropocultural	Hierotopônimo (Hagiotopônimo)
02	São Nicolau	de natureza antropocultural	Hierotopônimo (Hagiotopônimo)
03	São Luiz Gonzaga	de natureza antropocultural	Hierotopônimo (Hagiotopônimo)
04	São Miguel das Missões	de natureza antropocultural	Hierotopônimo (Hagiotopônimo)
05	São Lourenço Mártir	de natureza antropocultural	Hierotopônimo (Hagiotopônimo)
06	São João Batista	de natureza antropocultural	Hierotopônimo (Hagiotopônimo)
07	Santo Ângelo	de natureza antropocultural	Hierotopônimo (Hagiotopônimo)

Fonte: Elaboração da autora. MARCUZ, L. M. M. (2016).

Quadro 4 - Topônimos dos distritos dos municípios dos Sete Povos das Missões

	Município	Topônimo	Taxionomia	
01	São Borja	Sarandi	de natureza física	fitotopônimo
02		Samburá	de natureza antropocultural	ergotopônimo
03		Nhu-porã	de natureza física	geomorfotopônimo
04.	São Nicolau	Santo Izidro	de natureza antropocultural	hierotopônimo (hagiotopônimo)
05	São Luiz Gonzaga	São Lourenço das Missões	de natureza antropocultural	hierotopônimo (hagiotopônimo)
06		Afonso Rodrigues	de natureza antropocultural	antropotopônimos
07		Santa Inês	de natureza antropocultural	hierotopônimo (hagiotopônimo)
08		Rincão de São Pedro	de natureza física	dimensiotopônimo
09		Rincão dos Pinto	de natureza física	dimensiotopônimo
10		Capela São Paulo	de natureza antropocultural	sociotopônimo
11	São Miguel das Missões	Campestre	de natureza física	geomorfotopônimo
12		Coimbra	de natureza antropocultural	corotopônimo
13		Mato Grande	de natureza física	fitotopônimo
14		Rincão dos Moraes	de natureza física	dimensiotopônimo
15		São João das Missões	de natureza antropocultural	hierotopônimo (hagiotopônimo)
16		São José	de natureza antropocultural	hierotopônimo (hagiotopônimo)
17	Santo Ângelo	Buriti	de natureza física	fitotopônimo
18		Comandaí	de natureza física	fitotopônimo
19		Colônia Municipal	de natureza antropocultural	poliotopônimo
20		Rincão dos Mendes	de natureza física	dimensiotopônimo
21		Restinga Seca	de natureza física	hidrotopônimo
22		Lajeado Cerne	de natureza física	litotopônimo
23		Atafona	de natureza antropocultural	ergotopônimo
24		Ressaca da Buriti	de natureza física	hidrotopônimo
25		Cristo Rei	de natureza antropocultural	hierotopônimo (hagiotopônimo)
26		Sossego	de natureza antropocultural	animotopônimo ou nootopônimo
27		Rincão dos Roratos	de natureza física	dimensiotopônimo
28		União	de natureza antropocultural	animotopônimo ou nootopônimo
29		Lajeado Micuim	de natureza física	litotopônimo
30		Rincão dos Meotti	de natureza física	dimensiotopônimo

Fonte: Elaboração da autora. MARCUZ, L. M. M. (2016).

4.1.1 Taxionomia

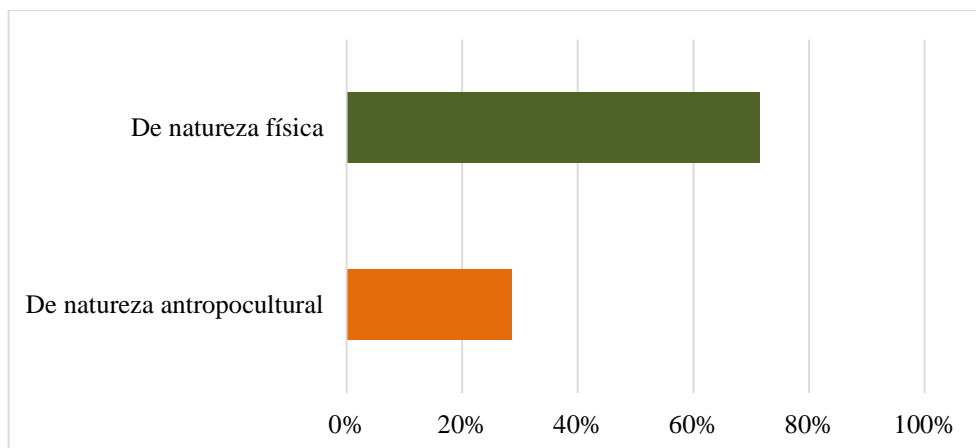
De acordo com os critérios seguidos no desenvolvimento da pesquisa, os topônimos estão divididos, quanto à sua natureza, em topônimos de natureza física – carregam, na sua significação, aspectos que caracterizam o ambiente físico, descritos por Dick (1990a), em todos os seus traços de destaque: animais, árvores, pedras, rios, astros, pontos cardeais, cores, dimensões, formações topográficas, formações geométricas – e topônimos de natureza antropocultural – revelam, por meio dos seus significados, todas as manifestações socioculturais do ser humano; variam desde expectativas, sentimentos, até partes do corpo

humano ou animal, passando por elementos étnicos, nomes sagrados, lugares de trabalho e pontos de encontro de uma comunidade.

Há 11 possibilidades de classificação, para os topônimos de natureza física, e 16 para os de natureza antropocultural. Essas possibilidades foram apresentadas no Quadro 1 e detalhadas na sequência. Os Quadros 2, 3 e 4, em que foram apresentados os topônimos estudados, já lhes apresentam classificados de acordo com essas possibilidades.

Os resultados da classificação dos topônimos, quanto à sua natureza, foram apresentados na forma de gráficos. A distribuição, apresentada pelo Gráfico 1, aponta que entre os topônimos de cursos de água, predominam os de natureza física: são 71,4% dessa natureza, e 28,6% de natureza antropocultural. Evidenciam-se, nesses topônimos, as manifestações da cultura dos povos originários do lugar, que costumavam caracterizar o ambiente natural por meio dos topônimos empregados.

Gráfico 1 – Classificação dos topônimos dos cursos de água, quanto à sua natureza.



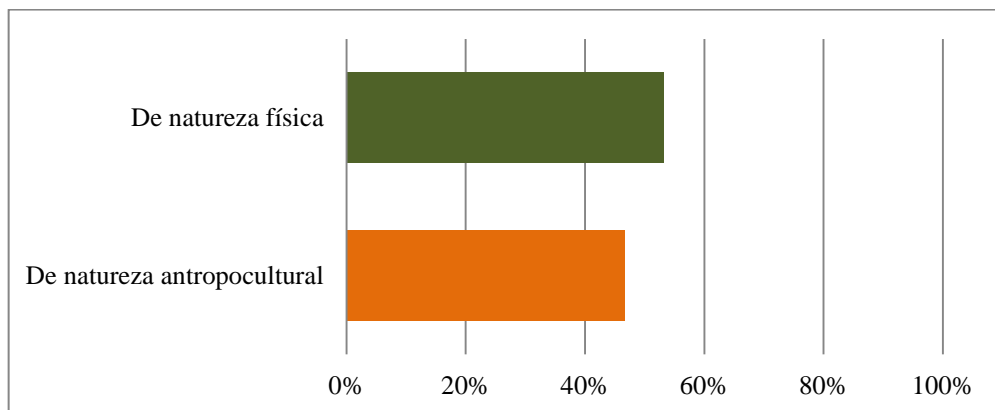
Fonte: Dados coletados pela autora. MARCUZ, L. M. M. (2016).

Quando classificados os nomes dos Sete Povos das Missões, todos são topônimos de natureza antropocultural, classificados, genericamente, como hierotopônimos (relativos a nomes sagrados) e, especificamente, identificados como hagiotopônimos, porque todos são relativos aos santos do hagiológico romano. Os sete povoados foram construções edificadas pelos indígenas e missionários, cujos topônimos privilegiam a cultura europeia e sua crença, não havendo espaço para manifestações da cultura do povo indígena. A integralidade desses topônimos traz, no seu bojo, manifestações socioculturais de seus nomeadores.

Os topônimos originais, dos Sete Povos, considerados o ano de fundação de cada uma das reduções, são em espanhol, exceto Lourenço, que, além de ser uma variante espanhola, é também uma variante italiana de Lorenzo. Posteriormente, esses nomes foram traduzidos para o português do Brasil e, com o passar do tempo, alguns deles perderam parte do nome, como por exemplo, *San Francisco de Borja*, traduzido para São Francisco de Borja e, mais tarde, perdeu parte do nome, permanecendo São Borja; *Sant'Angel Custódio* foi traduzido para Santo Ângelo Custódio e, mais tarde, reduzido para Santo Ângelo. São Miguel das Missões, ao contrário, teve ao seu nome primitivo *San Miguel*, acrescido do termo arcanjo e, mais tarde quando a vila foi emancipada, o nome dado foi São Miguel das Missões.

Ao classificar os topônimos dos distritos, quanto à sua natureza, percebeu-se uma equivalência entre ambos, com discreta predominância dos topônimos de natureza física: são 53%, contra 47% de topônimos de natureza antropocultural. O Gráfico 2 representa essa distribuição.

Gráfico 2 – Classificação dos topônimos dos distritos, quanto à sua natureza.

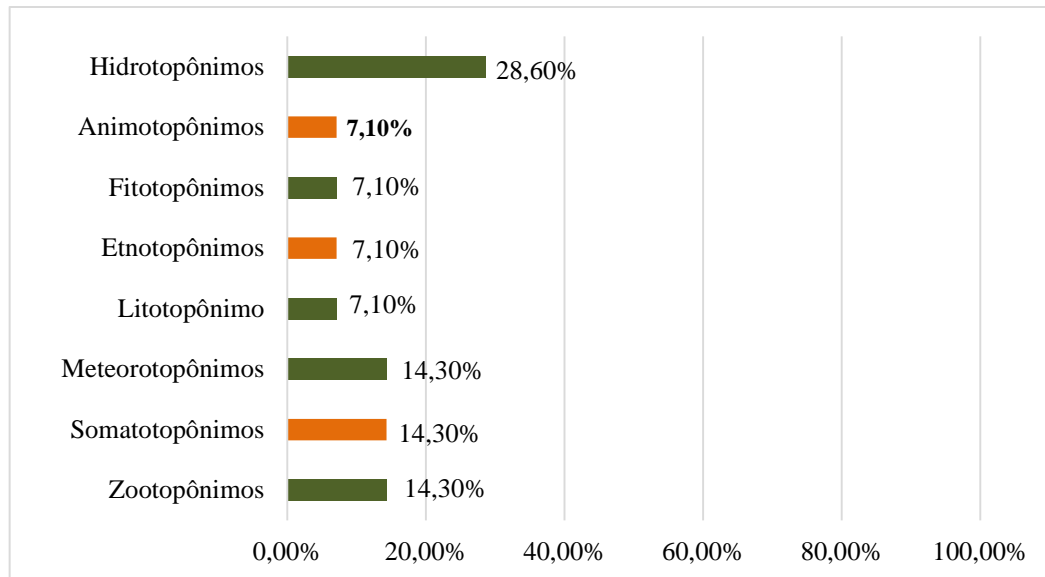


Fonte: Dados coletados pela autora. MARCUZ, L. M. M. (2016).

Para bem exemplificar o predomínio do tipo específico de topônimo empregado nos rios e arroios, nos Sete Povos das Missões e nos distritos estudados, foram elaboradas análises que apontam a incidência do tipo de topônimo. O Gráfico 3 ilustra essa especificidade para os topônimos aplicados aos cursos de água, em que é possível perceber o predomínio dos hidrotopônimos. Do total, há 28,60% de hidrotopônimos; 14,30% de zootopônimos; de

somatotopônimos; e de meteorotopônimos; 7,10% de litotopônimos, de etnotopônimo, fitotopônimo e de animotopônimo.

Gráfico 3 – Incidência do tipo de topônimo nos cursos de água



Fonte: Dados coletados pela autora. MARCUZ, L. M. M. (2016).

Quanto ao tipo mais frequente entre os designativos dos rios e arroios, os hidrotopônimos (topônimos dos cursos de água que tem, no seu significado, uma referência à água) formam uma espécie de metalinguagem, na qual se usa a palavra água para falar dela mesma. É importante destacar o que observava Sampaio (1901) sobre os nomes aplicados à Geografia do Brasil. De acordo com esse autor, os Tupi usavam certos vocábulos para designar os “quatro principais elementos dos antigos: a água, a terra, o ar e o fogo”.

A água, assim como os cursos de água ordinários eram designados por y, hy ou yg, geralmente compõe a grande maioria das denominações geográfica. Dentre os topônimos estudados, tem-se Itú (do Tupi - S. m. Salto cascata, cachoeira. De y, água, rio; tu, onomatopeia do estrondo das águas ao caírem do alto abaixo.); Iquariçu (de iguar = iquar = yquar – poço, poça, buraco d’água + açu – grande grosso, amplo = a poça grande, o grande furo ou buraco d’água, o poço fundo, o poção.); Ijuí (de Ijuy = Yjuí-y – S. Rio das espumas. De ijuia, espuma; y, rio.), Piauí (s. O rio dos piaus. De piau, pequeno peixe fluvial; y, rio), Butuí (o rio dos ventos. De butú – corruptela de ybytú, alteração de ubutú, butú, o vento, o ar, o clima; y, a água, o

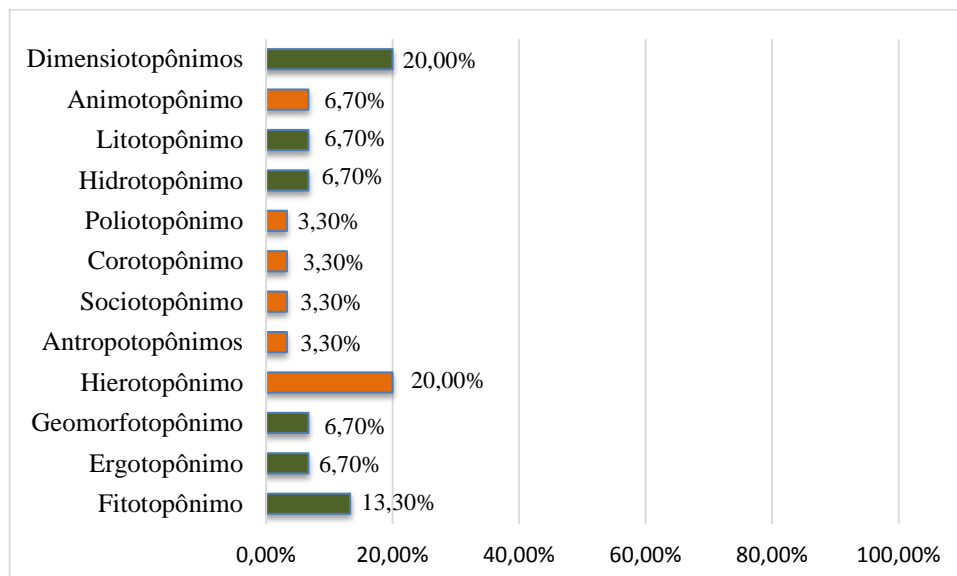
líquido, o curso d'água) e Icamaquã (Do guarani – rio bico do peito. De y, água, rio; cama-cuã, pequenos morrotes de formação cônica semelhantes ao peito de mulher).

Tem-se também Ijuizinho e Butuí-mirim, grau diminutivo de Ijuí e de Butuí, respectivamente (igual a outro, mas de proporções reduzidas). O primeiro foi encontrado no mapa histórico, do Anexo A, registrado como *Yyuimini*. Conforme Sampaio (1901, p. 29), “O grau diminutivo se forma com a posposição ao positivo dos vocábulos: mirim ou mini, pequeno, ou simplesmente da partícula Y ou im”; já o segundo, mantém o grau diminutivo, como grafado originalmente.

Do mesmo modo, designavam a água, o líquido, o vapor com o vocábulo “ti”, com o qual eram formadas várias denominações, como Ti-eté, que significa água ou corrente verdadeira, volumosa (Sampaio, 1901, 56).

Aplicada a classificação taxionômica aos topônimos dos distritos, observa-se que há o predomínio de hierotopônimos e dimensiotopônimos, com 20% de cada um deles, seguido pelos fitotopônimos com 13,3% e ergotopônimos, geomorfotopônimos, litotopônimos, animotopônimos e hidrotopônimos com 6,7% de cada. As demais categorias aparecem em menor escala. O Gráfico 4 representa a referida distribuição. Esses topônimos revelam tanto a influência do meio físico como as manifestações socioculturais dos nomeadores.

Gráfico 4 - Incidência do tipo de topônimo nos distritos



Fonte: Dados coletados pela autora. MARCUZ, L. M. M. (2016)

4.1.2 Motivação

Na história da formação do Rio Grande do Sul, as missões jesuítico-guaranis tinham o intuito inicial de expandir a fé católica na América espanhola, implantando o processo de evangelização promovido pela Companhia de Jesus. Esse sistema de relações transfronteiriças, que abrangia parte dos territórios do Paraguai, Argentina e Brasil, envolvia relações espaciais, econômicas, sociais e culturais, formava a Província Jesuítica do Paraguai. Os povoados que constituíam essa província eram chamados missões, reduções ou de doutrinas.

Quando os missionários formam os Sete Povos das Missões, além da expansão evangelizadora, tinham a função de expandir e assegurar o domínio espanhol na América, transformando essas missões em guarnição de fronteira. No espaço de formação das missões, houve diversos tipos de contatos, gerando uma realidade com marcas bastante peculiares e uma sociedade, muitas vezes, identificada como missioneira, por conta da epopeia jesuítica no sul do Brasil, conforme destacou Pinto (2002), ou do santo experimento, assim apontado por Umberto Eco, (2013).

As marcas das culturas indígena e europeia puderam ser percebidas no estudo dos topônimos e melhor compreendidas a partir de sua classificação taxionômica. A mescla das etnias que deram corpo ao noroeste do estado do Rio Grande do Sul, tanto em ocupação como em expansão, estão refletidas também nos nomes dos lugares. Desse modo, conhecer a língua e suas formas de uso é necessário para que se penetre no espírito coletivo de uma comunidade nomeadora e se compreenda sua concepção de mundo, pontua Dick (2006).

Os topônimos dos sete povoados, tanto daqueles transformados em cidades ou não, permanecem os mesmos e representam uma forte marca da presença e ação da Companhia de Jesus, na região noroeste do Rio Grande do Sul. Os referidos nomes carregam consigo traços culturais de uma época e, de modo implícito, carregam, da mesma maneira, as camadas espaço-temporais e suas diversas influências. A religiosidade e tenacidade dos missionários colonizadores assinalaram os lugares por onde passaram, por meio dos topônimos mantidos como indício à exaltação religiosa de sua crença.

A preponderância dos missionários jesuítas, sobre o povo nativo, foi forte e se manteve através dos tempos, como se pode observar nas imagens apresentadas na sequência. A Figura 8 mostra da catedral Angelopolitana, construída no mesmo local da antiga igreja jesuítica da redução de Santo Ângelo Custódio, e seu estilo lembra o templo da antiga redução. A catedral se mantém imponente no centro da cidade e é uma forte referência ao período dos Sete Povos das Missões. A Figura 9 traz a ruína da igreja da redução de São Miguel Arcanjo, e a Figura 10

mostra a ruína da igreja da redução de São Lourenço Mártir. Essas edificações, assim como os nomes dos lugares onde foram construídas, permanecem e sinalizam características de uma sociedade e de uma época.

Figura 8 – Catedral Angelopolitana de Santo Ângelo



Fonte: Arquivo pessoal. Foto de Marcuz, R, feita em junho de 2015, durante trabalho de campo.

Figura 9 – Ruína da igreja da redução de São Miguel Arcanjo



Fonte: Arquivo pessoal. Foto de Marcuz, R, feita em junho de 2015, durante trabalho de campo.

Figura 10 – Ruína da igreja da redução de São Lourenço Mártir



Fonte: Arquivo pessoal. Foto de Marcuz, R, feita em junho de 2015, durante trabalho de campo.

Baioto e Quevedo (1997) corroboram essa ideia, posto que jesuítas e guaranis construíram uma civilização (...) e a terra que se tornava a ‘Terra da Promissão’ era batizada com nomes dos santos ou superiores da sua ordem, cumprindo assim, com a meta de “espalhar a fé católica e seus dogmas pelo mundo” (BAIOTO; QUEVEDO, 1997, p.9).

A influência indígena é relevante nos topônimos de feições geográficas naturais, os rios e os arroios. Esses povos procuravam, pelo nome, descrever aquilo que nomeavam, destacando as características mais aparentes. De acordo com os dados levantados durante a pesquisa, constatou-se que a grande maioria dos rios e arroios têm seus designativos de origem indígena, evidenciando a ocupação do noroeste do Rio Grande do Sul, antes mesmo da chegada dos missionários naquele espaço.

Tais topônimos, ao longo do tempo, tiveram sua grafia alterada, ou as características do lugar que punham em evidência foram completamente modificadas, de modo que não correspondem mais ao descrito pelo topônimo. Por isso, Bueno (2014) destaca a importância de contemporizar o topônimo à época em que foi utilizado pela primeira vez, porque, muito provavelmente, os elementos que formam a palavra refletem as características do nomeado naquele momento.

A Figura 11 é do rio Ijuí, porém o que o nome descreve (rio das espumas) já não é a característica mais evidente. Logo, para melhor compreensão, é necessário pensar o nome no tempo em que foi aplicado ou, então, o topônimo soará vazio. Do mesmo modo, a Figura 12 ilustra a margem do rio Butuí (o rio dos ventos).

Assim, a motivação dos topônimos dos cursos de água tem uma forte inspiração no meio natural em que o nome primitivo, na sua grande maioria de origem indígena, descreve o que mais se destaca no ambiente físico aos olhos do nomeador.

Dentre os topônimos dos cursos de água estudados, destacam-se, ainda: Piratinim (S. De pira, peixe; tininha; seco, o seca-peixe ou o peixe secando. Alteração: Piratinim), Itacurumbi (s. m. Pedregulho, seixo miúdo. De itá, pedra; curuba, semente, pedra, seixo. Variação: Itacurubi) e Potiribu (S. m. A fonte das flores. Corruptela de potyra-ybú, a fonte das flores; corruptela de poty-raiembú, o arroio das flores; corruptela de apoter-obi, flor azul. Mais comum Potribu).

Fazem exceção os topônimos Cabiju (De cabiyú, penugem), Caxambu (nome de origem africana. Espécie de tambor que os negros escravos usavam em suas danças; designa também um tipo de dança ao som desse tambor) e Conceição (S. f. Do lat. *conceptione*, a concepção da Virgem Maria, a festa comemorativa desta concepção), cuja inspiração não está no ambiente físico.

Figura 11 - Rio Ijuí



Fonte: http://br.worldmapz.com/photo/156469_ko.htm. Foto de Biehl, A.

Figura 12 – Rio Butuí



Fonte: <http://www.fotoslugares.com.ve/imagen/na-margem-do-rio-butui.html>

Na análise dos topônimos dos distritos, cumpre esclarecer que, para os nomes compostos, a classificação privilegia apenas a primeira palavra do nome, como, por exemplo, em Capela São Paulo (distrito do município de São Luiz Gonzaga), o topônimo é classificado pela lexia capela, como sociotopônimo (relativo às atividades profissionais e pontos de encontro dos membros de uma comunidade), de acordo com o que propôs Dick (1990a) e observado por Moreira (2006).

Quanto aos topônimos Rincão de São Pedro e Rincão dos Pinto (distritos do município de São Luiz Gonzaga); Rincão dos Moraes (distrito do município de São Miguel das Missões); Rincão dos Mendes; Rincão dos Roratos e Rincão dos Meotti (distritos do município de Santo Ângelo), todos são classificados pela lexia rincão, como dimensiotopônimos (relativos às características dimensionais dos acidentes geográficos (extensão, largura, espessura), considerando as definições encontradas em Ferreira (1986) “... Bras. RS. Qualquer porção da campanha gaúcha onde haja regato, capões ou qualquer mata” (FERREIRA, 1986, p. 1510), e no Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul: “Ponta de campo cercada de rios, matos ou quaisquer acidentes naturais, onde se pode pôr os animais a pastarem em segurança (...). É sinônimo de pagos e de querência (NUNES; NUNES, 1986, p. 432).

Igualmente, no caso dos topônimos Lajeado Cerne e Lajeado Micuim (distritos do município de Santo Ângelo), ambos foram classificados como litotopônimos (de índole mineral, relativo também à constituição do solo) pela lexia lajeado: “... Bras. RS. Trecho de campo coberto por pedras grandes” (FERREIRA, 1988, p. 384).

Seguindo a mesma orientação, Restinga Seca (distrito do município de Santo Ângelo) foi classificado pela lexia restinga, como hidrotopônimo (resultante de ocorrências hidrográficas), definida por Ferreira (1986) como “... Bras. RS. Pequeno arroio ou sanga com as margens recobertas de mato” (FERREIRA, 1988, p. 1498).

No momento em que são apresentados e discutidos os dados da pesquisa, convém trazer à tona a importância dos estudos sobre o nome do lugar, uma vez que o topônimo pode ser considerado o ponto de contato entre a língua e a geografia. É por meio dos topônimos, conforme Moreira (2006), que uma nação obtém personalidade geográfica e se torna distinta dentre as demais. O estudo dos topônimos tem importância tanto para o acervo científico como patrimonial de um país.

Sob esse enfoque, o autor menciona os campos apontados por Salazar-Quijada (1985), nos quais a toponímia desempenha papel relevante. Dentre os citados, destacam-se a importância da toponímia no campo da cartografia e no campo da geografia. No primeiro, por considerar que o mapa é uma representação gráfica da realidade física de uma região e, no

segundo, porque os topônimos são elementos nomenclaturais importantes, dos quais os geógrafos podem se utilizar para detalhar a geografia, seja ela física, humana, urbana ou regional de um espaço.

Por oportuno, destaca-se que os primitivos habitantes dessa região tinham seu vocabulário limitado a um pequeno número de coisas, necessárias ao seu modo de vida. Em contato com o povo europeu, conceberam sinais representativos de ideias com as quais não tiveram contato. Ainda assim, fizeram isso com muita propriedade, observava Sampaio (1901), referindo-se aos registros encontrados no Dicionario Portuguez Brasileiro, impresso em Lisboa, em 1795.

Após a invasão europeia, um grande número de vocábulos foi introduzido na fala desses povos, para representar o novo mundo e novos objetos que lhes eram apresentados ou, até mesmo, os animais que não conheciam: *cabarú* ou *cavarú*, o cavalo; *purucú*, o porco; *librú* ou *ribrú*, o livro; *mocaba*, o fuzil; *surára*, o soldado. Pelos missionários jesuítas, foram introduzidos vocábulos que serviam para exprimir ideias abstratas, com o fim de facilitar a doutrina, como *ibakê-turyba*, o céu, o paraíso ou, literalmente: alegria do alto, relatava Sampaio (1901). Tais considerações justificam a introdução do tópico abordando a influência indígena na língua e nos topônimos utilizados na geografia no desenvolvimento desta pesquisa.

É do conjunto desses elementos ou influências que nasce o texto onomástico ou o mapa dos nomes, com capacidade para difundir a mensagem e a intenção do nomeador. Porém, o modelo que resulta não pode ser submetido a uma análise excessivamente cartesiana, é necessário considerar as “atitudes comportamentais do pensamento coletivo padrão que tem força coercitiva”, afirma Dick (2006, p. 100).

Assim, a toponímia é compreendida como elemento formulador de identidade, que carrega, no seu âmago, língua e política territorial; é uma das possibilidades de estudo para o geógrafo que deseja trabalhar com a dimensão cultural da ciência geográfica.

4.1.3 Espacialização

Os topônimos elencados nesta pesquisa são relativos a feições geográficas naturais – rios e arroios – e feições geográficas antrópicas – municípios, distritos e sítios arqueológicos, localizados na rota dos missionários jesuítas durante a construção dos Sete Povos das Missões, no noroeste do Rio Grande do Sul.

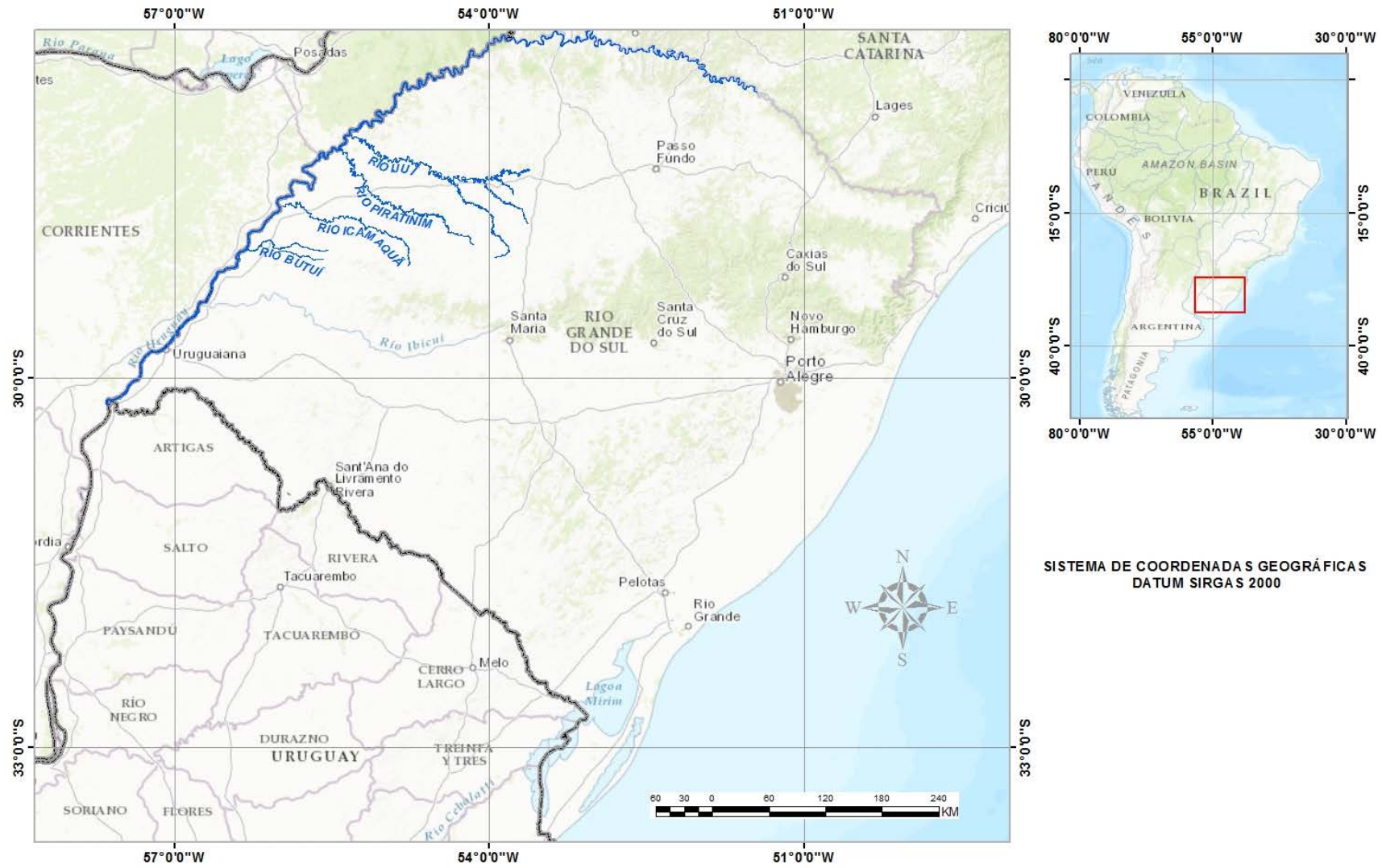
Os dados coletados foram distribuídos em mapas, que mostram a efetiva ocupação daquele espaço ao longo do tempo. O primeiro mapa desta sequência (Figura 13) mostra as bacias hidrográficas que fazem parte do local escolhido para a formação dos povoados. Dessas bacias, foram analisados os principais cursos de água (Itu, Piratinim, Iquariçu, Piauí, Cabijú, Butuí, Butuí-Mirim, Itacurumbi, Icamaquã, Caxambu, Potiribu, Conceição, Ijuizinhu e Ijuí). Pouco mais de 70% desses topônimos trazem, em seus significados, alguma evidência do ambiente natural, destacando que essa característica, ao aplicar um topônimo, é peculiar dos povos originários (83,3%, são de origem indígena). O espaço das reduções, antes de sua instalação era, portanto, habitado por populações indígenas, isso é notório porque muitos cursos de água já eram identificados por seus nomes, quando o europeu determinou um lugar para construir as reduções.

O segundo mapa (Figura 14) ilustra a localização dos Sete Povos das Missões, e o terceiro mapa (Figura 15), os distritos dos municípios trabalhados. Os mapas representados pelas Figuras 14 e 15 são também representações da sedentarização do homem, quando comparada à vida nômade das populações indígenas, as quais eram compostas de caçadores, pescadores e coletores. Ao usarem o solo para agricultura e pecuária, não era imperativo que se deslocassem em busca de alimento, sendo possível a construção de povoados e a permanência da população naquele local.

A totalidade dos topônimos dos Sete Povos das Missões remete à fé católica, ao passo que, nos topônimos dos distritos, é possível perceber uma equivalência entre os topônimos, quanto à natureza e quanto ao tipo, tornando explícita, além da influência dos povos nativos, também a de outras culturas, que se sucederam na ocupação daquele espaço.

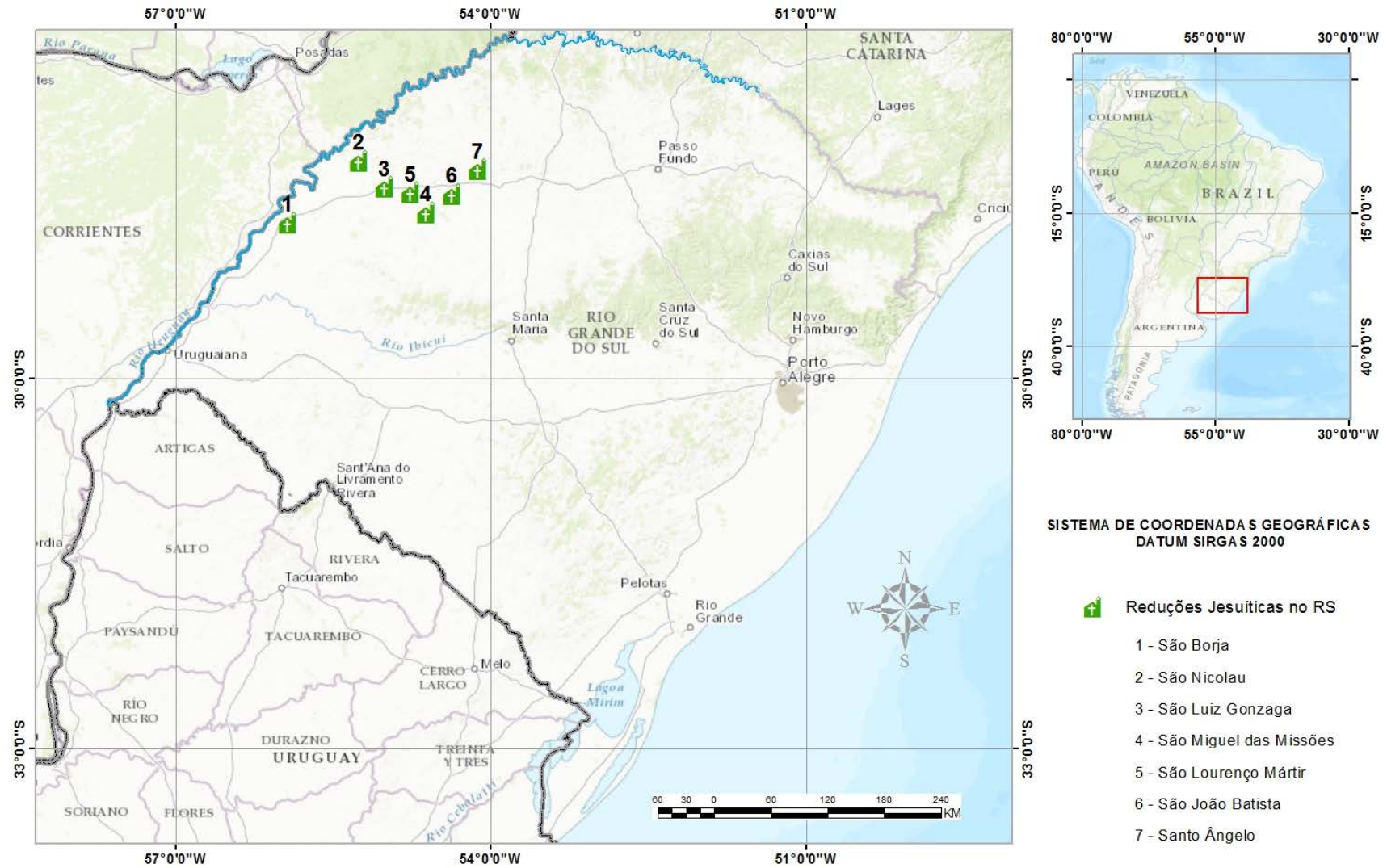
Na análise dos topônimos dos distritos, feições geográficas antrópicas de datas recentes, percebeu-se que tanto a influência indígena como a dos missionários se mantêm, porém começaram a dar lugar a outras etnias que, em tempos posteriores ao elencado para a pesquisa, passaram a ocupar o noroeste do Rio Grande do Sul, propiciando uma mescla cultural, também constatada nos nomes dos lugares.

Figura 13 – Bacias hidrográficas estudadas



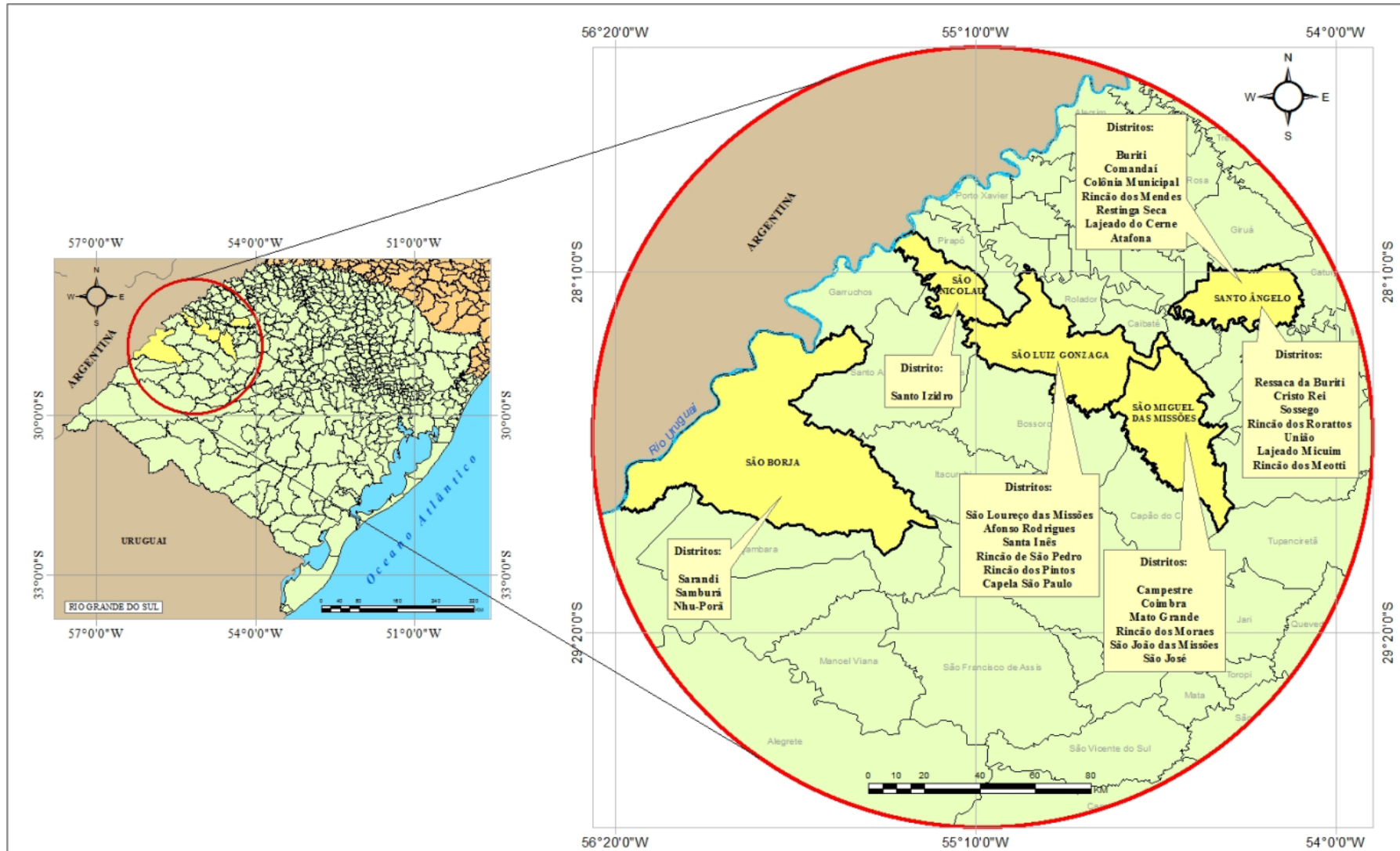
Fonte: Elaborado por AGUIAR, L. M. (2016)

Figura 14 – Os Sete Povos das Missões



Fonte: Elaborado por AGUIAR, L. M. (2016)

Figura 15 – Distritos dos Sete Povos das Missões



Fonte: Elaborado por AGUIAR, L. M. (2016)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer uma pesquisa sobre os designativos de lugares oportunizou entrelaçar conceitos de diferentes áreas do conhecimento, obtidos a partir da revisão bibliográfica. Nesse estudo, não esteve presente o conhecimento de apenas um campo específico, mas de campos cujos conhecimentos se relacionam e formam a história do nome do lugar.

As considerações que ora se apresentam referem-se ao noroeste do Rio Grande do Sul, local escolhido, pela Companhia de Jesus, para formar os Sete Povos das Missões. O objetivo, ao longo deste estudo, foi identificar, classificar e localizar, no tempo e no espaço, e compreender os motivos que originaram os topônimos desses lugares, à luz da classificação taxionômica utilizada por pesquisadores para a realidade brasileira.

O interesse da pesquisa também foi o de verificar se o nome de um lugar pode ser compreendido como uma forma de expressar, por meio de símbolos, a relação que o nomeador desenvolve com o lugar. A base para essa análise foi buscada no estudo do lugar, entendido como casa para o ser humano, capaz de despertar nele a afetividade.

Para levar a cabo essa proposta, foi necessário um conhecimento prévio sobre a formação do noroeste do Rio Grande do Sul, tanto do ponto de vista histórico como do ponto de vista da ocupação do espaço em questão, acrescido do conhecimento acerca da formação e do estudo de topônimos. Esse embasamento foi feito tendo, como base, conceitos originários de áreas como História, Geografia e Lexicologia que, trabalhados de forma interativa, proporcionaram conhecer, além dos fatos que ocorreram na área selecionada para estudo, o modo como eles concorreram na constituição do lugar e na sua nomeação. Um estudo toponímico assim conduzido tornou possível conhecer as características de uma sociedade e suas influências.

Nas cidades e nos sítios arqueológicos visitados, durante as pesquisas de campo, constatou-se que a existência de vestígios materiais, como as ruínas de algumas igrejas, cemitérios e inúmeras imagens esculpidas em pedra e em madeira, representam a interação e a troca cultural estabelecida entre os primitivos habitantes do lugar e os europeus missionários com o meio natural, em um modelo peculiar de ocupação territorial.

O nome do lugar guarda valores do grupo cultural que o batizou, e as mudanças que os topônimos sofreram, com o passar do tempo, alinham-se com as mudanças ou as transformações ocorridas na história daquela comunidade. Logo, os topônimos contêm indicações da permanência histórica dos grupos humanos na área geográfica estudada e indicam posse sobre o território, transformando-se em fonte de inestimável valor para o acervo da

memória daquele povo e daquele lugar. São também capazes de revelar fatos importantes para a comunidade local.

Resgatando os objetivos propostos no início deste estudo, foram identificados 14 topônimos de cursos de água, 07 topônimos dos povoados e 30 topônimos dos distritos dos municípios em análise, perfazendo um total de 51 topônimos estudados. Esses dados foram apresentados nos resultados pelos Quadros 2, 3 e 4, os quais mostram, igualmente, a classificação dos topônimos quanto à sua natureza e quanto ao seu tipo. A espacialização dos dados foi apresentada pelas Figuras 13, 14 e 15, cuja sequência representa também as camadas temporais na ocupação e na posse do noroeste do Rio Grande do Sul.

Pela espacialização dos dados trabalhados, foi possível identificar que os topônimos dos cursos de água (rios, córregos, arroios), da área estudada, em sua grande maioria, 83,3%, são de origem indígena, mostrando a primitiva ocupação do espaço. No ato da nomeação, os povos usavam vocábulos descritivos, os quais colocavam, em evidência, uma característica física do rio que era nomeado, como, por exemplo, o rio das espumas (Ijuí), o rio dos ventos (Butuí) ou a fonte das flores (Potiribu). Esses topônimos dizem respeito ao entendimento dos povos nativos sobre o espaço que os circundava.

Os topônimos dos núcleos urbanos (feições geográficas antrópicas), construídos pelos missionários europeus e indígenas, guardam a marca da consolidação da fé católica na América e foram motivados pela homenagem que seus fundadores desejaram prestar a superiores da ordem dos inicianos ou aos santos de sua crença. Os nomes dos povoados que serviram, inicialmente, para marcar a presença católica e a dominação espanhola naquele espaço, mantêm-se, até mesmo, em lugares que se transformaram em cidades maiores e receberam outras influências culturais, como é o caso de São Borja, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo, considerada a capital das missões.

Os nomes dos distritos, aplicados a esses locais em tempos atuais, sinalizam outras influências étnicas na região. Como exemplo, pode-se citar Coimbra, distrito de São Miguel das Missões, Rincão dos Meoti e Rincão dos Roratos, distritos de Santo Ângelo, entre outros.

Durante a realização da pesquisa, foi possível reconhecer o topônimo como um repositório que contém a memória e a história do lugar, manifestado pelas camadas temporais na ocupação do espaço. Transcorridos quase 400 anos desde a fundação da primeira redução jesuítico-guarani no noroeste da região ocupada hoje pelo Rio Grande do Sul, esses topônimos se mantêm como presença viva de uma forma de interação e ocupação espacial, por culturas distintas, com seus modos de se relacionar entre si e com o meio natural. Desse modo, a

memória inicial do noroeste do Rio Grande do Sul está intimamente relacionada à presença de povos indígenas e de missionários europeus naquele espaço.

Os topônimos são mantidos considerando-se que a mudança de um designativo de lugar, quando não motivada, afeta, de forma direta, a identidade do lugar e a identidade do povo que vive nele, pois o nome se constitui no registro civil do lugar e na maneira de representação do lugar onde vive um povo. Assim, a toponímia é um campo de estudo que ultrapassa o estudo do nome; traduz-se num arcabouço que traz consigo mais do que o nome do lugar (o símbolo), carregando, também, o próprio lugar e pode ser entendida como o testemunho de uma história.

O estudo dos topônimos, orientado por meio de resgate histórico – condição imprescindível para análise do nome – e pelo estudo do lugar, revela informações sobre o passado do seu povo. Dessa maneira, procurou-se compreender as escolhas feitas pelas comunidades analisadas, ao nomear os lugares e o quanto esse ato representou a manifestação de seu apreço pelo lugar.

Por fim, é possível afirmar que o estudo dos topônimos do noroeste do Rio Grande do Sul se configurou como uma possibilidade para compreender a formação territorial, uma vez que os topônimos estão associados ao reconhecimento do lugar e ao sentido de posse sobre ele; são como recortes de um tempo e de um espaço que carregam consigo fatos culturais de uma área geográfica. Juntamente com as ruínas das edificações, com o que foi salvo da estatutária missionária, restam os nomes dos lugares como marca de um tempo e de uma civilização.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, K. dos S. **Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins – ATITO**. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2010.

ARANTES, A. **Estratégia de Construção do Patrimônio Cultural** - Produzindo o Passado, 1984.

ATHANÁZIO, E. **Em defesa de Nheçu**. Disponível em <http://www.nhecuanos.com.br/arti.htm>> Acesso em: 5 Abr. 2015. Paginação Irregular.

BAIOTO, R.; QUEVEDO, J. **São Miguel das Missões** (Coleção Sete Povos). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

BECKER, E. L. S.; NUNES, M. P. Relevo do Rio Grande do Sul, Brasil, e sua representação em maquetes. **Revista Percurso**. Maringá, v. 4, n. 2, p. 113- 132, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/18060/10215> Acesso em: 06 Mar. 2015.
DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/revpercurso.v4i2.18060>.

BENEDITO, M. **Paca, Tatu, Cutia! – glossário ilustrado de Tupi**. São Paulo: Melhoramentos, 2014.

BENZI – SOBRENOMES. **Dicionário de sobrenomes**. Disponível em: <http://www.benzisobrenomes.com/nomes/princ.html>. Acesso em: 2 de Out. 2015.

BUENO, S. **Vocabulário tupi-guarani português**. 9 ed. São Paulo: Vidalivros, 2014.

BRITO, V. Boqueirão do Carnoió: a toponímia como cultura imaterial. **Tarairiú**– Revista eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB, Campina Grande. V. 1, n. 03, p. 51-62, set/out 2011. Disponível em : < hn.uepb.edu.br/revista_tarairiu/n3/art5.pdf> Acesso em: 12 Out. 2013.

CALVINO, I. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Biblioteca Folha, 1972. Disponível em: <http://moodle.up.pt/pluginfile.php/21840/course/section/5603/italo-calvino-as-cidades-invisiveis.pdf>> pdf

CAMARGO, F.; REICHEL, H. J.; GUTFREIND, I. Apresentação. In: **Colônia Vol I** – Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. 2006. Disponível em: <http://www.meritos.com.br/livros/024.php>> Acesso em: 2 de Mar. 2015

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85 p.

CARVALHO, F. de A. **Entre a Palavra e o Chão: Memória Toponímica da Estrada Real**. 2012. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

CLAVAL, P. **Terra dos Homens: a Geografia**. São Paulo: Ed. Contexto, 2014.

CORRÊA, R. L. **Sobre a geografia Cultural**. 2009 Disponível em: http://www.ihgrgs.org.br/Contribuicoes/Geografia_Cultural.htm> Acesso em: 2 de Mar. 2015.

CORRÊA, R. L. A geografia Cultural e o Urbano. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. P. 165-183.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Geografia Cultural: Introduzindo a Temática, os Textos e uma Agenda. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. P. 165-183.

D'AMBROSIO, O. **Carta de Caminha: A “certidão de nascimento” do Brasil**. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/portugues/carta-de-caminha-a-certidao-de-nascimento-do-brasil.htm>. Acesso em: 26 Fev. 2015. Paginação Irregular.

DICK, M. V. de P. do A. Toponímia e cultura. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 27, p. 93-101, dez. 1987. ISSN 2316-901X. Disponível em: <http://200.144.255.123/Imagens/Revista/REV027/Media/REV27-07pdf>> Acesso em: 09 Out. 2013.

_____, M. V. de P. do **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554 – 1897**. São Paulo: Annablume, 1996

_____, M. V. de P. do A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil: Coletânea de estudos**. 2.ed.São Paulo: FFLCH/USP, 1990a.

_____, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990b.

_____, M. V. de P. do A. A língua de São Paulo. **Revista USP**, Brasil, n. 63, p. 36-63, nov. 2004. ISSN 2316-9036. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13366/15184>>. Acesso em: 17 jan. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i63p36-63>.

_____, M. V. de P. do A. Fundamentos Teóricos da Toponímia. Estudo de Caso: o projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

FANTIN, O. J. **“Obedecendo a al instrución de compendiar”:** Registros de Viagens de Jesuítas nas Cartas Ânua da Província Jesuítica do Paraguai (segunda metade do século XVII). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010. Disponível em : <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4337/OdairFantinHistoria.pdf?sequence=1&isAllowed=y> > pdf

FERREIRA. Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

- FREIRE, J. Habitar a Terra e a Gente do Lugar – uma abordagem fenomenológica para compreensão da memória de seringueiros do estado do Acre. **Geograficidade**, 3, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.uff.br/posarq/geograficidade/revista/index.php/geograficidade/article/view/88>>. Acesso em: 02 Mai. 2014.
- GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOLIN, T. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- GOMES, R. M.; QUEVEDO, J. **São Nicolau** - Coleção Sete Povos. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.
- JACQUES, J. C. **Assuntos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Oficinas graphics da Escola de Engenharia, 1012.
- _____, J. C. **Costumes do Rio Grande do Sul**. 2 ed. Santa Maria: editoraufsm, 2014.
- KERN, A. A. Os Índios: No Limiar da América Latina. In **Rio Grande do Sul: Continente Múltiplo**. Porto Alegre: RioCell, 1993. P. 33-60.
- LAJOLO, M. **Lugares de morar na poesia e na memória**. Disponível em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/conteudo/biblioteca/literatura/artigo/1233/lugares-de-morar-na-poesia-e-na-memoria>> Acesso: 04 de Junho de 2014. Paginação irregular.
- LARARA, D. **Nova Classificação Climática para o Rio Grande do Sul saiu do forno – por Maíra Rossato**. Disponível em <http://dakirlarara.wordpress.com/2011/05/20/nova-classificacao-climatica-para-o-rio-grande-do-sul-saiu-do-forno-por-maira-rossato>> Acesso em: 3 Abr. 2015). Paginação irregular.
- LONGNON, A. H. **Les noms lieu de la France**; leur origine, leur signification, leurs transformations. (1920). Digitized by the Internet Archive in 2010 with funding from University of Ottawa. Disponível em: <http://www.archive.org/details/lesnomsdelieudel01long> . Acesso em: 02 set. 2015.
- MELLO, J. B. F. Valores em Geografia e o Dinamismo do mundo vivido na obra de Anne Buttimer. **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro. V. 19-20, jan/dez 2005.
- MAEDER, E. J. A.; GUTIERREZ, R. **Atlas histórico del nordeste argentino**. Resistencia, Argentina. IIGH, 1995.
- MENEZES, P. M. L.; SANTOS, C. J. B. Geonímia do Brasil: pesquisa, reflexões e aspectos relevantes. **Revista Brasileira de Cartografia**. Rio de Janeiro, V. 58, n. 02, (ag), 2006, p. 193-200.
- MOREIRA, H. C. **A Toponímia paranaense na rota dos tropeiros: Caminho das Missões e Estrada de Palmas**. Londrina: UEL. 2006, 268f. Dissertação (Mestrado em Estudos da

Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. M. O lugar como uma construção social. **Revista Formação**. Presidente Prudente. V. 2, n. 14, 2007. Disponível em:

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/issue/view/71> Acesso em: 6 Jun 2014.

MOREIRA, I. A. G; COSTA, R. H. da. **Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

MUSEO JESUITICO DE SAN IGNACIO MINÍ. Secretaria de Cultura de La Presidencia de La Nacion. Misiones. Argentina. Acesso em 04 de Agosto de 2015.

NETO, O. C. O Trabalho de Campo como Descoberta e Criação. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1999. P. 31-66.

NUNES, V. R.; ANDRADE, K S. **Levantamento dos topônimos e produção de fichas lexicográfico-toponímicas dos municípios da região do Bico do Papagaio, estado do Tocantins**. v. 1, n. 5, p 1 – 12, nov. 2011. Disponível em :

<http://www.sociodiaeto.com.br/edicoes/10/13122011121550.pdf> Acesso em: 5 Mar. 2015.

NUNES, V. R.; ANDRADE, K S. **O onoma e sua relação com a interdisciplinaridade nos parâmetros curriculares do ensino fundamental de Geografia: um estudo preliminar com foco na Toponímia**. v. 14, n. 23, p 195 – 210, dez. 2012. Disponível em:

<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguaeliteratura/article/view/379/1251> Acesso em: 15 Set. 2015.

NUNES, V. R.; ANDRADE, K S. Os nomes de lugares de origem indígena nos livros didáticos de Geografia do 6º ao 9º do ensino fundamental: uma proposta de estudo toponímico aplicada ao ensino, considerações iniciais. In: FORUM INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE, 2013, Palmas. **Anais...Tocantins**. Disponível em <<http://www.increa.uneb.br/anais/increa/.htm>>. Acesso em: 20 out.2013.

NUNES, Z. C.; NUNES, R. C. **Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul**. 3 ed. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1986.

PADILHA, P. R. P.; TRENTIM, I. C. L. Reconstituição Sócio-econômica da Região das Missões / RS. In XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2004, Mato Grosso. **Anais...** Cuiabá. Disponível em:

<http://sober.org.br/?op=paginas&tipo=pagina&secao=7&pagina=40> Acesso em: 21 abr. 2015.

PEGORARO, A. **Estudo dos nomes das cidades da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul**. 2013. 77f. Dissertação (Mestrado em Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.ucs.br/jspui/.../Dissertacao%20Aline%20Pegoraro> .pdf

PENKO SEIDL, N. Significance of Toponyms, with Emphasis on Field Names, for Studying Cultural Landscape. **Acta geographica Slovenica**, [S.l.], v. 48, n. 1, p. 33-56, dec. 2008.

ISSN 1581-8314. Available at: <<http://ojs.zrc-sazu.si/ags/article/view/1255>>. Date accessed: 12 Oct. 2014. doi:<http://dx.doi.org/10.3986/AGS48102>.

PEREZ, A. S. (Coord.) **Introdução à Metodologia da Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Roca, 2005.

PESAVENTO, S. J. Uma certa Revolução Farroupilha. In: Grinberg, K; Salles, R. (Org.). **O Brasil Imperial – vol II – 1831-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, cap. 5, p. 235-267.

PETROSCHI, J. **Mapa da América Espanhola**. Ano 1732 Disponível em: http://www.cartografiainhistorica.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=14&Itemid=99&idMapa=590&lang=br

PIMENTA, J. R. Q. Toponímia e significação geográfica – **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**. Porto, v. XIX, p 279-281, 2003.

PLANO DA REDUÇÃO DE SÃO MIGUEL ARCANJO. Disponível em: Fonte: <http://www.igt.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/05/As-Miss%C3%B5es-Jesu%C3%ADticas-Arquitetura-e-Urbanismo.pdf>

PINTO, L. F. da S. **As Missões Orientais: Epopeia Jesuítica no Sul do Brasil**. Porto Alegre: AGE Editora, 2002.

PORTO, A. **Jesuítas no Sul do Brasil: História das Missões Orientais da Uruguai**. V. IV. Segunda parte. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954.

REPORT ON THE TOPONYMICAL ACTIVITIES OF THE INTERNATIONAL CARTOGRAPHIC ASSOCIATION 2012-2014. Disponível em: [file:///C:/Users/Ligia/Downloads/WP34_The%20joint%20ICA%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Ligia/Downloads/WP34_The%20joint%20ICA%20(2).pdf)

RICHARDSON, R. J. et ali. **Pesquisa Social – Métodos e Técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SAMPAIO, T. **O tupi na Geographia Nacional**. São Paulo: Standford library, 1901. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Asampaio-1901-tupi/sampaio_1901_tupi.pdf> pdf

SANTOS, J. R. Q. As Missões Jesuítico-guaranis. In: Boeira, N.; Golin, T; Gutfreind, I; Reichel, H. (Org.). **História Geral do Rio Grande do Sul: colônia**. 1ed. Passo Fundo: Méritos, 2006, cap. 5, p. 103-133.

SANTOS, C. R. Turismo histórico na região transfronteiriça das Missões/Misiones – *Confins* [Online], 18|2013, posto online no dia 24 Julho 2013, consultado em 24 Setembro 2015. URL: <http://confins.revues.org/8501>; DOI: 10.4000/confins.8501. Paginação irregular.

SAUER, C. O. Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. P. 165-183.

- SCHMIDT, M. F. **Nova História Crítica do Brasil: 500 anos de história mal contada**. São Paulo: Nova Geração, 1999.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Pré-história do Rio Grande do Sul**. 2ª Ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2006. (PDF)
- SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/RS.
Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/>
- SILVA, J. R. da. **Denominações Indígenas na Toponímia Carioca**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Brasileira, 1966.
- SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano IV, nº 6, p 21-28, 1999.
- TERRA, M. **Raízes da América Gaúcha**. Florianópolis: Grupo de Arte e Cultura Ilha Xucra, 1993.
- TIBIRIÇÁ, L. C. **Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi**. São Paulo: Traço Editora e Distribuidora, 1985.
- TIRAPELI, P. **Arte nas Reduções Jesuíticas: de São Paulo ao Cone Sul**. Disponível em: www.tirapeli.pro.br/artigos/MISSOESJESUITICAS.html Acesso em: 05 dez.2013. Paginação irregular.
- TONDINELI, P. G. Toponímia rosiana. Macabéa – **Revista Eletrônica do Netlli**. Crato, v. 1., n. 1., 2012, p. 145-156.
- TOPONYMS IN CARTOGRAPHY. PROCEEDINGS OF THE TOPONYMIC SESSIONS AT THE 25TH INTERNATIONAL CARTOGRAPHIC CONFERENCE, PARIS, 3–8 JULY 2011. Disponível em [file:///C:/Users/Ligia/Downloads/Toponyms%20in%20Cartography%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Ligia/Downloads/Toponyms%20in%20Cartography%20(3).pdf)
- TUAN, Y. **Topofilia**. Um Estudo de Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.
- VIEIRA, E. F. **Rio Grande do Sul – Geografia Física e Vegetação**. Porto Alegre: Sagra, 1984.
- VIGLIOCO, M. A. **El Planeamiento em las misiones jesuíticas guaranies**. Série: El planeamiento em la Argentina, nº 3. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2007. Disponível em : <http://blogs.unlp.edu.ar/planeamientofau/files/2013/05/Ficha-14-EL-PLANEAMIENTO-EN-LAS-MISIONES-JESUITICAS-GUARANIES.pdf>

APÊNDICE A – Fichas lexicográfico-toponímicas

1. Para topônimos de feições geográficas antrópicas.

01. Topônimo: SÃO BORJA	
Localização Geográfica	<p>Mesorregião – sudoeste do RS</p> <p>Microrregião – Campanha Ocidental</p> <p>Coordenadas – Latitude de 28°20'00" S e 29°04'34" S, Longitude de 55°18'25"W e 56°19'38"W</p> <p>Municípios limítrofes – Garruchos, Santo Antônio das Missões, Maçambará, Itaqui, Itacurubi, Unistalda e Santo Tomé, na Argentina, tendo como divisa o rio Uruguai.</p> <p>Região hidrográfica – Rio Uruguai</p> <p>Bacia hidrográfica – Butuí-Icamaquã</p>
Tipo de feição:	Feição geográfica antrópica (município)
Classificação taxionômica	Topônimo de natureza antropocultural Hierotopônimos (Hagiotopônimo)
Motivação	<p>O nome é em homenagem a Francisco de Borja y Aragon, membro da Companhia de Jesus, que chegou ao posto de 2º Geral da ordem. Foi nomeado Bispo do Brasil, declinou do convite a favor de Pero Fernandes Sardinha. Foi beatificado em 1624 e canonizado em 1670. (RILLO, 2012, p. 9)</p> <p>São – 1. S. m. forma apocopada de santo, antes de nomes que principiam por consoantes. (FERREIRA, 1985, p. 1548)</p> <p>Santo – (do lat. Sanctu, ‘estabelecido segundo a lei’; ‘que se tornou sagrado’). Adj. 1. V. sagrado. 2. Que vive sob os preceitos religiosos. 3. Que obteve o céu como recompensa de suas virtudes. 4. Diz-se daquele que a igreja canonizou. (Ferreira, 1985, p. 1548)</p> <p>Borja – Procedente da Borja (município da Espanha na província de <u>Saragoça</u>).</p>
Histórico	<p>San Francisco de Borja → São Francisco de Borja → São Borja</p> <p>São Borja é, sem contestação, o núcleo habitacional permanente mais antigo do território do Rio Grande do Sul. Até a derrocada em 1756, os Jesuítas incrementaram a pecuária extensiva, o artesanato, o cultivo da terra e deixaram o primeiro plano diretor do município.</p> <p>São Borja, historicamente pertence à região das Missões, porém, geograficamente, há elementos que a identificam com outros municípios da fronteira-oeste.</p>
Informações enciclopédicas	<p>Fundação – 10 de outubro de 1682.</p> <p>Gentílico – são-borjense</p>

	<p>São Francisco de Borja se originou da divisão da Redução de Santo Tomé, através de 1952 “almas” que de lá provindas, aqui se localizaram no ano de 1682. (RILLO, 2012, p. 8). A esses se somaram nativos das estâncias situadas entre os rios Icamaquã e Butuí e um grupo de Guenoas.</p> <p>O segundo cura da Missão de São Borja, padre Tomás Bruno, era mestre na estatutária, motivo pelo qual, dentro de pouco tempo, surgiram neste povoado, os primeiros guaranis escultores.</p> <p>A instrução militar integrava a vida comunitária desse povoado, dela estava encarregado um leigo, Irmão José Brazzanelli, que tinha além dos dotes militares, dotes artísticos, revelando-se exímio escultor e arquiteto. (IBGE, 1959, p. 224).</p>
<p>Fontes: http://www.saoborja.rs.gov.br/, A FORMAÇÃO HISTÓRICA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DAS MISSÕES DO BRASIL , disponível em: http://www.urisan.tc.br/~iphan/upload/downloads/file1.pdf DICIONÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS. Disponível em: http://www.dicionariodenomespropios.com.br/ . Acesso em: 5 Out. 2015 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/CIDADES. Disponível em : http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=43 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. XXXIV volume. Rio de Janeiro, 1959. RILLO, A. S. São Borja em Perguntas e Respostas – monografia histórica e de costumes. 3 ed. São Borja: Gráfica Noschang, 2012.</p>	
<p>Pesquisadora: Lígia Manara Miletto Marcuz</p>	
<p>Data da coleta: Junho à setembro de 2015</p>	

2. Para topônimos de feições geográficas naturais.

02. Topônimo: ITU	
Localização Geográfica	Região hidrográfica – Rio Uruguai Bacia hidrográfica – Piratinim
Tipo de feição:	Feição geográfica física (arroyo)
Classificação taxionômica	Topônimo de natureza física Hidrotopônimo (relativo a ocorrências hidrográficas)
Motivação	Itu – (Tupi) S. m. Salto cascata, cachoeira. De y, água, rio; tu, onomatopeia do estrondo das águas ao caírem do alto abaixo. (BUENO, 2014, p. 174)
Fontes: SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/RS. Disponível em: http://www.sema.rs.gov.br/	
Pesquisadora: Lígia Manara Miletto Marcuz	
Data da coleta: Junho à setembro de 2015	

Em que:

- **topônimo**: nome da feição geográfica em análise;
- **localização geográfica**: todos os itens dizem respeito à localização geográfica;
- **tipo de feição geográfica**: feição geográfica física ou antrópica, de acordo com a tipologia de classificação;
- **classificação taxionômica**: feita com base no quadro do apêndice A, permite classificar os topônimos quanto à sua natureza: física ou antropocultural;
- **motivação**: história do surgimento do topônimo e explicação do significado das palavras por meio de seus elementos formadores;
- **histórico**: registro histórico sobre o lugar que, muitas vezes, pode ser encontrado nos sites dos municípios ou do IBGE e também apresentação das mudanças dos topônimos os quais ocorreram durante sua evolução;
- **informações enciclopédicas**: acréscimo de informações coletadas em material de apoio: obras que abordam a história do lugar, dicionários, internet;
- **fontes**: locais que serviram de subsídio para análise dos dados;
- **pesquisador(a)**: nome do autor(a) da pesquisa;
- **data da coleta**: período em que foram coletados os dados.

